

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UNIEVANGÉLICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO
AMBIENTE**

**CIDADE E MEIO AMBIENTE: ESTUDO DA QUALIDADE DE VIDA DOS
RESIDENTES DO ASSENTAMENTO PRECÁRIO, LOCALIZADO NO JARDIM
SÃO PAULO, ANÁPOLIS – GOIÁS**

**ROGÉRIO SEABRA MONTEIRO
ORIENTADORA: PROF. DRA. GIOVANA GALVÃO TAVARES**

**ANÁPOLIS - GO
2016**

ROGÉRIO SEABRA MONTEIRO

**CIDADE E MEIO AMBIENTE: ESTUDO DA QUALIDADE DE VIDA DOS
RESIDENTES DO ASSENTAMENTO PRECÁRIO, LOCALIZADO NO JARDIM
SÃO PAULO, ANÁPOLIS - GOIÁS**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, sob a orientação da Prof. Dra. Giovana Galvão Tavares.

Linha de pesquisa: Sociedade, e Meio Ambiente

Anápolis - GO

2016

M775

Monteiro, Rogério Seabra.

Cidade e meio ambiente: estudo da qualidade de vida dos residentes do assentamento precário, localizado no Jardim São Paulo, Anápolis - Goiás / Rogério Seabra Monteiro. – Anápolis: Centro Universitário de Anápolis, 2016.

118 p. il.

Orientador: Prof^ª. Dra. Giovana Galvão Tavares.

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2016.

1. Qualidade de vida 2. Assentamento Precário 3. Riscos Socioambientais I. Tavares, Giovana Galvão. II. Título.

CDU 504

ROGÉRIO SEABRA MONTEIRO

**CIDADE E MEIO AMBIENTE: ESTUDO DA QUALIDADE DE VIDA DOS
RESIDENTES DO ASSENTAMENTO PRECÁRIO, LOCALIZADO NO JARDIM
SÃO PAULO, ANÁPOLIS – GOIÁS**

Dissertação de Mestrado intitulada Cidade e Meio Ambiente: Estudo da qualidade de vida dos residentes do Assentamento Precário, localizado no Jardim São Paulo, Anápolis – Goiás, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. UniEVANGÉLICA, Centro Universitário de Anápolis. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Extensão e Ação Comunitária, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Defendida em: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Giovana Galvão Tavares- UniEVANGÉLICA (Orientador)

Profa.Dra. Lucimar Pinheiro Rosseto – UniEVANGÉLICA (Avaliador interno)

Profa . Dra. Janes Socorro da Luz-UEG (Avaliador externo)

Profa. Dra. Genilda D'Arc Bernardes UniEVANGÉLICA (Avaliador suplente)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por renovar minhas forças a cada dia possibilitando meus sonhos, o Senhor é o meu pastor e nada me faltará!

Aos meus pais Francisco Alexandre Monteiro e Aparecida de Fátima Seabra Monteiro, pelos incentivos, motivações e conselhos, principalmente nas horas mais difíceis, nos quais as palavras dos pais são as mais abençoadas .

Como não agradecer a professora Giovana Galvão Tavares, minha orientadora, obrigada por acreditar, motivar e orientar-me na realização dessa dissertação. Pessoa que guardarei para sempre em minha vida, pela sua lealdade, humildade e compreensão que tem com o ser humano. Foram muitas orientações proveitosas que fizeram crescer ao seu lado professora. Que Deus a abençoe!

Agradeço as professoras Janes Socorro da Luz, Lucimar Pinheiro Rosseto, Genilda D'Arc Bernardes pelas excelentes correções e sugestões colaborando para o desenvolvimento e melhoria da pesquisa ao longo do caminho do mestrado.

Agradeço aos professores Rildo Mourão Ferreira, Josana de Castro Peixoto, Sandro Dutra Silva, pelas excelentes aulas ministradas no mestrado, mas também pela amizade por serem pessoas maravilhosas no qual tive bons convívios. Um forte abraço professores!

Deixo agradecimento também para o professor Francisco Leonardo Tejerina por me auxiliar nas estatísticas, para Ranyelle Cristina aluna do curso de pedagogia da UEG por me ajudar aplicar os questionários na minha área de pesquisa. Meu muito obrigado!

Aos meus irmãos, sobrinhos e cunhadas pela paciência e incentivos, aos demais amigos que fizeram parte dessa história no mestrado da UNIEVANGÉLICA: ao Mardhel Rodrigues Tavares, Nádyá Jakellya, Fernando Hoenen, Edmar Moura, Antônio Cláudio, Rubem, Herbert Lopes, entre tantos outros que não citei o meu muito obrigado!

RESUMO

Entende-se que as condições precárias de habitações, somadas à pobreza, à ausência de serviços e equipamentos urbanos e a exposição aos riscos socioambientais, podem comprometer a qualidade de vida das populações que vivem em assentamentos precários. O presente trabalho teve por objetivo conhecer a qualidade de vida da população que reside no assentamento precário localizado no Jardim São Paulo, situado na região sul da cidade de Anápolis, Goiás. A pesquisa realizada em novembro de 2015 baseou-se em uma abordagem metodológica “qualiquantitativa”, tendo como instrumento de coleta questionário. A construção desse instrumento baseou-se tanto nas abordagens subjetivas, avaliando a opinião e percepção dos moradores sobre sua qualidade de vida e noção sobre o direito à cidade. Quanto também nas abordagens objetivas, avaliando os recursos disponíveis e os problemas possíveis de serem quantificados. O questionário aplicado para os moradores levantaram como informações: as condições de habitação, meio ambiente, saúde, educação, trabalho, saneamento básico, infraestrutura e aparelhos urbanos, canais de decisões coletivas, entre outros aspectos importantes para condições mínimas do bem-estar humano. Os indicadores para mensuração da qualidade de vida baseou-se na proposta de Herculano (2000). Os resultados da pesquisa apontaram que a população que reside neste assentamento precário possui condições de habitações precárias, com insatisfatória disponibilidade de recursos e equipamentos urbanos capaz de gerar qualidade de vida para essa população. Além disso, revelaram-se riscos ambientais e sociais ligados ao ambiente, as condições de pobreza e dos precários serviços urbanos encontrados na área de estudo, comprometedores da qualidade de vida da população do assentamento precário.

Palavras-chave: Qualidade de Vida. Assentamento Precário. Riscos Socioambientais.

ABSTRACT

It is understood that the precarious conditions of housing, coupled with poverty, the lack of services and urban equipment and exposure to environmental risks, may compromise the quality of life of people living in precarious settlements. The objective of this work was to know the quality of life of the population residing in precarious settlements located in the Jardim São Paulo, located in the southern region of the city of Annapolis County. The research was based on a methodological approach "qualiquantitativa", having as an instrument of data collection questionnaire. The construction of this instrument was based on both subjective approaches, evaluating the opinion and perception of the residents about their quality of life and concept on the right to the city. As well as in the objective approaches, assessing the resources available and the problems that can be quantified. The questionnaires applied to the inhabitants raised as information: housing conditions, environment, health, education, labor, basic sanitation, infrastructure and urban equipment, collective decisions, among other important aspects for minimum conditions of well-being. The indicators for measuring the quality of life based on the proposal of Herculanum (2000). The survey results indicate that the population that resides this precarious settlement has conditions of housing conditions, with inadequate availability of resources and urban equipment capable of generating quality of life for this population. In addition, proved to be environmental and social risks related to the environment, the conditions of poverty and precarious urban services found in the study area, compromising the quality of life of the population of the settlement.

Keywords: Quality of life. Squatter settlement. Environmental Risks.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AGEHAB	- Agência Goiana de Habitação
AEIS	- Área Especial de Interesse Social
AP	- Assentamento Precário
APA	- Área de Proteção Ambiental
AS	- Aglomerados Subnormais
DAIA	- Distrito Agroindustrial de Anápolis
EC	- Equipamentos culturais
EP	- Equipamentos públicos
ES	- Escoamento superficial
HIS	- Habitação de Interesse Social
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	- Índice de Condições de Vida
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IMB	- Instituto Mauro Borges
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IQV	- Índice de Qualidade de Vida
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
OR	- Razão de Risco
PIB	- Produto Interno Bruto
PBIC	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação
PLH	- Plano Local de Habitação Social
PMHIS	- Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PMA	- Prefeitura Municipal de Anápolis
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostragem por Domicílio
PPC	- Paridade do Poder de Compra
P	- Parâmetros
Q.V	- Qualidade de Vida
REGIC	- Regiões de Influência
SANEAGO	- Saneamento de Goiás

SEGPLA - Secretaria de Gestão e Planejamento
N
UEG - Universidade Estadual de Goiás
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da distribuição dos aglomerados subnormais no território brasileiro, segundo IBGE, 2011.....	36
Figura 2 - Tipologias ocorrentes em AP segundo Cardoso, 2016.....	40
Figura 3 - Localização de Anápolis na mesorregião central de Goiás, 2016.	51
Figura 4 - Expansão da mancha urbana de Anápolis/GO (1879-2001).....	53
Figura 5 - Distribuição de Assentamentos Precários no espaço urbano de Anápolis/GO, 2010. 59	
Figura 6 - Localização do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis /GO, 2016.	61
Figura 7 - Áreas de assentamentos precários do antigo leito ferroviário de Anápolis vista por imagens de satélites, (2016).....	63
Figura 8 - Carta que mostra em imagem de satélite a distribuição geográfica do espaço urbano do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.....	64
Figura 9 - Traços e contornos das ruas do AP localizado no Bairro Jardim São Paulo, 2016.	65
Figura 10 - Imagem da área onde unidades habitacionais serão construídas para reassentamento das famílias que estão em área de risco no AP localizado no Jardim São Paulo.....	67
Figura 11 - Imagens que retratam os aspectos urbanos da avenida contorno Jardim São Paulo, Anápolis /GO.....	67
Figura 12 - Imagens que retratam os aspectos urbanos da Avenida Ferroviária Jardim São Paulo, Anápolis /GO.....	68
Figura 13 - Imagens de equipamentos urbanos educacionais localizados na região próxima do AP localizado do Jardim São Paulo.....	69
Figura 14 - Registros fotográficos de Unidades de saúde próximo da região do AP localizado no Jardim São Paulo.	69
Figura 15 - Registros fotográficos de estabelecimentos comerciais e não comerciais encontrados no AP localizado no Jardim São Paulo	70
Figura 16 - Registro fotográfico que revelam a precariedade urbana de algumas moradias encontradas no AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.....	83
Figura 17 - Registros fotográficos de habitações encontradas no AP localizado no Jardim São Paulo construídas por tábuas e lonas, 2016.	85
Figura 18 - Registros fotográficos que indicam problemas geomorfológicos no AP localizado no Jardim São Paulo, afetando os moradores, 2016.....	88

Figura 19 - Registros fotográficos de áreas residências críticas no AP localizado no Jardim São Paulo, expondo os moradores aos riscos ambientais, 2016.....	89
Figura 20 - Imagens de ruas do AP localizado no Jardim São Paulo onde a falta da infraestrutura do asfalto contribuem para formação de buracos e sulcos acumulando água parada, 2016.....	93
Figura 21 - Imagens de águas escorrendo das residências dos moradores do AP localizado do Jardim São Paulo, 2016..	94
Figura 22 - Imagens de acúmulo de lixo em diversos locais próximos do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução populacional de Anápolis/GO (1910- 2010)	51
Gráfico 2 - Estado civil dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.	72
Gráfico 3 - Números de filhos em porcentagem de acordo com a opinião dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.	73
Gráfico 4 - Números de entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo de acordo com o grau de escolaridade, 2016.	74
Gráfico 5 - Número de moradores entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo que responderam sobre sua situação trabalhista, 2016.	76
Gráfico 6 - Principais motivos respondidos pelos dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo sobre a escolha do local de moradia.	78
Gráfico 7 - Números de entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo de acordo com a quantidade de pessoas em seu domicílio, 2016.	80
Gráfico 8 - Número de salas de acordo com as resposta do entrevistado do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.	81
Gráfico 9 - Número de quartos de acordo com as resposta dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.	81
Gráfico 10 - Número de banheiros de acordo com as resposta dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.	81
Gráfico 11 - Material utilizado para construção das casas do AP localizado no Jardim São Paulo, segundo opinião do entrevistador, 2016.	82
Gráfico 12 - Opinião dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo sobre as doenças que mais atingem a região onde eles vivem.	90
Gráfico 13 - Opinião dos entrevistados sobre avaliação do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia de indicadores no estudo escandinavo sobre qualidade de vida	28
Quadro 2 - Pontos indicativos de Qualidade de Vida, segundo Herculano (2000).	29
Quadro 3 - Caracterização das principais tipologias de assentamentos precários, segundo variáveis relevantes.....	38
Quadro 4 - Lista dos assentamentos precários irregulares em áreas públicas municipais, identificados e caracterizados pela PMA, 2010.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil. favelas, segundo grandes regiões, 1991, 2000 e 2010.	34
Tabela 2 - Profissões relatadas pelos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.	75
Tabela 3 - Opinião dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, sobre qual classe social eles se incluem, 2016.	77
Tabela 4 - Opinião dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo sobre como adquiriu o imóvel, 2016.	79
Tabela 5 - Avaliação dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo sobre a infraestrutura urbana do setor, 2016.	84
Tabela 6 - Fatores que indicaram serem significativos para o risco de contrair dengue na região onde se encontra o AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.	91
Tabela 7 - Opinião dos entrevistados sobre os serviços que ocorrem próximo do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.	96
Tabela 8 - Opinião dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo sobre sua prática de lazer no dia a dia, 2016.	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - CONCEITUANDO QUALIDADE DE VIDA, ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS	21
1. Conceito e as Várias Abordagens sobre Qualidade de Vida	21
1.1 Assentamentos Precários	32
1.2 Riscos e Vulnerabilidade Socioambiental em Assentamentos Precários	41
CAPÍTULO 2 - CIDADES MÉDIAS E A PRODUÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: CARACTERIZANDO ANÁPOLIS E ÁREA DE ESTUDO	49
2. Anápolis como Cidade Média e a produção de Assentamentos Precários	49
2.1 Caracterização da Área de Estudo	61
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA Q.V DOS RESIDENTES DO AP LOCALIZADO NO BAIRRO JARDIM SÃO PAULO	71
3. Perfil dos entrevistados do AP localizado no Bairro Jardim São Paulo	71
3.1 Condições de Trabalho	74
3.2 Qualidade da Habitação.....	78
3.3 Qualidade Ambiental	86
3.4 Qualidade dos equipamentos Públicos	96
3.5 Meios de Entretenimentos e Informação	100
3.6 Qualidade de vida e direito à Cidade	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	119

INTRODUÇÃO

O contato com o conhecimento acadêmico nos faz aprender muitas coisas, entre elas a produção da pesquisa. Inicialmente antes de nos tornarmos pesquisador, buscamos nos interessar por algum tema que nos motiva a pesquisar. Os temas urbanos sempre foram da minha preferência. Estudar a produção do espaço urbano, os problemas socioambientais que ocorrem na cidade em sua escala intraurbana, sempre me chamaram a atenção como cidadão, pesquisador e agora como professor. A Aptidão para os estudos urbanos na minha experiência acadêmica teve início no ano de 2005, com o convite da professora Giovana Galvão Tavares, para participar como integrante de um grupo da pesquisa intitulada: Cidade/Meio Ambiente Espaço Urbano Ilegal: uma proposta de investigação da qualidade de vida dos moradores das áreas subnormal (Favela) localizado no Anápolis City/GO. Projeto que posteriormente se estendeu tendo como objetivo estudar todos os espaços considerados ilegais que se caracterizam como aglomerados subnormais em Anápolis. Naquela oportunidade fui aluno voluntário do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Experiência essa que durou dois anos e que me ajudou a perceber vários problemas de ordem social e ambiental sobre a produção do espaço urbano de Anápolis, e, principalmente, sobre a produção do espaço ilegal. A pesquisa realizada foi a construção da minha monografia, defendida no ano 2006 no curso de Geografia.

Em 2014 volto à cena acadêmica tendo mais uma vez como temática de estudo, as habitações caracterizadas como assentamentos precários (AP). Pesquisa que busquei realizar com maior profundidade, discutindo como tema central a Qualidade de vida (Q.V) que tem como proposta refletir sobre o bem-estar das pessoas, suas necessidades básicas como, por exemplo: recursos disponíveis, condições habitacionais e principalmente as ambientais (HERCULANO, 2000).

Nesse sentido, baseando-se nas ideias de Q.V de Herculano (2000), realizei esta pesquisa tendo como objeto de estudo os residentes do AP localizado no Jardim São Paulo Anápolis (GO). Este trabalho está inserido na linha de pesquisa Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente e teve como objetivo geral, conhecer a qualidade de vida dos moradores do AP localizado no Jardim São Paulo Anápolis (GO) e como específicos: caracterizar e identificar os principais problemas socioambientais de ocorrência da área de estudo, identificando principalmente a ocorrência de riscos ambientais e sociais; entender a visão que essa população tem da vida urbana, demarcando principalmente a sua percepção aos direitos à cidade, a qualidade de vida, traduzida através do acesso às políticas públicas e sociais; mapear

a área de estudo, destacando sua distribuição espacial suas áreas de riscos e, principalmente, os principais pontos de segregação e exclusão social; investigar a origem e as condições socioeconômicas desses moradores para traçar o perfil dessa população.

Nesse propósito, a pesquisa pretende responder aos seguintes questionamentos: qual é a Q.V dos moradores que vivem no AP localizado no Jardim São Paulo? Quais são os principais riscos sociais e ambientais que afetam essa população? Qual é a visão que essa população tem da vida urbana e do direito à cidade? Quais são as origens desses moradores e seu perfil socioeconômico? Como hipótese a ser respondida considerou-se a seguinte: a Q.V dos moradores que se encontram localizados no AP do Bairro Jardim São Paulo é determinada pela qualidade habitacional e os serviços urbanos como, por exemplo, a infraestrutura.

Esta pesquisa pelas características de sua problemática e abordagem teórica se definiu por utilizar uma vertente “qualiquantitativa” incluindo como instrumento de coleta: questionário. A construção deste instrumento baseou tanto nas abordagens subjetivas, avaliando a opinião e percepção dos moradores sobre seus problemas e qualidade de vida quanto nas abordagens objetivas, avaliando de forma quantitativa os recursos disponíveis e os vários problemas que a população do AP localizado no Jardim São Paulo enfrenta como os problemas socioambientais possíveis de serem quantificados entre outros aspectos que podem incluir nestas duas esferas de abordagens da Q.V.

Portanto, a pesquisa seguiu os seguintes passos: no primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico em bibliotecas virtuais, bancos de teses e dissertações de universidades brasileiras, livros e periódicos entre outras fontes. No segundo realizou-se consultas em bases documentais em órgãos públicos da Prefeitura Municipal de Anápolis (PMA): Secretaria de Planejamento; de Desenvolvimento Urbano; de Meio Ambiente - Recursos Hídricos. Consultas em órgãos estaduais de Goiás: Defesa Civil-Corpo Bombeiros; Agência Goiana de Habitação (AGEHAB); Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) esta última em suas fontes de dados estatísticos disponíveis nos arquivos digitais do Instituto Mauro Borges (IMB) e em órgãos Federais: Ministério das Cidades e no (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) IBGE, também em arquivos disponíveis em bases digitais.

O terceiro passo da pesquisa foi o trabalho de campo que teve por objetivo realizar observações e registros dos principais problemas socioambientais inseridos no cotidiano da população residente do AP, identificando na área de estudo: ruas sem pavimentação, áreas em processos de erosão com ocorrência de sulcos, ravinas e voçorocas, ruas com acúmulo de lixo

e esgoto a céu aberto, moradias críticas com alto grau de precariedade, entre outros aspectos comprometedores da Q.V.

O quarto passo foi à aplicação de instrumento em formato de questionários (Anexo 1), contendo 60 questões, sendo este organizado e adaptado com base nas categorias de análises de Q.V de Herculano (2000) que considera e aponta alguns elementos que são indicativos de medição da Q.V, a saber: a qualidade da habitação; da educação; saúde; das condições de trabalho; da diversidade e horizontalidade, comunicação social; de transporte coletivo; meio ambiente urbano; meio ambiente não-urbano; da pluralidade e horizontalidade dos canais de decisão, entre outros indicativos.

Para tanto, com base nestes pontos determinantes de Q.V proposto por Herculano (2000), buscamos adaptar algumas variáveis importantes destes indicadores para realidade da pesquisa, buscando atingir o objetivo principal que é analisar a Q.V dos residentes do AP localizado no Jardim São Paulo. Assim, para realização desta pesquisa considerou-se os seguintes pontos de mensuração da Q.V:

- Perfil dos moradores;
- Condições de trabalho;
- Qualidade da habitação;
- Meio ambiente urbano;
- Degradação ambiental provocado pelo processo de ocupação de áreas de risco;
- Qualidade dos equipamentos públicos (educação, saúde, áreas de lazer, creche, posto policial);
- Meios de entretenimento e informação;
- Noção sobre Q.V e direito à cidade (relação do morador com envolvimento político com partidos e associações), entre outros que evidenciam o exercício da cidadania.

Sobre amostragem da pesquisa é importante destacar que o desenho metodológico para realização deste instrumento se baseou no cálculo de amostragem infinita como pode ser visto no esquema abaixo:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot E^2 + Z^2 \cdot P \cdot (1-p)}$$

Onde:

n = O tamanho da amostra para calcular

N = Tamanho do universo (quantidades de pessoas)

Z = É o desvio do valor médio para alcançar o nível de confiança desejado.

Nível de confiança 90% -> Z=1, 645

Nível de confiança 95% -> Z=1,96

Nível de confiança 99% -> Z=2, 575

E = É a margem de erro máximo para admitir (p.e. 5%)

P = É à proporção a ser encontrada.

Ao considerar o tamanho da população e o universo, quanto também o grau de confiança de 95 % e margem de erro de 0,05%, a amostragem calculada foi de 62 domicílios indicando a quantidade de questionários a serem aplicados na área de estudo. Optou-se por fazer uma amostragem baseando pela contagem de domicílios. Assim a contagem dos domicílios foi feitas com base em imagens de satélite Google Earth acessado em 25/08/15 e mapa urbano digital disponível pela PMA (2014) que indicou um total 165 domicílios.

Vale destacar também, que na pesquisa, utilizou-se de uma análise de regressão logística, para avaliar os principais fatores ambientais de risco que contribuíram para o aumento do caso de dengue na região onde se encontra o AP. Os fatores que foram avaliados são: o asfalto, água, esgoto, coleta de lixo, drenagem e risco ambiental. A metodologia da análise da regressão logística está descrita da seguinte forma:

Valor (P) equivale significância, ou seja, considera-se que em valores (p) menor que (0,05 a) são estatisticamente significativos e podem ser aceitos como não equivalentes entre si, por sua vez (p) maior que (0,05) não são significantes e assim considera que são equivalentes entre si.

Valor (OR) equivale à razão de risco provocado por aquele fator. Assim considera que valores menores que (1) indica proteção. E valores maiores que (1) indica não proteção risco.

Cabe ressaltar que os participantes da pesquisa foram os residentes do assentamento precário, objeto de estudo, que encontravam - se em suas residências e aceitaram participar, assinando o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (Anexo 2). Ficarão excluídos da pesquisa os moradores não pertencentes da área de estudo, gestores, profissionais da área de saúde e educação. Outro critério de exclusão foi à recusa do morador em participar de pesquisa. Esta pesquisa teve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UniEVANGÉLICA – Centro Universitário de Anápolis, sob o parecer nº 1.115.658/2015(Anexo 3).

A dissertação está dividida em três capítulos: Conceituando qualidade de vida, assentamento precário e riscos socioambientais, no qual busca conceituar e discutir esses

conceitos; Cidades médias e a produção de assentamentos precários: caracterizando Anápolis e área de estudo. E por último: Análise da qualidade de vida dos residentes do assentamento precário localizado no Bairro Jardim São Paulo.

O primeiro capítulo apresenta todo um esboço que busca fundamentar teoricamente os principais conceitos da pesquisa que são: a qualidade de vida, assentamentos precários e riscos socioambientais.

O segundo capítulo discute o espaço urbano de Anápolis enfocando a produção de AP em cidades médias, fazendo uma ligação ao seu processo de urbanização, neste capítulo também apresentada a localização e a caracterização da área de estudo.

O terceiro capítulo discorre as análises da Q.V dos moradores do assentamento precário que residem no Jardim São Paulo e apresenta uma importante discussão, com base em reflexões teóricas organizadas por tabelas, gráficos e imagens que revelam a qualidade de vida da população desse assentamento precário.

Buscou-se com essa pesquisa proporcionar maior visibilidade das questões que envolvem o espaço urbano de Anápolis, colaborando para a gestão pública que terá uma visibilidade ampliada dos problemas socioambientais do espaço estudado. O trabalho será publicado para a divulgação do conhecimento científico, gerando artigos inéditos que serão encaminhados para publicação de revistas Qualis.

CAPÍTULO 1 - CONCEITUANDO QUALIDADE DE VIDA, ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

1. Conceito e as Várias Abordagens sobre Qualidade de Vida

A Q.V tem sido tema de estudo de várias áreas do conhecimento e emana uma multiplicidade de sentidos. Tanto mencionada e imaginada, sobretudo pelo senso comum, o tema é cada vez mais utilizado por diferentes meios, seja nas instituições de ensino, no discurso dos políticos, em conversas rotineiras, em notícias de jornal, na internet etc. Ora é mencionada em propagandas relacionadas ao estilo de morar bem, em apartamentos fechados com boa infraestrutura, de lazer e aparato de segurança, ora faz relação à marca de certo produto, por exemplo, o lançamento de um automóvel de última geração, com alta tecnologia e que garante o conforto e comodidade da família nas viagens, resultando no prazer e na felicidade. Por fim, não esgotando os exemplos que são muitos, encontram-se muitos deles, relacionado à área da saúde, fazendo referência à criação de novos hábitos saudáveis, ligado à alimentação, a atividade física, como forma da busca do bem-estar do corpo, fatores que garantem a satisfação geral com a vida, a partir deste ponto de vista, reduzindo a noção deste termo, na qual demanda uma melhor compreensão e investigação científica.

Pinto (2004) aponta que as discussões sobre Q.V tem uma história relativamente recente, sua vulgarização ocorreu fora do ambiente acadêmico, em um contexto social dominado pela crescente visibilidade dos efeitos perversos de um desenvolvimento industrial que coloca no centro dos debates a preocupação com os desequilíbrios econômicos, a contaminação ambiental, a deterioração das condições de vida e as assimetrias de crescimento entre os povos. Para a autora a preocupação de atribuir um estudo científico sobre Q.V começa a partir da década de 1960 sobre um contexto social favorável marcado por várias críticas, segundo Pinto (2004, p.99), a saber:

[...] críticas crescentes ao modelo que associa linearmente crescimento econômico/desenvolvimento/bem-estar, modelo que tem as suas origens no desenvolvimentismo ocidental do pós-guerra, mas que proporciona agora consciência das consequências não desejadas. Critica-se a sociedade da opulência (Galbraith), denuncia-se o mal-estar da "sociedade da abundância" (Riesman) e o perigo do "homem unidimensional" (Marcuse), aprofundando-se os riscos de um desenvolvimento econômico sem limites enquanto se questiona o modelo da "cultura ocidental moderna" (Escola de Frankfurt); [...]

A autora lembra ainda que em meio a este contexto, marcado por várias assimetrias, surge a preocupação de diferenciar e distinguir o desenvolvimento de crescimento econômico. Aumenta assim, a necessidade acrescida de medir o desenvolvimento não apenas com dados

estatísticos quantitativos de ordem econômica, como o (Produto Interno Bruto) PIB, também os qualitativos de ordem social que mede o bem-estar da população de forma mais ampla, buscando assim indicadores que traduzem na compreensão da satisfação básica dos seres humanos. Assim, observa-se que a história do desenvolvimento deste tema, está ligada ao movimento histórico dos indicadores sociais, que surge nos anos de 1960 nos EUA, influenciado principalmente pelas ciências humanas nas abordagens sociológicas ligadas a sociologia positivista aplicada. Em meio a uma imensa necessidade de conhecimento e informações para construção de indicadores que medem o bem estar socioeconômico que revela o diagnóstico e eficácia ou falência das políticas sociais (PINTO, 2004).

Para Pereira, Teixeira e Santos (2012) a crescente preocupação com as questões relacionadas à Q.V vem de um movimento das ciências humanas e biológicas no sentido de valorizar parâmetros mais amplos que o controle de sintomas, a diminuição da mortalidade ou o aumento da vida ou expectativa de vida. Observam-se com base nestes teóricos, que o tema Q.V é abordado por vários autores como sinônimo de saúde, outros como um conceito mais abrangente em que as questões de saúde seriam um aspecto do conceito a ser avaliado.

Diante destas referências colocadas é importante apontar as principais abordagens e discussões sobre o conceito de Q.V e destacar seus principais indicadores com base nas suas diferentes visões teóricas. Inicialmente é importante dizer que se trata de um conceito que apresenta uma imprecisão teórica, não reúne consenso e definição, devido a sua multidimensionalidade, daí muitos autores vão associar o conceito a uma multiplicidade de termos, alguns ligados à área da saúde (MINAYO, HARTZ e BUSS, 2000), outros como bem-estar e conforto (GONÇALVES, 2004), acesso a recursos (VILARTA e GONÇALVES, 2004), condições ambientais (HERCULANO, 2000), dentre outros, sendo que seus indicadores vão desde a renda até a satisfação, com determinados aspectos da vida.

Para Pereira, Teixeira e Santos (2012) os conceitos mais aceitos de Q.V encontram-se nas dimensões discutidas na abordagem geral ou holística. Uns desses exemplos é o conceito de Q.V trabalhado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1998), atribui a Q.V a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas, ou ainda, que estão sendo negadas as oportunidades de alcançar a felicidade e a autorrealização, com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas (ONU, 1998).

Com base na análise do conceito da ONU (1998), nota-se que Q.V nada mais é que uma percepção que os indivíduos têm de suas necessidades, na qual está sendo satisfeita ou não. No entanto o conceito é vago e carece de uma maior abrangência, pois esta relacionada

somente a três esferas da vida: saúde, sociedade e economia, e o conceito abrange muitas outras esferas como família, trabalho, cultura e meio ambiente entre outros aspectos, para satisfação completa das necessidades humanas. Nesse sentido também vale considerar, que ter como parâmetro este conceito, corre o risco de ser padronizado, pelo fato de ser desenvolvido por um Estado e ser imposta ideologicamente negando a multidimensionalidade do conceito.

Outras abordagens encontram-se nos conceitos de Q.V que busca priorizar apenas questões econômicas, quanto àqueles que se baseiam a Q.V na noção a acesso a recursos. Gonçalves (2004, p.13) define Q.V como “[...] a percepção subjetiva do processo de produção, circulação e consumo de bens e riquezas. A forma pela qual cada um de nós vive seu dia a dia”. Este conceito de Q.V apresentado baseia em uma visão econômica materialista, no qual a satisfação e necessidades humanas são pautadas no consumo de bens e riqueza, para atingir o seu bem-estar, na qual com sua percepção cotidiana ele avaliará se está tendo ou não Q.V.

Vilarta e Gonçalves (2004, p.29) “[...] abordam a qualidade de vida pela maneira como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo, portanto, saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões que lhe dizem respeito”. Nota-se nessa abordagem, que a noção Q.V está reduzida ao acesso de vários recursos, nos quais as pessoas vivem, sentem em seu cotidiano. Apesar desse conceito destacar a noção de Q.V como uma percepção que as pessoas têm sobre os recursos básicos para a vida em sociedade, o conceito acaba recaindo em uma perspectiva materialista baseado apenas a Q.V como uma noção a acesso e a recursos, ele não leva em conta a acessibilidade e as inovações tecnológicas que cada indivíduo e a sociedade possuem, pois estes são determinantes para avaliar as diferentes demandas de necessidades que cada sociedade carrega na luta por esses recursos.

Em uma tentativa de análise de Q.V de forma mais ampla, saindo do reducionismo das abordagens gerais e econômicas, Minayo, Hartz e Buss (2000, p.10), destacam que:

[...] qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Esses autores apresentam um conceito de Q.V abrangente, destacando sua dimensão social ligada à expressão humana que busca a satisfação do seu bem-estar nas relações sociais, ambientais e culturais. Este conceito possui um aspecto positivo, o de considerar a

multidimensionalidade da Q.V, atribuindo muitos significados, nos quais o indivíduo e a coletividade percebem e refletem a partir da subjetividade em diferentes épocas, espaços e histórias. Segundo Minayo, Hartz e Buss (2000) os três fóruns importantes de entendimento da noção do conceito de Q.V que são:

O primeiro histórico. Ou seja, em determinado tempo de seu desenvolvimento econômico, social e tecnológico, uma sociedade específica tem um parâmetro de qualidade de vida diferente da mesma sociedade em outra época histórica. O segundo é cultural. Certamente, valores e necessidades são construídos e hierarquizados diferentemente pelos povos, revelando suas tradições. O terceiro aspecto se refere às estratificações e classes sociais. Os estudiosos que analisam as sociedades em que as desigualdades e heterogeneidades são muito fortes mostram que padrões e concepções de bem estar são também estratificados: a ideia de qualidade de vida está relacionada ao bem-estar das camadas superiores e à passagem de um limiar a outro (MINAYO, HARTZ E BUSS, 2000, p.10)

No entanto, apesar destes autores apresentarem uma discussão abrangente do conceito de Q.V, destacando fóruns que levam a reflexão do conceito, observa-se que na literatura desenvolvida por esses autores, o conceito de Q.V é trabalhado como uma forma de contribuir para humanização da área da saúde, buscando sua promoção que resultará no bem-estar da população, portanto o conceito cai no reducionismo médico, o que nega outras variáveis de análises importantes como por exemplos os parâmetros socioambientais.

Além dessas abordagens apontadas, outras duas importantes atravessam o debate sobre o conceito de Q.V, na atualidade são as abordagens ligadas a distinção das esferas objetivas e subjetivas e as que centram seus estudos com base na compreensão dos recursos disponíveis e das necessidades.

Pinto (2004), na tentativa de fazer distinção entre as abordagens objetivas e subjetivas, aponta que as esferas objetivas estão ligadas a operacionalização de conceitos como condições de vida e níveis de vida. Diferente do que as esferas subjetivas que tem como ênfase a percepção subjetiva, ligado a compreensão do bem-estar e a satisfação com a vida. Para esta autora, a distinção destas duas esferas é de grande importância para o estudo sobre Q.V na atualidade, na qual direciona a clivagem para estudos mais quantitativos associados às abordagens objetivas e as qualitativas ao estudo das abordagens subjetivas, tentando expor algumas dimensões mais consensualizadas sobre o conceito de Q.V, Pinto (2004) chama a atenção para dois aspectos do conceito na qual abrangeria os seguintes entendimentos:

[...] a qualidade de vida é um conceito que recobre uma grande variedade de componentes e áreas que ultrapassam as condições materiais de existência e os aspectos meramente econômicos para incluir necessidade, recursos, valores, aspirações individuais até preocupações, objetivos e problemas sociais; - é um conceito que não pode ser diretamente mensurável, pelo que há necessidade de recorrer a distintas formas de medida, uma vez indicadores objetivos, outros, do tipo subjetivo que refletem as vivências dos sujeitos e as suas avaliações em relação às múltiplas dimensões da vida. (PINTO, 2004, p.113).

A exposição feita por Pinto (2004) destacando os pontos de vista mais consensualizados sobre o conceito de Q.V é de grande importância, pois mostra a necessidade de pensar a noção desse conceito, além das condições materiais de existência, nas quais ela destaca que estão ligados, muitas vezes aos aspectos econômicos, para incluir necessidades, recursos, valores, aspirações individuais até preocupações, objetivos e problemas sociais.

Sobre as abordagens que buscam a compreensão da Q.V, com base na demanda dos recursos disponíveis e necessidades, Herculano (2000) destaca que para operacionalização destes modelos de abordagens, o pesquisador deve considerar e levar em conta as diferenças individuais, sociais e culturais, pela acessibilidade às inovações tecnológicas. Conforme a autora os recursos disponíveis, seriam a capacidade efetiva de um grupo social de satisfazer suas necessidades. Alguns exemplos de recursos disponíveis são destacados por Herculano (2000, p.5), a saber:

[...] podemos analisar as condições de saúde pela quantidade de leitos hospitalares e número de médicos disponíveis, ou o grau de instrução pelo número de escolas, jornais publicados, níveis de escolaridade atingidos, etc; podemos avaliar as condições ambientais pela potabilidade da água, coliformes e partículas de substâncias nocivas em suspensão, pela emissão aérea de poluentes, pela quantidade de domicílios conectados às redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, pela dimensão per capita de áreas verdes e espaços abertos urbanos disponíveis para amenizar a paisagem cinza do concreto e asfalto urbanos.

Por sua vez, as necessidades seriam a avaliação dos graus de satisfação e dos patamares desejados, na qual a mensuração da Q.V poderia ser feita pela distância entre o que se deseja e o que se alcança. Essa poderia ser medida pelos estágios de consciência a respeito dos graus de prazer ou felicidade experimentado, ou mesmo, com base no julgamento que se propõem substantivo, feito pelo próprio pesquisador, sobre o que tornaria a vida melhor (HERCULANO, 2000).

Herculano (2000), busca a construção do seu conceito de Q.V apontando diversas variáveis que vão além das condições materiais de existência, conceito este, norteado também pelas questões ambientais, no qual segundo Herculano (2000) Q.V se definiria como:

[...] a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higiene ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais (HERCULO, 2000, p.21)

Observa-se que diferente Pinto (2004), essa autora defende a mensuração da Q.V como forma de compreensão e entendimento do desenvolvimento do bem-estar dos indivíduos e do coletivo. Ela propõe a inclusão da temática ambiental nos demais itens hoje mensurados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ou seja, baseado em Ferreira (1996), a autora defende que a Q.V deve ser pensada em valores e princípios que tratam como um direito de cidadania, baseado no ponto de vista ético, ambiental que atinge a plenitude humana. Assim Herculano, 2000, p.23 destaca sete pontos nos quais a mensuração da Q.V implicaria, a saber:

1. níveis de conhecimento e tecnologia já desenvolvidos e os mecanismos para o seu fomento;
2. canais institucionais para participação e geração de decisões coletivas e para resolução de dissensos;
3. mecanismos de acesso à produção (financiamentos);
4. mecanismos de acessibilidade ao consumo (distribuição de renda, de alimentos e acesso aos equipamentos coletivos - água, luz, saneamento, etc.);
5. canais democratizados de comunicação e de informação;
6. proporção de áreas verdes para a população urbana; proporção de áreas de biodiversidade protegidas;
7. organismos governamentais e não-governamentais voltados para a implementação da qualidade de vida (volume de recursos financeiros e de pessoal alocados para as políticas sócio-ambientais) .

Com base nestes parâmetros observa-se que a noção de Q.V proposta por Herculano (2000), recobre a uma grande variedade de componentes que ultrapassa as condições materiais de existência, incluindo principalmente os aspectos ligados a vida urbana, por exemplo: a acessibilidade, os meios de acesso à cultura, a ciência, as artes, aos canais de comunicação e de participação popular para decisões que envolvem a cidadania, a avaliação dos equipamentos urbanos, além das questões ambientais, etc. Por considerar todos esses aspectos, nesta pesquisa foi adotado este conceito reconhecendo sua maior relevância teórica para os estudos atuais sobre Q.V, pois este tende ultrapassar as condições materiais de existência, essenciais para compreensão das demandas humanas no que se refere à precariedade urbana.

Diante dos conceitos apresentados sobre Q.V, vale destacar que não existe um conceito único e definitivo sobre Q.V, pois como colocado anteriormente o tema não reúne consenso, existindo assim, imprecisões teóricas. O que pode ser definido são os métodos de mensuração da Q.V, ou seja, as proposições dos indicadores que vão avaliar um determinado aspecto da vida, sendo que essa varia de acordo com a abordagem e objetivos de estudo.

Alguns pesquisadores vão propor indicadores de Q.V individuais ou coletivos que avaliam uma determinada sociedade. Muitos pesquisadores vão priorizar os indicadores qualitativos para avaliar o grau de satisfação das pessoas, buscando extrair informações subjetivas. Outros vão avaliar as condições de vida das pessoas, como base nos indicadores

objetivos, visando mensurar o acesso a recursos, como por exemplo: acesso à alimentação, água potável, habitação, trabalho, saúde e lazer, entre outros aspectos, todos em uma perspectiva quantitativa.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um exemplo de indicador de Q.V de abordagem objetiva, utilizado por vários órgãos nacionais e internacionais para a mensuração do desenvolvimento humano. Ele surgiu na década de 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de propor uma avaliação do desenvolvimento humano das nações, baseando-se em três grandes áreas que são: a renda *per capita*, o nível de escolaridade e expectativa de vida/longevidade. Segundo Sebastiany (2012), a renda componente importante do IDH é avaliada pelo PIB *per capita* em dólar paridade do poder de compra (PPC), que elimina as diferenças de custo de vida entre os países. O nível de escolaridade, pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis do ensino, por último a expectativa de vida que é avaliado, utilizando números de expectativa de vida ao nascer. Conforme a autora, essas três dimensões vão ter a mesma importância no índice que tende variar dentro de uma escala que vai de zero a um.

Assim, entende-se que o IDH é um indicador de Q.V que se apresenta de forma sintética, pautado em dados estatísticos quantificáveis, que resume a ideia de desenvolvimento e de Q.V, tendo como base três grandes áreas, partindo de uma visão única e geral que desconsidera a percepção do indivíduo, ou seja, sua subjetividade em avaliar o seu bem-estar e sua satisfação sem considerar outras variáveis relevantes para o desenvolvimento humano, como por exemplo, a dimensão ambiental.

Concordando com (Herculano, 2000, p.21), vale destacar a crítica que esta autora faz sobre o IDH, por não incorporar a dimensão ambiental, no qual destaca que:

[...] as pessoas podem ter boa escolaridade, longa expectativa de vida, acesso às riquezas geradas, mas morarem e trabalharem em locais poluídos, sujeitos a riscos, conviverem com águas sujas, respirarem poluentes e habitarem compactamente selvas de pedra deprimentes, onde as cores predominantes sejam os tons de cinza do cimento e do asfalto.

Diferente do IDH, a proposta de indicadores sociais proposto pelo sistema de Bem-Estar da Escandinávia, busca apresentar e propor indicadores que consideram dimensões que vão além das condições materiais e grau de riqueza, ou seja, se baseia tanto nos indicadores subjetivos quanto nos indicadores objetivos. Segundo Allardt e Nussbaum (apud Herculano, 2000) seu princípio se baseia em 03 verbos básicos da vida humana que são: ter, amar, ser. Como mostra o Quadro 1 que especifica a tipologia destes indicadores no estudo escandinavo sobre Q.V:

Quadro 1 - Tipologia de indicadores no estudo escandinavo sobre qualidade de vida

Necessidades	Indicadores Objetivos	Indicadores Subjetivos
TER (necessidade materiais e impecoais)	Medidas objetivas do nível de vida e das condições ambientais	Sentimentos subjetivos de insatisfação / satisfação com as condições de vida
AMAR (necessidades sociais)	Medidas objetivas das relações com outras pessoas	Sentimentos de infelicidade / felicidade nas relações sociais
SER (necessidades de desenvolvimento pessoal)	Medidas objetivas da relação das pessoas com a) a sociedade; b) a natureza	Sentimentos subjetivos de isolamento / desenvolvimento pessoal

Fonte: Pinto (2004) adaptado de Allardt, (1993).

Como se observa no Quadro 1 a proposta de indicadores escandinavos possui uma grande relevância e avanço na compreensão da Q.V. Pois se baseando nos três princípios apresentados, ter, amar e ser ,busca-se mensurar a Q.V com base nas necessidades, sejam elas pessoais ou sociais que melhoram a vida do ser humano. Assim, este instrumento, possui a vantagem de combinar variáveis objetivas com subjetivas considerando o nível de vida, as condições ambientais, a satisfação com a vida, à felicidade entre outros elementos, como componentes importantes para compreensão do bem-estar e da Q.V. Percebe-se nesta proposta de índice de Q.V que os indicadores objetivos estão ligados a ideia de satisfação, enquanto que os qualitativos estão associados à noção de insatisfação.

No Brasil, um importante instrumento é o Índice de Condições de Vida (ICV), indicador este desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, para estudar a situação dos municípios mineiros. Considerado como um instrumento mais sofisticado do que o IDH, vários institutos brasileiros como Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e IBGE adaptaram este índice para análise de dados de todos os municípios brasileiros. O ICV é um conjunto composto por 20 indicadores organizados em cinco dimensões, a saber:

- 1) renda (familiar *per capita*, grau de desigualdade, percentagem de pessoas com renda insuficiente, insuficiência média de renda e grau de desigualdade na população de renda insuficiente);
- 2) educação(taxa de analfabetismo, número médio de anos de estudo, percentagem da população com menos de 4 anos de estudo, percentagem da população com menos de 8 anos de estudo e percentagem da população com mais de 11 anos de estudo);
- 3) infância (percentagem de crianças que trabalham, percentagem de crianças que não freqüentam escola, defasagem escolar média e percentagem de crianças com mais de um ano de defasagem escolar);
- 4) habitação (percentagem da população em domicílios com densidade média acima de duas pessoas por dormitório, percentagem da população que vive em domicílios duráveis e percentagem da população que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto) e
- 5) longevidade(esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil (MINAYO,HARTZ E BUSS, 2000,p.11)

Apesar da abrangência deste índice em avaliar as condições de vida com base em componentes objetivos como: renda, educação, infância, habitação e longevidade, percebe-se que este indicador não possui variáveis subjetivas que avalia a satisfação dos indivíduos com

relação a estes componentes. Este instrumento de avaliação só abrange a visão de Q.V, com base no ponto de vista socioeconômico, pois pelo fato de ser um indicador que avalia as condições de vida dos municípios brasileiros, poderia avaliar a questão ambiental referente ao saneamento básico, qualidade da água, as condições de vida urbana, mobilidade urbana, saúde, condições de saúde, trabalho, etc.

Por sua vez, o Índice de Qualidade de Vida (IQV) proposta por Herculano (2000) busca abranger indicadores que vão mais além do que a proposta do ICV incorporando a dimensão ambiental a um índice de sinalização do bem-estar humano. A autora sugere elementos para a elaboração de um novo conjunto de indicadores que mensurem a um só tempo e de forma integradora, o bem estar individual, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico (HERCULANO, 2000).

Essa nova visão ganha força com diferentes proposições no sentido de ampliar o conceito de desenvolvimento e agregar novas dimensões aos seus índices de aferição e acompanhamento. Para Herculano (2000), esta visão amplia a dimensão de avaliação da Q.V, pois busca saber se uma sociedade esta progredindo ou não, avaliando de forma integrada aspectos econômicos junto com aspectos sociais e ambientais, permitindo uma maior leitura do desenvolvimento humano, incluindo: acesso à cultura, a liberdade e a construção da cidadania, entre outros aspectos (Herculano, 2000).

Dessa forma, a proposição do IQV de Herculano (2000) se pauta em indicadores que buscam o compromisso ético da sociedade que garante a vida e permite que as potencialidades humanas sejam realizadas sem destruir a natureza. Essa noção de compromisso ético procura superar a perspectiva de uma “perfeição inatingível”. O Quadro 2 apresenta os pontos indicativos deste modelo de indicadores de Q.V.

Quadro 2 - Pontos indicativos de Qualidade de Vida, segundo Herculano (2000).

Qualidade Habitacional	Média de pessoas por m ² domiciliar; percentual de domicílios ligados às redes de abastecimento de água, de eletricidade, de esgotos, de telefonia; extensão dessas redes e das vias urbanas calçadas.
Qualidade Educacional	Matrículas escolares/população em idade escolar; nível médio de escolaridade; nível médio de escolaridade feminina; número de professores secundários/população em idade escolar; número de jornais e de livros vendidos; número de livrarias disponíveis; número de centros culturais/população.

Qualidade da Saúde	Expectativa de vida; mortalidade infantil; morbidade materna; número de leitos e de médicos à disposição da população; relação de mortes por pacientes hospitalares; quantidade de proteína animal distribuída à população de menos de 15 anos, pela rede pública de ensino e pelas creches.
Condições de Trabalho	Quantidade de acidentes de trabalho/população trabalhadora industrial e agrícola; extensão das jornadas; níveis salariais médios por setor; presença de mão de obra infantil/total da população trabalhadora; o grau de diferença entre as rendas mais altas e mais baixas advindas do trabalho assalariado.
Diversidade e Horizontalização na Comunicação Social	Número de aparelhos de rádios e televisões; número de estações emissoras; número e tiragens de jornais impressos; quantidade de salas para cinema e teatros; número de horas semanais de programas educativos de rádio e TV educativa; comunicação comunitária; quantidade de bibliotecas por cidade e bairro; relação de emissoras, jornais e revistas por proprietário; número de computadores ligados à Internet.
Qualidade no Transporte Coletivo	Assentos/hora disponíveis, sobre trilhos, para a população urbana e interurbana; assentos/hora por veículo coletivo; tempo médio de deslocamento entre a moradia e o local de trabalho.
Qualidade Ambiental Urbana	Área verde e/ou áreas amenas urbanas per capita; distância média das moradias a essas áreas; níveis de emissão de CFC (clorofluorcarbono), de dióxido de carbono e de outros dejetos químicos; volume e qualidade da água potável disponível; destino dado ao lixo; valor de equipamentos antipoluição existentes/valor da produção.
Qualidade Ambiental Não Urbana	Níveis de acidificação e de contaminação tóxica dos solos; evolução da área de desertificação em relação à área total agrícola e de florestas; taxas de desflorestamento x taxas de reflorestamento; distância da área destinada a rejeitos radioativos em relação à área de vida das populações.
Qualidade, Pluralidade e Horizontalidade nos Canais de Decisão Coletiva.	Recursos financeiros de pessoal destinados à gestão – governamental e não governamental – dos itens acima; velocidade na tramitação processual administrativa e judicial; existência de conselhos democráticos deliberativos, plurais, paritários; acessibilidade à candidatura a cargos eletivos.

Fonte: Herculano, 2000, p.22-23.

Com base no Quadro 2, observa-se que os indicadores propostos por Herculano (2000), buscam avaliar a Q.V, abrangendo uma escala local que apresenta a maioria dos problemas do cotidiano, ligado a uma comunidade, um bairro e a uma cidade que afetam a Q.V do cidadão. Ela parte de uma visão que compreende a Q.V com base em variáveis que incluem acesso a recursos, baseando-se nas necessidades que pode ser avaliados nas esferas objetivas e subjetivas. Como por exemplo: avaliar a qualidade habitacional de um determinado grupo socioeconômico, considerando a quantidade de domicílios, média de pessoa por m², o serviço de saneamento que serve estes domicílios (água, esgoto, serviço de lixo) e demais infraestrutura como serviço de energia, eletricidades, telefonia, etc.

Este estudo de investigação e mensuração que se enquadraria como estudo da Q.V urbana, teria como referência norteadora a questão ambiental, no qual essa se enquadraria com outras variáveis ligadas aos equipamentos urbanos: hospital, escolas, transporte, infraestrutura, mobilidade urbana, podendo ser também avaliado pelo cidadão todos esses serviços através dos canais de decisão coletiva, nas quais de forma resumida com base em Herculano (2000), seria aqueles ligados a gestão governamental e não governamental organizado por conselhos democráticos deliberativos plurais e partidários, garantindo a acessibilidade e o acesso a cargos eletivos, ou seja, o cidadão teria sua participação de avaliação de suas necessidades locais a partir de sua noção do direito a cidade tendo como ponto central a sua participação das decisões que irão resultar na melhoria do seu bem-estar e Q.V.

Diante do exposto, a proposta deste trabalho tem como objetivo metodológico adotar o modelo de avaliação de IQV com base em Herculano (2000), por entender que este instrumento abrange uma melhor compreensão das necessidades humanas, quando se trata do cotidiano urbano, no qual envolve várias necessidades de acesso a equipamentos urbanos para satisfação do bem-estar de uma determinada população. Nos quais instrumentos de avaliação como IDH, ICV, são insatisfatórios para avaliar as condições de vida, por não retratar a realidade local de cada espaço no qual necessita diferentes demandas, como por exemplo, os espaços menores como um bairro, ou mesmo um AP que apresenta vários problemas ligados à própria desigualdade social, gerando problemas de ordem social e ambiental que comprometem na Q.V, sendo importante adotar instrumentos que vão além das questões materiais para mensurar as condições de vida dessa população, tendo com referência uma abordagem socioambiental da Q.V.

1.1 Assentamentos Precários (AP)

Com a maioria das pessoas residindo em cidades, se torna cada vez mais constante encontrar uma grande parcela da população vivendo marginalizada e excluída em AP. Em geral em barracos construídos pelo próprio morador, localizados em áreas degradadas, com pouca ou nenhuma infraestrutura, próximos a lixões, em áreas sujeitas a riscos, como planícies de inundação, encostas, sujeitos a deslizamentos e escorregamentos, ou até mesmo em terrenos públicos e privados as margens de instalações ferroviárias e áreas industriais, etc. Fatores que comprometem diretamente a Q.V de milhares de pessoas que residem nestes ambientes urbanos.

As favelas, os cortiços, loteamentos irregulares são alguns exemplos de AP que apresentam os problemas mencionados anteriormente, (BRASIL, 2010). Esses modelos de habitações são uns dos principais desafios a serem superados em várias cidades brasileiras e também do mundo, pois é o principal retrato da desigualdade social e da pobreza urbana contemporânea.

De acordo com UN-Habitat (2003), milhares de pessoas no mundo vivem em AP com má condição de habitação, em áreas deterioradas com elevado nível de insalubridade e alta densidade populacional. O termo Slum é utilizado na literatura internacional para caracterizar os AP de baixa renda com precárias condições de vida. Para o caso brasileiro o termo mais utilizado para os AP é o de favela (ABREU, 1994).

Segundo Davis (2006) mais de um bilhão de pessoas vive em assentamentos precários, caracterizados pelo autor como favelas. Apesar da generalização que o autor faz caracterizando todos AP como favelas, os dados apresentados são relevantes, pois aponta o futuro tenebroso da urbanização contemporânea que é marcado por precariedade habitacional, revelando não só um problema social, mas ambiental, no qual Davis (2006) teme que:

[...] as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e resto de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se, cercado de poluição, excrementos e deterioração. Na verdade, o bilhão de habitantes urbanos que moram nas favelas pós-modernas podem mesmo olhar com inveja as ruínas das robustas casas de barro de Çatal Huyuk, na Anatólia construídas no alvorecer da vida urbana há 9 mil anos. (DAVIS, 2006, p.28-29)

Davis (2006) aponta que os assentamentos informais, precários no mundo, cresceram em diferentes lugares e contextos motivados por guerras, expulsões catastróficas, recessão econômica, alto crescimento urbano, segregação, racismo, entre outros fatores. Para ele, essas

formas de habitações é uma estratégia de sobrevivência de milhares de pessoas espalhadas pelos os cinco continentes, principalmente nos países em desenvolvimento e recebem diferentes expressões terminológicas em diferentes lugares e região no mundo, por exemplo: *flophouse* (expressão norte- americana); segunda cidade (Egito); cortiços flutuantes e homens engaiolados (Hong Kong), entre outras designações. (DAVIS, 2006).

No Brasil os primeiros AP , segundo Abreu (1994), foram às favelas e os cortiços. Estas duas formas de habitação surgiram no espaço urbano de várias cidades brasileiras, principalmente na região sudeste do Brasil, figurando como moradias de populações pobres, sendo atacadas pelas políticas higienistas no início do século XX por se tratar de habitações insalubres que ameaçavam a saúde pública da época (VALLADARES, 2000). Entendendo as características desses dois AP, destaca-se que cortiços em geral, são as habitações ocupadas por famílias de baixa renda da classe trabalhadora e caracteriza-se por serem habitações coletivas precárias de aluguel (ABREU, 1994). “Historicamente os cortiços se formaram a partir da subdivisão de edificações antigas em áreas centrais que passaram por processos de esvaziamento econômico e/ou transformação de uso” (Cardoso, 2016 p. 35).

Entretanto, diferentemente do que os cortiços, Rodrigues (1990) destaca que as favelas são ocupações juridicamente ilegais de terras, ocupados por famílias sem terras e sem teto. Elas se caracterizam por ser uma ocupação individual e cotidiana, ou seja, aquelas que não têm onde morar procura outro lugar para se instalar com sua família. Neste sentido, pode-se afirmar que as favelas ou similares, segundo (Cardoso 2016, p. 36) “são denominações que correspondem a assentamentos caracterizados pela ocupação irregular do solo, público ou privado, frequentemente com tipologia desordenada e com padrões urbanísticos inferiores aos mínimos exigidos pela legislação”.

Vale apontar que o surgimento das primeiras favelas no Brasil ocorreu no final do século XIX, em 1880 no “Morro da Providência” no Rio de Janeiro¹. Mas cabe ressaltar, que foi a partir da década de 1940, principalmente na década de 1950, sob a ideologia do “milagre econômico”, que este AP começou a crescer e se expandir se tornando um problema no Brasil, principalmente em cidades que sofreram processo de industrialização, atraindo assim, grandes fluxos da população do campo para as cidades.

¹ Segundo Campos (2007) existem três versões que explicam a origem das favelas no Brasil: a primeira, associando seu surgimento com o fim da guerra do Paraguai (1865-1870), período este em que o império alforriou os negros, na qual esses com o fim da escravidão foram para encostas dos morros localizadas nas áreas centrais, formando as primeiras favelas no Rio de Janeiro. A segunda versão está ligada a ideologia higienista que promoveu a destruição de vários cortiços na área central do Rio de Janeiro, mobilizando o deslocamento de 4.000 pessoas para áreas centrais das encostas na cidade. A terceira ligada ao conflito de Canudos, que se deu pelo fato dos soldados não tendo onde morar foi para o Morro da Providencia no Rio de Janeiro, fazendo nascerem às primeiras favelas neste local.

Corrêa (1997) afirma que as favelas são as paisagens urbanas mais contraditórias que as transformações recentes do sistema capitalista, com sua dinâmica e complexidade acarretaram no século XX. Segundo este autor ela é resultado da fragmentação do espaço urbano, da exclusão do direito à cidade, fatores influenciado pela especulação imobiliária, e ausência de Estado que privatiza o solo urbano, deixando de lado o cumprimento de uma política de planejamento urbano que inclui a população ao direito a moradia e ao próprio consumo da cidade. Prática essa que obrigam os grupos sociais de classes mais baixas se dirigirem para áreas degradadas distantes dos equipamentos urbanos, ocupando assim, as áreas de menor valorização imobiliária.

De acordo com Corrêa (1997, p.30), a produção do espaço-favela é uma estratégia de sobrevivência para os grupos sociais excluídos, ele destaca que,

A produção desse espaço é antes de tudo, uma forma de resistência, e ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito á cidade.

Maricato (2006) aponta que o crescimento deste no Brasil ocorreu de forma mais intensa, nas últimas duas décadas do século XX, nas décadas 1980 e 1990, períodos estes de grande crescimento da população favelada, que chegou a 7,65 % contra 1,9 % da população urbana da época. Crescimento que continuou em expansão no século posterior (Ver Tabela 1).

Tabela 1 - Brasil. favelas, segundo grandes regiões, 1991, 2000 e 2010.

Regiões	Quantidade de favelas em números		
	1991	2000	2010
Norte	59	185	467
Nordeste	517	624	1.349
Sudeste	2.225	2.621	3.954
Sul	327	392	489
Centro-Oeste	59	34	70
Brasil: Total	3.187	3.906	6.329

Fonte: Pasternak, 2003- Organização Monteiro, 2016

Historicamente percebe-se que as favelas se destacam como o AP mais conhecido no Brasil, apresentando maior estudo que revelam sua população e quantidade de domicílios. Vale destacar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), utiliza a expressão de “aglomerado subnormal” (AS) para caracterizar os AP no Brasil como favelas e seus assemelhados. Termo esse que em diferentes regiões recebem outras expressões como: invasão, grotas, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo palafitas, entre outros (IBGE, 2011). Segundo o instituto, os AS caracterizam como um conjunto de, no mínimo, 51

domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos com frequência de forma desordenada, densa e carentes de serviços públicos essenciais (IBGE, 2010). De modo mais específico, segundo o IBGE (2011, p. 19) define AS como:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes- refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais.

A (Figura 1) mostra a distribuição dos AP caracterizados como AS segundo o IBGE (2011), eles estão distribuídos por todo território brasileiro com maior concentração na região sudeste, região que tradicionalmente este fenômeno urbano sempre foi maior nas regiões metropolitanas. O crescimento também ocorre na região norte e nordeste do Brasil, com destaque para região de Manaus² no estado do Amazonas e em metrópoles do nordeste como Recife, Fortaleza e Salvador³. Observa-se com base na figura 1 que na região Centro-oeste a uma ocorrência menor de AS, com a presença maior desse AP em Regiões de Influência (Regic) como Brasília e Goiânia⁴.

² Entre as metrópoles do norte, a precariedade em Manaus concentra-se no município-núcleo, com um contingente de 295 mil pessoas em AS, equivalente a 16,53% da população total do município. A situação mais grave está em Belém que, em valores absolutos, é o município que tem a terceira maior população do Brasil vivendo em AS, 758 mil pessoas ou 54,95% do total do município (Nadalin, Krause e Neto, 2016, p.80).

³ Na região Nordeste, as três metrópoles (Recife, Fortaleza e Salvador) apresentam uma proporção de população em AS no município-núcleo maior que nas suas áreas de abrangência. A porcentagem de população em AS em Recife é de 22,85%. Os municípios que apresentavam o fenômeno em 2000 na área de abrangência desta metrópole totalizam 500 mil moradores em AS, 45% deles apenas no município de Jaboatão dos Guararapes (Nadalin, Krause e Neto, 2016, p.81).

⁴ O Centro-Oeste mostra as maiores “lacunas” no que se refere à presença em AS em certas tipologias da Regic. As duas metrópoles da região, contudo, estão aí representadas. A população em AS em Brasília é a maior do Centro-Oeste, com 133,6 mil pessoas residindo em AS – 5,39% da população total, enquanto Goiânia tem apenas 0,27% de sua população nesta condição. Quanto à presença de AS em municípios da área de abrangência de metrópole, somente havia, em 2000, no entorno do Distrito Federal, e exclusivamente em Valparaíso de Goiás, que apresentou elevado crescimento populacional (40,57%). Também no entorno do Distrito Federal está Novo Gama, o único município que se acrescentou a Valparaíso de Goiás no período em exame, com 1.607 pessoas em AS (Nadalin, Krause e Neto, 2016, p.83). Quanto aos centros sub-regionais do Centro-Oeste, nenhum município passou a ter registro da presença de AS, permanecendo Anápolis como o único nesta tipologia. Os municípios de apoio à expansão da fronteira econômica de Mato Grosso seguiram sem sua presença, não obstante seu crescimento populacional intenso (em Sinop, de 55,7% na década) (Nadalin, Krause e Neto, 2016, p.83).

Figura 1 - Mapa da distribuição dos aglomerados subnormais no território brasileiro, segundo IBGE, 2011.



Fonte: Censo: Aglomerados Subnormais - Informações territoriais, IBGE (2011, p.3).

No entanto, mediante essas considerações sobre o crescimento dos AS no Brasil, vale destacar que os assentamentos precários apresentam várias configurações, que vão além das favelas e cortiços. Além desses AP outro tipo de assentamento precário que ocorre no Brasil segundo o Ministério da cidade (2010), são os loteamentos irregulares ou clandestinos. Esse modelo de habitação também é marcado por precariedade habitacional associado às famílias

de baixa renda e a autoconstrução de casas. Muitos loteamentos irregulares ou clandestinos podem apresentar maior precariedade habitacional do que as favelas. De forma geral, “os loteamentos irregulares ou clandestinos apresentam como uma de suas características a ausência ou precariedade de infraestrutura, um dos itens da legislação mais custosos para os loteadores e, portanto, um elemento central na sua caracterização” (Cardoso, 2016, p.35-36). Toda irregularidade que ocorre nos loteamentos está ligado ao não cumprimento integral da normativa urbanística, já a clandestinidade está associado à forma de parcelamento sem qualquer iniciativa de licenciamento (CARDOSO, 2016).

Cabe ressaltar que o crescimento dos AP em forma de loteamentos irregulares e clandestinos está ligado a vários fatores entre eles: a crise habitacional da década de 1940 que foi agravada mediante ao desaparecimento dos empreendimentos privados destinados ao aluguel residencial, fazendo com que a população na época buscasse outros tipos de produção da moradia, sendo a solução a autoconstrução das casas pelo o morador em loteamentos clandestinos. Outro fator está na omissão do poder publico federal e estadual, pois esses enquanto editavam leis urbanísticas que não eram aplicados aos assentamentos populares, acordos eram feitos entre o Estado e o capital industrial, com objetivos de criar condições excepcionais para a industrialização, retirando a parcela relacionada ao preço da moradia do custo de reprodução da mão de obra. Fatores esses que contribuíram para o barateamento dos lotes favorecendo sua multiplicação nas periferias urbanas das grandes e médias cidades brasileiras (BRASIL, 2010).

Além dos loteamentos irregulares, outro tipo de AP encontrados são os conjuntos habitacionais degradados, esses se caracterizam como empreendimentos públicos destinados à habitação de interesse social (BRASIL, 2010). Os conjuntos habitacionais degradados se configuram como AP, pelo fato de muitos se encontrarem em fase não concluída, principalmente no que diz respeito a sua titulação, contribuindo para sua informalidade. Além disso, eles acumulam problemas ligados a patologias construtivas, seja ela por falta de manutenção ou por apresentar precariedade construtiva (CARDOSO, 2016).

Diante desses modelos de habitações que se configuram como AP no Brasil, vale destacar o contexto da formação do conceito de AP que começou a ser desenvolvido a partir da Constituição Federal de 1988 mediante a crise urbana da década de 1980, influenciado pela luta de movimentos sociais por moradia e reforma urbana. A nova política baseada na nova constituição tinha como objetivo a melhoria da questão dos AP tendo como medidas: urbanização de favelas e regularização de loteamentos irregulares, bem como adoção de uma nova metodologia para o dimensionamento do déficit habitacional do país, a partir do trabalho

da Fundação João Pinheiro, (BRASIL, 2010). Neste sentido percebe-se que o conceito de AP foi ampliado e adotado pela nova Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004 para caracterizar o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, (BRASIL, 2010). Como foi destacado o conceito inclui como assentamentos precários: os cortiços, as favelas e assemelhados, loteamentos irregulares de periferia, além dos conjuntos habitacionais que se encontram degradados. De forma específica os AP são porções do território urbano com dimensões e tipologias variadas segundo Brasil (2010, p.9) e têm em comum:

-o fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda; - a precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos; adensamento excessivo, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional; - a origem histórica, relacionada às diversas estratégias utilizadas pela população de baixa renda para viabilizar, de modo autônomo, solução para suas necessidades habitacionais, diante da insuficiência e inadequação das iniciativas estatais dirigidas à questão, bem como da incompatibilidade entre o nível de renda da maioria dos trabalhadores e o preço das unidades residenciais produzidas pelo mercado imobiliário formal.

Vale mencionar que este conceito tem sido uns dos mais abrangentes e esclarecedores para o entendimento do que realmente são os AP no Brasil, pois caracteriza cada um e classifica conforme sua tipologia e origem histórica sem fazer generalização. O Quadro 3 aponta as principais características da cada assentamento precário considerados pela Política Nacional de Habitação (PNH), nelas estão às características ligadas: ao acesso à moradia, terreno, localização, condições de habitações, traçados urbanísticos e infraestrutura.

Quadro 3 - Caracterização das principais tipologias de assentamentos precários, segundo variáveis relevantes Brasil, 2010.

Tipologia de assentamentos precários				
Variáveis	Cortiços	Favelas	Loteamentos irregulares	Conjuntos Habitacionais
Acesso à moradia	Aluguel sem contrato ou ocupação ilegal de imóvel abandonado (público ou privado).	Ocupação ilegal de áreas públicas ou privadas, seguido de compra e venda informal (sem registro).	Compra e venda entre agentes privados. Sem escritura no registro imobiliário.	Compra e venda ou concessão de uso pelo o poder público (sem registro). Ocupação ilegal.
Terreno	Lote regular.	Dimensões irregulares. Resultante de subdivisão informal de lote ou gleba ou área de proteção ambiental.	Lote de dimensão regular em gleba parcelada irregularmente.	Cota parte de terreno ou lote, em gleba parcelada pelo poder público sem aprovação formal.

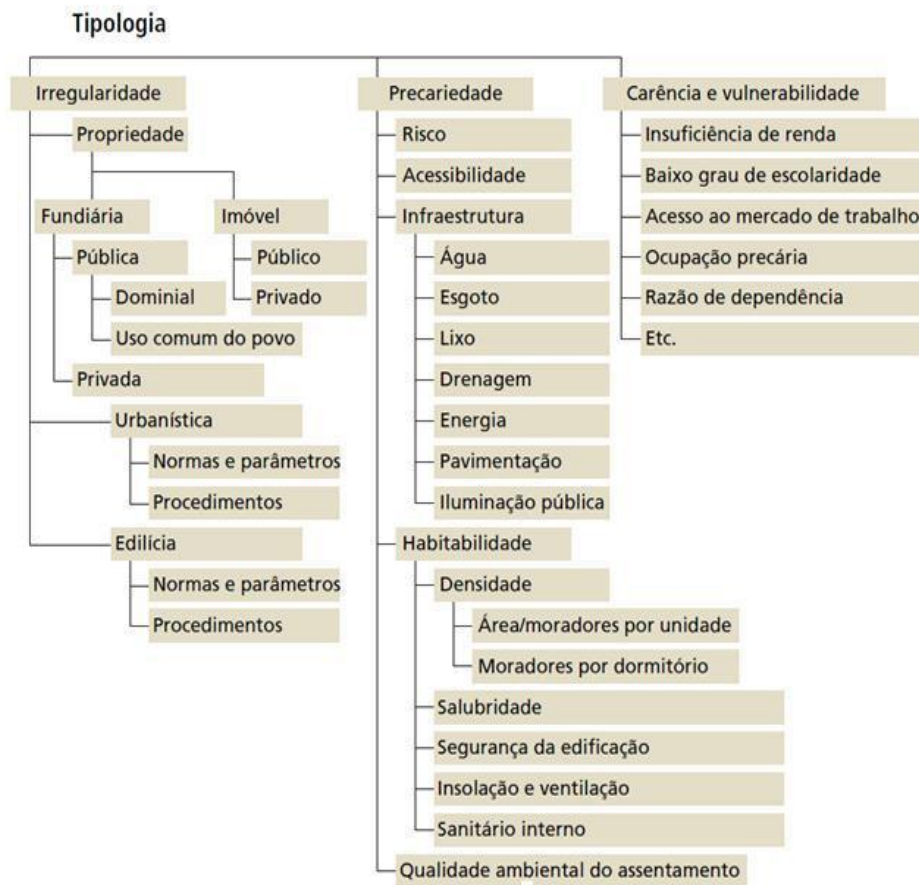
Localização	Áreas centrais.	Áreas centrais, intermediárias ou periféricas, adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferia adequadas ou não à urbanização.	Áreas de periferias adequadas ou não à urbanização.
Traçado urbano e infraestrutura	Inseridos em áreas Consolidadas com traçado urbano regular e dotado de infraestrutura.	Inseridos em área com ou sem infraestrutura. Nas áreas internas do assentamento: traçado desordenado; predominância de vielas de pedestres e escadarias; ausência ou precariedade das demais infraestruturas.	Traçado urbano regular. Viário com problemas de drenagem e trafegabilidade; precariedade das demais infraestruturas. Áreas públicas ocupadas por Favelas.	Traçado urbano regular. Infraestrutura completa ou não, com problemas de manutenção. Áreas públicas ocupadas por Favelas.
Condição da unidade Habitacional	Cômodo resultado de subdivisão de imóvel degradado. Uso coletivo de instalação sanitária. Hidráulica e elétrica precárias. Insalubridade.	Autoconstrução problemas de estruturas; matérias inadequadas; hidráulicas e elétricas precárias e irregulares; insalubridade e riscos.	Autoconstrução ou mutirão; falta de acabamento; matérias de baixa qualidade; hidráulicas e elétrica regulares ou não.	Construção por empreiteira ou mutirão; materiais de baixa qualidade; falta de acabamento e manutenção; áreas comuns e entorno degradado.

Fonte: (Brasil, 2010, p.20)

Como base na caracterização e na classificação dos assentamentos precários do Quadro 3 percebe-se que cada AP se difere um do outro em vários aspectos, mas que em geral se assemelham por serem formas de habitações de populações de baixa renda, marcados pela precariedade habitacional tendo como características comuns: a falta de saneamento ambiental, aspecto como informalidade (insegurança com relação à posse do terreno), a falta de acessibilidade por situarem em áreas distantes aos equipamentos e serviços urbanos coletivos. Além de apresentar condições inadequadas de habitação como: falta de acabamento, baixa qualidade hidráulica e elétrica, problemas na drenagem, trafegabilidade entre outras demandas.

Cardoso (2016) percebendo a problemática dos AP no Brasil aponta três aspectos tipológicos que facilitam as ações do poder público para intervenções em moradias que se enquadram como AP. Entre esses aspectos tipológicos, ele destaca: a irregularidade, precariedade e carência e vulnerabilidade, podendo essa ser mais bem compreendido na (Figura 2):

Figura 2 - Tipologias ocorrentes em AP segundo Cardoso, 2016.



Fonte: Cardoso, 2016

Com base na informação da Figura 2 percebe que existem vários fatores ligados a precariedade urbana que podem afetar a Q.V. A precariedade das populações que residem em AP, fatores comprometedores da Q.V podemos resumir com base em Denaldi (2010) alguns principais ligados à dimensão da precariedade física envolvendo, a acessibilidade, infraestrutura, nível de habitabilidade e qualidade ambiental do assentamento e os riscos. Fatores que revelam as condições ambientais e grau de vulnerabilidade das populações que vivem em AP (DENALDI, 2010).

Diante desses fatores apontados por Cardoso (2016) e Denaldi (2010) sobre a precariedade urbana que muitos AP apresentam, vale agora concordar com Mendonça (2006) e Herculano (2000), que considera importante estudar as populações que vivem em situações de precariedade com baixas condições de habitações. Para esses autores a Q.V pode ser mensurada pelas necessidades básicas do cotidiano urbano das pessoas, principalmente com relação aos aspectos relacionados à qualidade das moradias que envolvem a infraestrutura, o acesso aos equipamentos urbanos, culturais, entre outras demandas do cotidiano urbano.

Mendonça (2006), por exemplo, destaca a importância de avaliar a Q.V com base nos aspectos ligados à moradia, no qual segundo este autor é importante avaliar: a localização das habitações a inserção cidadã (inclusão ao direito a cidade), acessibilidade aos equipamentos urbanos e principalmente avaliação da rede de serviços. Fatores estes que também Herculano (2000) considera essenciais para mensuração da Q.V de forma geral, tendo com referência as questões ambientais como mencionado em seus indicadores de Q.V.

Assim, de acordo com, Mendonça (2006) e Herculano (2000) vale destacar que é possível pensar na existência e na possibilidade de estudar a Q.V com base no estudo dos AP. Pois, como foi colocado, se trata de um modelo habitacional que apresenta vários problemas passíveis de serem investigados. Neste sentido esta pesquisa tem como objeto de estudo a população residente de um AP localizado no bairro Jardim São Paulo em Anápolis, Goiás. O objetivo deste trabalho é mensurar a Q.V dessa população com base no IQV proposto por Herculano (2000) que propõem várias categorias que mensuram a Q.V: ambiente, trabalho, saúde, infraestrutura, equipamentos urbanos e culturais entre outras. Nos quais, cabe ressaltar que será destacado o estudo das condições socioambientais que esta população se encontra, abordando os riscos que ameaçam esta população, tema este que será abordado no tópico a seguir relacionado aos riscos em AP.

1.2 Riscos e Vulnerabilidade Socioambiental em Assentamentos Precários

No atual momento da sociedade contemporânea os riscos se apresentam em diferentes lugares e contextos, atingindo principalmente as populações em que se encontra em situação de precariedade nas cidades, afetando assim sua Q.V. Diversos autores de diferentes áreas têm discorrido sobre a temática dos riscos, alguns destacam seus sentidos e interpretações, outros a noção do próprio conceito, quanto também às diferentes abordagens sobre os tipos de riscos que atingem as populações vulneráveis nos dias atuais. Entre as principais abordagens sobre os riscos encontrados, destacam-se aqueles vindos da sociologia, no qual os atores tendem a focar uma teoria social dos riscos destacando como fenômeno da modernidade. Outros surgem no campo da geografia, buscando abordar a questão dos riscos em diferentes escalas territoriais enfocando a sua gestão.

Giddens (1991) destaca-se como um dos atores da sociologia que busca discutir a questão dos riscos dentro de uma teoria social no contexto da sociedade de risco. Para este autor, vivemos em um atual estágio da história humana rodeados por perigos e riscos, oriundos da própria fase da modernidade e da globalização. De acordo com esse teórico, os

riscos estão se tornando mais radicais e universalizantes do que antes, resultado da própria consequência da modernidade. Giddens (1991) explica que esta fase tratada por ele de alta “sociedade moderna” é marcada por diversos riscos de dimensões globais, resultado do próprio desenvolvimento da ciência e da técnica, introduzida pela chamada era industrial. Segundo ele, a sociedade vive atualmente em uma fase no qual os riscos específicos à modernidade são globalizados e institucionalizados. Para Giddens (1991, p. 126) o perfil dos riscos específicos à modernidade devem ser interpretado e delineado da seguinte maneira:

1. Globalização do risco no sentido de intensidade: por exemplo, a guerra nuclear pode ameaçar a sobrevivência da humanidade. 2. Globalização do risco no sentido da expansão da quantidade de eventos contingentes que afetam todos ou ao menor quantidade de pessoas no planeta: por exemplo, mudanças na divisão global do trabalho. 3. Risco derivado do meio ambiente criado, ou natureza socializada: a infusão de conhecimento humano no meio ambiente material. 4. O desenvolvimento de riscos ambientais institucionalizados afetando as possibilidades de vida de milhões: por exemplo, mercado de investimentos. 5. Consciência do risco como risco: as “lacunas de conhecimento” nos riscos não podem ser convertidas em “certezas” pelo conhecimento religioso ou mágico”. 6. A consciência bem distribuída do risco: muitos dos perigos que enfrentamos coletivamente são conhecidos pelo grande público. 7. Consciência das limitações da perícia: nenhum sistema perito pode ser inteiramente perito em termos das consequências da adoção de princípios peritos.

Com base na discussão sobre a teoria do risco proposta por este autor, no qual ele aponta os vários perfis dos riscos específicos da modernidade, é importante destacar que este teórico, busca interpretar este quadro de riscos com base na reflexividade da modernidade, reconhecendo a incerteza dessa sociedade frente aos riscos, quanto também da possibilidade de alterar o cenário, no qual depende do repensar do estilo de vida, da prevenção para amenizar seus efeitos nas populações vulneráveis (GIDDENS, 1991).

A geógrafa Veyret (2007), também se destaca como uma importante teórica que busca interpretar os riscos na contemporaneidade. Para autora, os riscos devem ser pensados como um fenômeno social, no qual eles devem ser interpretados e estudados em diferentes escalas, pois como afirma essa autora, os riscos de hoje possuem desde repercussões locais até globais, atingindo os mais variados domínios do mundo em seus diferentes territórios. Segundo Veyret (2007), vivemos em uma época de muitas calamidades e catástrofes que vão desde colapsos econômicos, passando pelos acidentes industriais, doenças, até o caos urbano e o terrorismo entre outras situações de ameaças e perigos. A autora propõe a gestão dos riscos, essa deve ser feita como base em eleição de políticas e ações decisórias da organização do território. Portanto, eles devem ser gerenciados territorialmente e não eliminados como fizera em épocas passadas (VEYRET, 2007).

Mediante essas duas abordagens que situa o estudo dos riscos na contemporaneidade é importante apresentar algumas definições sobre conceito de risco, considerando que se trata de um conhecimento multidimensional, possuindo diversos sentidos e interpretações.

Conforme Júnior e Hogan (2005, p.25) “a própria natureza dos riscos não está circunscrita a uma dimensão da realidade, mas exprime toda a complexidade da sociedade contemporânea em seus diferentes embates e naturezas”.

Conforme o Dicionário Larousse da Língua Portuguesa (1999, p.1671), risco é “possibilidade de perigo, acontecimento eventual, incerto, cuja ocorrência não depende da vontade dos interessados.” De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1988) risco é “perigo ou possibilidade de perigo. Possibilidade de perda ou de responsabilidade pelo dano” (FERREIRA, 1988, p.1512).

Observa-se nestas duas ideias iniciais sobre o que é o risco, que o termo vincula-se muito a noção de perigo, perdas, danos, entre tantos outros aspectos que representam em ameaças. Noções estas também encontradas no conceito, de Castro, Cleber e Peixoto (2005, p. 1):

[...] o risco pode ser tomado como uma categoria de análise associada a priori às noções de incerteza, exposição ao perigo, perda e prejuízos materiais econômicos e humanos em função de processos de ordem "natural"(tais como os processos exógenos e endógenos da Terra) e/ou daqueles associado ao trabalho e às relações humanas. O risco (*lato sensu*) refere-se, portanto, à probabilidade de ocorrência de processos no tempo e no espaço, não constantes e não determinados, e à maneira como estes processos afetam (direta ou indiretamente) a vida humana.

Com base nestes autores percebe-se que a noção de risco não é apresentada como um conceito e sim como uma categoria analítica, cuja sua noção também está ligada a idéia de: incerteza, perigos, perdas, entre outros aspectos que afetam diretamente e indiretamente a vida humana. Todas essas noções atribuídas aos riscos segundo esses autores são resultados tanto das forças da própria natureza, quanto do ser humano. Portanto, os autores apresentam uma visão de risco no sentido (*lato sensu*) como eles afirmam , apresentando uma das dimensões abrangentes da noção e do conceito de risco.

Buscando apresentar um conceito de risco que vai além de uma categoria, em um sentido mais amplo Veyret (2007, p.11), argumenta que,

O risco, objeto social, define-se como a percepção do perigo, da catástrofe possível. Ele existe apenas em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. Correm-se riscos, que são assumidos, recusados, estimados, avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal.

Nota-se que a definição de risco apresentado por essa autora, passa pela percepção de que os indivíduos têm sobre o risco, sobre as diversas ameaças que ele representa para sua vida em comunidade. Neste sentido, conforme a autora, o risco então é um objeto social da

percepção humana, ou seja, ele só existe devido à sociedade que a percebe em suas diferentes representações sociais e culturais. Assim, o conceito de risco apresentado por Veyret (2007), assume várias dimensões ligadas à vida social e cultural, pois cada sociedade assimila de forma diferente os riscos, perigos e catástrofes.

Reconhecendo a discussão que existe sobre o conceito de risco, no qual aponta para vários sentidos e interpretações, vale destacar também que a discussão sobre os riscos na contemporaneidade situa-se no debate da caracterização, dos diversos tipos de riscos que atingem as populações vulneráveis em suas diferentes dimensões espaciais. Para Castro, Cleber e Peixoto (2005), os riscos tecnológicos⁵, naturais e sociais são os mais estudados pelos diferentes teóricos, nos quais esses podem ser organizados em diferentes categorias de análise de risco.

Nesta discussão, trataremos dos riscos ambientais e sociais que ocorrem na escala intraurbana⁶ nas cidades, esses tendem a atingir as populações mais vulneráveis que vivem em AP, sendo importante, nesse texto, caracterizar esses riscos buscando uma discussão junto com o conceito vulnerabilidade, principalmente a vulnerabilidade socioambiental. Como propõe Cidade (2013) à questão dos riscos que ocorrem na escala intraurbana deve ser feita de forma interdisciplinar com o conceito de vulnerabilidade em suas diversas dimensões envolvendo uma abordagem ambiental, social e espacial.

Nesse sentido, buscando a compreensão dos problemas socioambientais que ocorrem em AP, e que atingem as populações em situação de precariedade, vale destacar então o conceito de risco ambiental e social. Sobre o conceito de risco ambiental, optou-se pelo conceito dos autores Veyret e Richemond (2007), pois associam os riscos ambientais aos processos naturais, que são agravados pelas atividades humanas, pelas formas de uso e ocupação

⁵ Atualmente as pesquisas sobre riscos tecnológicos são bastante frequentes. O risco tecnológico circunscreve-se ao âmbito dos processos produtivos e da atividade industrial (Castro, Cleber e Peixoto, 2005 p 21). Os riscos tecnológicos envolvem diferentes agentes, por exemplo: contaminação (solo, água de superfície e/ou de subsuperfície, ar, produtos agrícolas) tendo diferentes eventos: processos perigosos (radioatividade, combustão), entre outras situações (HEWITT1997; apud CASTRO, CLEBER E PEIXOTO, 2005).

⁶ A escala intraurbana pode ser entendida como o “arranjo interno dos espaços urbanos” (Cavalcanti, 2001, p12). O intraurbano enfoca um conjunto de elementos que são muito relevantes para compreensão do urbano como modo de vida e para o estudo da estrutura interna da cidade. Nessa escala, a análise pode ser sistematizada a partir de alguns elementos, como: o plano urbano, a densidade da população, as habitações e os imóveis de uso comercial, o equipamento de serviços, características demográficas e étnicas e características sócio- profissionais (SANTOS, 1989, apud CAVALCANTE, 2001). É possível compreender os riscos nesta escala, pois foi visto com base em Veyret (2007) os riscos se apresenta com um é objeto social, no qual esse pode ser estudado em diferentes contextos sociais de uma cidade, envolvendo populações que se encontra em diferentes localizações no espaço urbano da cidade, como por exemplo, as populações de baixa renda que residem em AP situadas nas periferias das cidades. Estas podem ser encontradas distantes de todos os serviços urbanos margeados por riscos sociais e ambientais.

do território. Com relação ao conceito de risco social optou-se por abordar o conceito de Egler (1996, p.34):

Resultante das carências sociais ao pleno desenvolvimento humano que contribuem para a degradação das condições de vida. Sua manifestação mais aparente está nas condições de habitabilidade, expressa no acesso aos serviços básicos, tais como água tratada, esgotamento de resíduos e coleta de lixo. No entanto, em uma visão a longo prazo pode atingir as condições de emprego, renda e capacitação técnica da população local, como elementos fundamentais ao pleno desenvolvimento humano sustentável.

Como se observa com base neste autor, os riscos sociais estão ligados às condições de pobreza. Para Egler (1996) os riscos sociais fazem parte das dimensões abrangente do conceito de risco ambiental, considerando que todo risco social é um risco ambiental. De acordo com Egler (1996), o grau de criticidade das condições habitabilidade, é um dos três fatores de entendimento do conceito de risco ambiental, pois este indica a defasagem entre as atuais condições de vida e o mínimo para o pleno desenvolvimento humano (EGLER, 1996). Neste sentido, pode-se afirmar que este conceito de risco ambiental se apresenta como um importante indicador que revela as condições socioambientais das populações que vivem em AP, pois indicam as condições de vida ligadas às condições de habitações e ambientais para o entendimento da Q.V da população que residem nesse modelo de moradia são em geral precárias.

Mediante o exposto sobre algumas categorias de riscos sociais e ambientais, vale destacar também o conceito de vulnerabilidade, conceito este, que apesar de ser associado ao tema de risco, é diferente, podendo ser entendido como uma categoria que ajuda a interpretar e amenizar os riscos e catástrofes.

Carneiro e Veiga (2004) definem vulnerabilidade como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Cidade (2013) lembra que a evolução deste conceito expressa uma dificuldade de síntese, pois sua noção reflete uma multidimensionalidade que considera vários aspectos que vão além da questão ambiental. Segundo essa autora a vulnerabilidade assume diversas dimensões econômicas, sociais, culturais e políticos entre outras, apresentando sobre diversas modalidades.

Dentre as várias formas e modalidades de vulnerabilidade destaca-se a abordagem da vulnerabilidade socioambiental, que incorpora aspectos sociais e ambientais. De acordo com Cidade (2013, p. 178) “estudos sobre a vulnerabilidade socioambiental ganham corpo com a ascensão do ambientalismo, que põe em questão a capacidade de dominar a natureza”. Neste sentido é importante destacar o conceito de vulnerabilidade socioambiental de acordo Alves (2006, p.47) que define a vulnerabilidade como “uma categoria analítica que pode expressar

os fenômenos de interação e cumulatividade entre situação de risco e degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental), situações de pobreza e privação social (vulnerabilidade social)”. Nota-se com base neste conceito que a vulnerabilidade socioambiental é uma categoria analítica que juntas formam um binômio, que expressa tanto às dimensões dos aspectos ligados as questões físicas /ambientais, quanto aos aspectos humanos sociais que considera as desigualdades sociais como um problema socioambiental.

Podemos citar vários autores que discutem os riscos junto como a abordagem da vulnerabilidade ambiental Carmo e Hogan (2006) e Mendonça (2004) têm se destacado como uns dos vários teóricos que estuda os riscos e problemas ambientais que ocorrem na escala intraurbana em uma abordagem socioambiental. Esses autores apontam a problemática da intensificação da urbanização na modernidade como uma questão central, que gera vários problemas de ordem social e ambiental nas cidades brasileiras nas grandes metrópoles, afetando a qualidade e às condições de vida da população urbana, principalmente as mais carentes localizadas em áreas de riscos. Tanto Carmo e Hogan (2006), quanto Mendonça (2004) são unânimes em reconhecer a maior exposição aos riscos das populações vinculados as condições de pobreza, principalmente as que residem em áreas de AP.

Por sua vez Cerri e Nogueira (2012) destacam que a alta vulnerabilidade das populações que vivem em AP está ligada a vários fatores, entres eles, a localização inadequada da ocupação, ausência de infraestrutura urbana (drenagem, pavimentação, saneamento) e de serviços básicos como (coleta de lixo, redes elétrica e hidráulica, etc.). E ainda, segundo esses autores, a degradação do ambiente, no qual esta, associada a diversos tipos de riscos ambientais, entre os quais os riscos associados a escorregamentos que podem provocar até mesmo o registro de morte devido ao que este processo gera.

Ao discutir as condições ambientais que ocorrem em AP que atingem a população que habitam tais moradias, Bernardes e Tavares (2012, p. 57) argumentam que,

As áreas subnormais, por si só, são espaços dos riscos sociais, e ainda são aqueles mais atingidos pelos riscos ambientais, agravando-se ainda mais devido à ilegalidade urbana que, de certa forma, as transformam em espaços invisíveis para o poder público. Esses espaços são reflexos de processos de transformação da cidade e da forma de morar dos trabalhadores urbanos.

Sobre este contexto as autoras chamam a atenção para os riscos que ocorrem em áreas de AP, tratado como espaços ilegais invisíveis na paisagem urbana das cidades, margeados por riscos sociais e ambientais, que afetam a população mais pobre e trabalhadora urbana. É importante destacar que Anápolis/GO é uma cidade que apresenta a ocorrência de

vários riscos em sua área urbana, atingindo principalmente as populações em situação de precariedade e que vivem em AP.

Diversas fontes como jornais da cidade, relatório da Defesa Civil e artigos acadêmicos comprovam a ocorrência de riscos em Anápolis, vinculando aos assentamentos precários que são constantemente destruídos parcial ou totalmente por inundações, voçorocamentos, etc.

Lacerda *et al.* (2005) destaca a ocorrência de vários riscos ambientais que ocorrem na área urbana de Anápolis, segundo esses autores esses riscos são de ordem geológica e geomorfológica:

Na área urbana de Anápolis os riscos existentes são erosão pluvial em sulcos, ravinas e voçorocas, erosão fluvial, assoreamento e inundações [...] A segunda área de concentração de riscos está na parte central da malha urbana, englobando o centro da cidade e os bairros Anápolis City a leste, Vila Góis a sul e bairro D. Pedro II a oeste. Nesta área os riscos são de erosão pluvial em sulcos, ravinas e voçorocas, erosão fluvial e inundações (LACERDA *et al.*, s/d).

Outra fonte que aponta para a ocorrência de riscos em Anápolis é a reportagem do Jornal Contexto (2009) que destaca a ocorrência de aproximadamente 20 áreas de riscos distribuídas em um total de 44 ruas em vários bairros da cidade. De acordo esta reportagem que se baseou no relatório da Defesa Civil/Corpo de Bombeiro a quantidade de famílias nessas áreas de riscos somam 404 famílias, ou seja, 1206 pessoas, entre essas pessoas estão 917 adultos e 289 crianças. Conforme a matéria publicada no Jornal Contexto (2009) em 29 de novembro, os maiores riscos apresentam nos seguintes bairros, a saber:

Anápolis City, onde 82 famílias vivem numa região com risco de alagamento em virtude das casas serem construídas às margens do Córrego Água Fria. A do bairro Vila São Joaquim, onde 73 famílias habitam uma área mista: que possui erosões; risco de alagamento por enxurradas, e pelo transbordamento do Córrego das Antas. Vila Santa Maria de Nazaré com a ocorrência de pontos em que existe risco de alagamento pela proximidade com os dois ribeirões nessa área, com 72 famílias catalogadas. E por último a do bairro São Carlos, o perigo são as voçorocas (grandes erosões) que ameaçam 35 famílias.

Vale destacar também o importante relatório de planilha de área de risco do município de Anápolis, divulgado em (2014) pela Defesa Civil/Corpo de Bombeiro que mapeou 16 áreas de riscos, contabilizando uma população total de 631 moradores que vivem nestes espaços vulneráveis. Dentre várias áreas de riscos citadas pelo relatório, observa-se que alguns são assentamentos precários, como por exemplo, o AS do setor do Novo Paraíso destacado como área de risco de enxurradas e alagamentos. Percebe-se também com base neste documento, que muitos setores não foram incluídos neste relatório, como, por exemplo, o objeto de estudo, o AP encravado no bairro Jardim São Paulo, portanto o número de áreas de riscos podem ser maiores no espaço urbano da cidade. Haja vista o objeto de estudo se

enquadra como uma área de risco, valendo aqui mencionar a reportagem do jornal Contexto (2013) quando destaca que 59 famílias que vivem no AP do Jardim São Paulo (antiga invasão do bairro São João) serão remanejadas de suas casas por estarem em área de risco.

Com base neste exposto que destacou o arcabouço teórico de reflexão dos riscos, vale apontar o quadro metodológico que irá apontar a abordagem de riscos que foram mensurados nesta pesquisa. Inicialmente vale destacar que estudar os riscos é uma condição fundamental para mensuração da Q.V, pois como mencionado, a discussão dos riscos envolve a discussão do ambiente, variável essa fundamental no conceito de Q.V de Herculano (2000). Para tanto, trabalhou-se com a categoria de risco ambiental e social, pois são os riscos de maior ocorrência em AP como já foi apontado. Neste sentido abordou-se como risco ambiental a questão que envolve o relevo, ou seja, as áreas de ocupação do AP com maior suscetibilidade a processos erosivos e deslizamento. Sobre os riscos sociais considerou-se a situação socioeconômica do morador, as condições dos domicílios e a infraestrutura urbana ligada principalmente: ao asfalto, esgotamento sanitário, água e coleta de lixo entre outros fatores. Destacou-se também como riscos a proliferação de doenças vinculadas ao ambiente, como o problema da violência um fator de risco social. Assim, foram levantados vários riscos que expõem a população do AP, encravado no Jardim São Paulo Anápolis, GO expondo essa população em situação de vulnerabilidade socioambiental.

CAPÍTULO 2 - CIDADES MÉDIAS E A PRODUÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: CARACTERIZANDO ANÁPOLIS, GO E ÁREA DE ESTUDO

2. Anápolis como Cidade Média e a produção de Assentamentos Precários

As cidades médias são consideradas como “espaços em transição” conforme aponta Sposito (2007), elas têm seus papéis constantemente ampliados e alterados em uma rede urbana se caracterizando como locais de atração de fluxos migratórios de intensa e rápida dinâmica demográfica que refletem diretamente em seu processo de urbanização.

Em geral as cidades médias se destacam como centros comerciais e industriais de projeção regional sendo dotadas de um mercado consumidor expressivo se destacando principalmente pela qualidade de vida e diversidade dos serviços ofertados em sua região de influência (LUZ, 2009). Mas apesar desses destaques estas cidades também reproduzem os mesmos problemas socioespaciais típicos das cidades de porte metropolitano (SPOSITO, 2007). Como por exemplo, crescimento desordenado, a falta de serviços básicos (infraestrutura urbana e equipamentos públicos), problemas ambientais, segregação/e exclusão, déficit habitacional, além da perifização das camadas de menor renda, favorecendo a produção de assentamentos precários como favelas em áreas de riscos, loteamentos irregulares e clandestinos, entres outros problemas urbanos que impactam na Q.V da população pobre que residem em cidades médias.

De acordo com Santos (2005), o crescimento e surgimento de várias cidades médias no Brasil estão ligados às transformações que ocorreram no território brasileiro a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente entre as décadas de 1960 a 1980. Influenciadas principalmente pela formação de uma nova divisão territorial do trabalho que resultou no crescimento das cidades intermediárias, nas quais passaram a crescer em função do fenômeno da interiorização do crescimento econômico, esse iniciado na década 1970 com a desconcentração das atividades indústrias, resultando na formação de novos pólos de crescimento (SANTOS, 2005).

Para Corrêa (2007) as políticas governamentais implantadas na década de 1960, a exemplo dos polos de desenvolvimento e das regiões programadas, favoreceram no crescimento das várias cidades médias, direcionando diversos fluxos migratórios para seus espaços urbanos, fator que serviu também de barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos. Sobre essas políticas que favoreceram o crescimento das cidades médias Corrêa (2007, p. 27) destaca que:

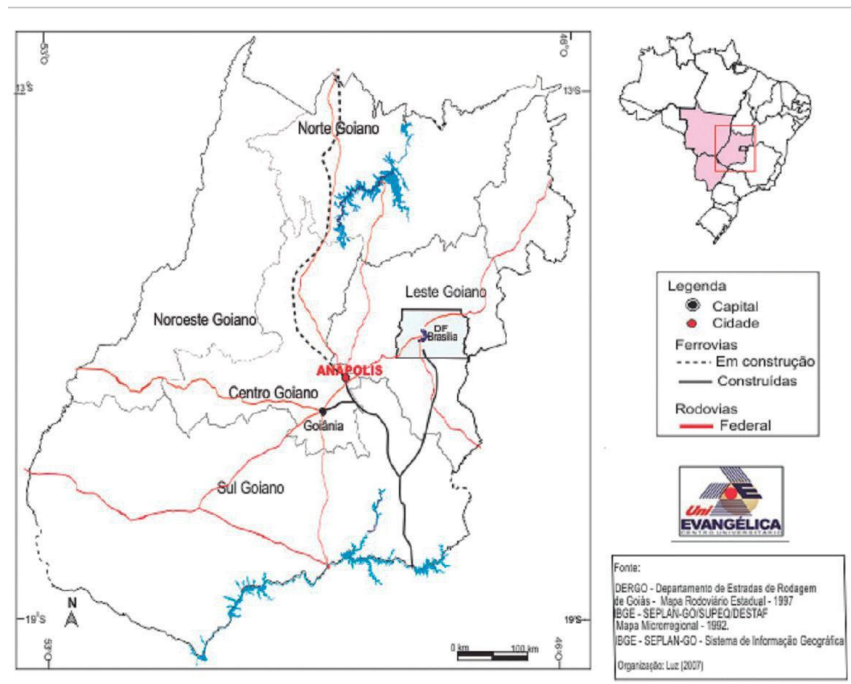
No Brasil, a partir da década de 1960, no âmbito do recém-criado sistema de planejamento que pretendia incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais, a exemplo dos polos de desenvolvimento e das regiões-programas, estabeleceu-se a noção de “cidade de porte médio”, barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos. Tratava-se de uma retórica de um sistema de planejamento que, na década de 1980, foi esvaziado.

Diante desse contexto sobre o surgimento de várias cidades médias no território brasileiro, vale mencionar três aspectos importantes que definem uma cidade média, nos quais segundo Corrêa (2007) são: o tamanho demográfico, as funções urbanas e organização do espaço intra-urbano. Para Corrêa (2007) uma cidade média pode variar de tamanho, entre 50.000 a 500.000 habitantes, dependendo de cada região e estabelecer diferentes funções em uma rede urbana, como centro de oferta de bens e serviços, centro de drenagem e consumo da renda fundiária, centro de atividades especializadas entre outras funções.

A cidade de Anápolis pode ser considerada como uma cidade média, pelo seu tamanho e sua relevância regional em Goiás. Localizada na mesorregião central de Goiás (figura 3) esta cidade possui uma localização privilegiada se destacando como uma cidade pólo na qual exerce um importante comando regional em sua rede urbana. Fatores que conferem a essa cidade uma importante centralidade em sua microrregião de influência no território goiano, como também em outras regiões, se destacando como centro logístico, comercial e industrial de importante projeção regional, (Luz, 2009). Além disso, a cidade se destaca por estar próxima a duas importantes regiões metropolitanas Goiânia e Brasília, integrando assim, com estas demais capitais o chamado eixo do desenvolvimento (Goiânia – Anápolis –Brasília⁷).

⁷ Segundo Arrais (2004), o eixo é uma “região” que abrange, à grosso modo, a Região Metropolitana de Goiânia, Anápolis, Brasília e a microrregião do Entorno de Brasília, uma área superior a 14.000 km² e com quase cinco milhões de pessoas.

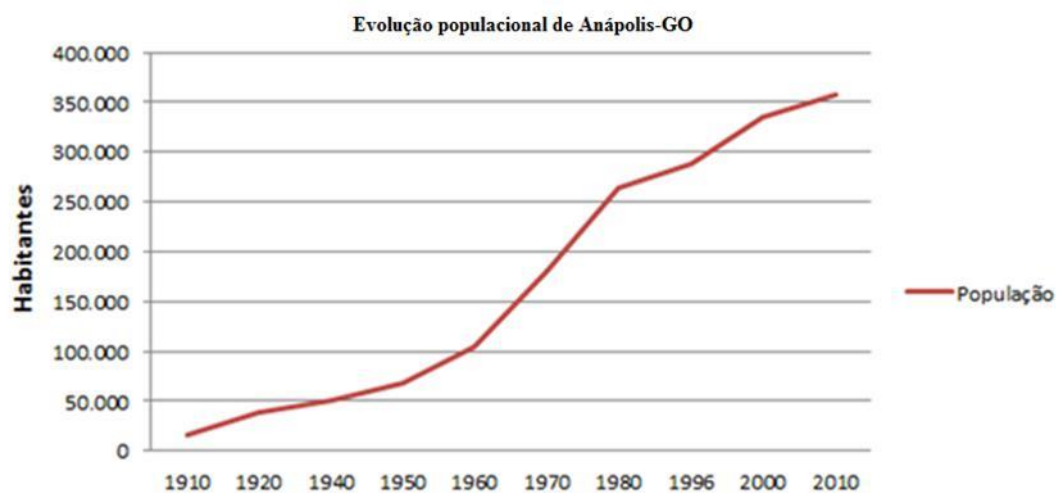
Figura 3 - Localização de Anápolis na mesorregião central de Goiás, 2016.



Fonte: Tavares et al. 2016

De acordo com IBGE (2016) Anápolis possui uma população estimada de 370.875 mil habitantes. A taxa de densidade demográfica do município é 397,44 hab./m² (IMB, 2016). O (Gráfico 1) mostra a evolução populacional de Anápolis em várias décadas, desde (1910 até 2010).

Gráfico 1- Evolução populacional de Anápolis/GO (1910- 2010)



Fonte: Bernardes e Tavares, 2007- Organização Monteiro, 2016

Percebe-se com base no Gráfico 1 que o maior crescimento populacional de Anápolis ocorreu de forma mais intensa a partir da segunda metade do século XX, entre as décadas de 1960 a 1980, períodos no qual o crescimento populacional evidencia processo de urbanização reforçado por perdas no contingente da população rural. De acordo com o (Plano Diretor, 2006 p. 87) “a posição geográfica estratégica do Município e seu desenvolvimento econômico em décadas passadas foram atrativos à migração. Em 1970, a população migrante em Anápolis representava mais de um terço. A mesma proporção se verificou em 1980”. Os principais fluxos migratórios que se destinaram à região tiveram origem principalmente, em municípios do Estado de Goiás e de outros Estados da Federação em sua maioria, de Minas Gerais e São Paulo (PLANO DIRETOR, 2006).

Vale apontar que vários fatores históricos contribuíram para dinâmica socioespacial de Anápolis, favorecendo seu processo no crescimento populacional e de urbanização como, por exemplo, a construção de Goiânia na década de (1930) e Brasília década de (1960) e a implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) em (1970) este último contribuindo para a consolidação da cidade como pólo industrial. Sobre esses fatores que corroboraram para o crescimento urbano de Anápolis favorecendo sua expansão e consolidação como cidade média, Luz e Borges (2014 p. 2) destacam:

Ainda na década de 1960, a construção de Brasília contribui para o incremento demográfico regional e concentração de população nos principais eixos de desenvolvimento urbano, formando uma área especial de concentração de população dominada de Entorno de Brasília e o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia. Nas décadas posteriores, a concentração nas áreas urbanas continuou a ocorrer e as atividades econômicas se diversificaram com atividades terciárias, comércios e serviços, além da indústria. Inclusive , na década de 1970 , foi implantado o primeiro distrito industrial de Goiás na cidade de Anápolis, marco par o desenvolvimento local.

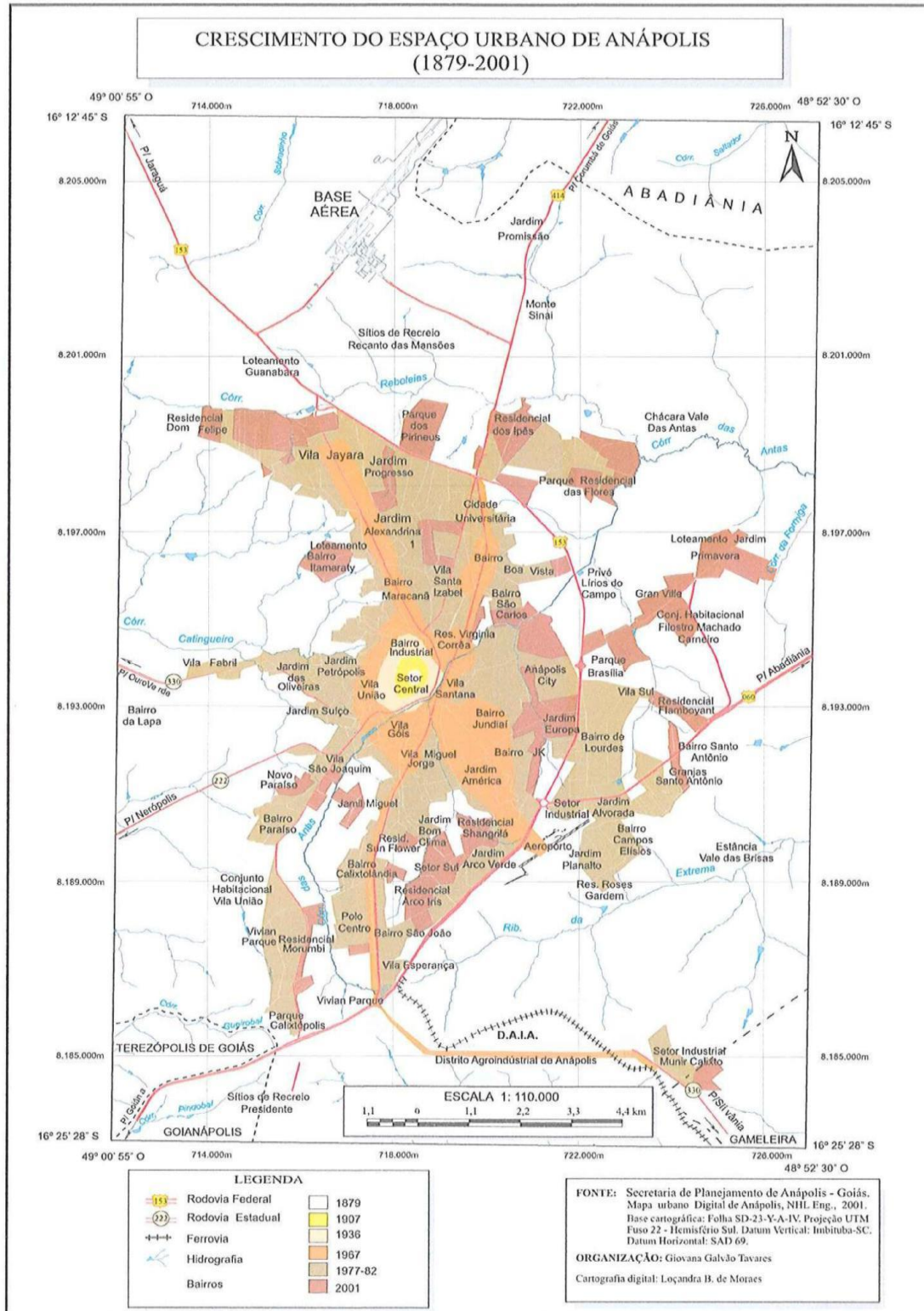
Além desses fatos históricos outros impulsionaram o crescimento urbano e populacional de Anápolis. De modo específico Silva (et al. 2005, p.35) organizam e os destacam da seguinte maneira :

[...] a ferrovia (década de 1930), surgimento de Brasília, crescimento de Goiânia, e implantação da Belém-Brasília (décadas de 1950-1970), implantação da Base Aérea de Anápolis – norte instalação do DAIA Distrito Agroindustrial de Anápolis – ao sul, e pavimentação da BR 153 – a leste (décadas de 1970-1990), [...] Porto Seco no DAIA e consolidação da cidade universitária.

Esses fatores históricos mencionados provocaram um crescimento exacerbado e espraiado da cidade Anápolis, resultando em sua expansão conforme pode ser visto na (Figura 4). Crescimento que segundo Bernardes e Tavares (2007), favoreceram na formação dos

espaços ilegais e na segregação urbano na forma de subnormalidade comprometendo a Q.V da população que habita estes espaços.

Figura 4 - Expansão da mancha urbana de Anápolis/GO (1879-2001)



Fonte: Bernardes e Tavares, 2010.

Destaca-se que a primeira mancha urbana de Anápolis, ocorreu em torno de um núcleo central, influenciado pela estação ferroviária e as instalações dos comércios atacadistas ao seu redor entre as de 1930 e 1950 (FREITAS, 2001). Por sua vez já em meados de 1950 dá se início ao processo de espraiamento da cidade com o aumento de 1807 ha de área loteadas. Ampliando a superfície loteada em 5,7 vezes, contrapondo a um crescimento população de 1,7% (naquele momento 32.103 habitantes), ou seja, espaço urbano ampliou-se mais que o aumento populacional (PLANO DIRETOR, 2006).

Entre as décadas de 1970 a 1990 com a falta de planejamento urbano, intensifica-se a expansão do espaço urbano de Anápolis, resultando no aumento da periferia da cidade, essa sendo influenciados pela abertura de novos loteamentos, novos bairros e áreas habitacionais com expressiva ação do capital imobiliária. Processo que continuou nas décadas seguintes entre 1990 e ano 2000, com expansão urbana nas áreas de proteção ambiental, intensificando o espraiamento do espaço urbano de forma exacerbada marcada pela exclusão e segregação urbana, (FREITAS, 2001).

Vale destacar a grande contribuição do Estado e dos agentes imobiliários na década de 1980, favorecendo o processo de expansão urbana de Anápolis, o que reflete a omissão do poder público neste período que contribuiu para abertura de novos loteamentos, sem uma adequada infraestrutura urbana, na periferia da cidade sem o devido planejamento urbano. Fato que pode ser evidenciado no relatório produzido em 1985, pelo prefeito Anapolino Silvério de Farias, que apontou o desmando da gestão administrativa entre as décadas de 1970 e início de 1980, quando a cidade foi entregue aos agentes imobiliários, informações relatadas no Plano Estratégico para assentamentos subnormais PEMAS (2002). Nestes períodos evidencia-se o processo de marginalização do espaço urbano de Anápolis favorecendo na precariedade urbana, fato mencionado no Plano Diretor (2006, p.96):

Esses fatos ocasionaram o crescimento rápido e desordenado da cidade, com alto déficit de infra-estrutura urbana, de água, asfalto, esgotamento sanitário, educação, saúde e lazer, impedindo que a cidade de Anápolis desempenhasse suas funções econômica e social de maneira sustentável. Evidenciou-se o comprometimento da qualidade de vida dos anapolinos pela incapacidade do governo municipal em financiar a urbanização da cidade nos padrões médios de qualidade e pelo aumento das distâncias percorridas pelos transportes públicos onerando a tarifa. Naquela época o plano diretor de Anápolis /85 recomendava uma política mais agressiva quanto a gestão do seu espaço. Apesar das recomendações explicitadas pelo plano diretor a produção da cidade continuou sem se referenciar às leis reguladoras da intervenção no solo urbano.

No entanto é nesse contexto, marcado pelo crescimento desordenado de Anápolis, influenciado pelo processo de urbanização e por sua vez pelos descompassos das políticas

urbanas nas últimas décadas do século XX, mais especificamente na década de 1980, que vários assentamentos precários vão surgir em Anápolis em espaços urbanos sem uma adequada infraestrutura urbana (PEMAS, 2002).

De acordo com Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Anápolis GO PMHIS (2011), estima-se que exista um déficit habitacional de 18.900 moradias em Anápolis, o que justifica o interesse da administração pública municipal em promover o desenvolvimento de projetos de Habitação de Interesse Social (HIS).

Segundo PMHIS (2011), Anápolis possui mais de 23 áreas assentamentos precário, nas quais muitas destas habitações se caracterizam como AS. Esses assentamentos segundo a Prefeitura Municipal de Anápolis PMA (2011) estão distribuídos em áreas publicas e particulares, sendo então áreas de irregularidade fundiária “que apresentam condições inadequadas de moradia em função do local ou tipo de material utilizado nas construções; bem como, áreas que possuem irregularidades na densidade das ocupações.” (Luz e Souza, 2014 p. 11). Além disso, muitos desses assentamentos precários são encontrando em áreas de riscos ambientais, com ocorrências de riscos geológico-geomorfológicos, ligados aos processos erosivos com formações de (voçorocas), áreas de alagamentos e inundação entre outros riscos.

Podem ser citados alguns exemplos de AP em áreas de risco em Anápolis, como: o AP localizado no bairro Anápolis City, no qual ocorre erosão da margem fluvial e inundações, atingindo a população que ali habita. Outro exemplo, o AP do Novo Paraíso, conhecido tradicionalmente como “Morro do Cachimbo”, localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA), ocorrem voçorocas, além de riscos de enxurradas e alagamentos que atingem esta população.

É importante mencionar que vários autores (SILVA, *et. al* 2005; BERNARDES e TAVARES 2007; BERNARDES e TAVARES 2012; BORGES, LUZ e FREGONEZZI 2012; LUZ E SOUZA 2014; MONTEIRO e TAVARES 2015) têm apontado à existência de AP em Anápolis. O importante trabalho de Bernardes e Tavares (2007), baseado nas informações do relatório PEMAS (2002), revelou a existência de 17 AP no espaço urbano de Anápolis. Naquela época, esses autores caracterizaram todos os AP como aglomerados subnormais, identificando como espaços ilegais de exclusão e segregação, locais invisíveis na paisagem urbana da cidade margeada por riscos sociais e ambientais que afetam a Q.V da população que habitam essas moradias. Os AS identificados por Bernardes e Tavares (2007, p.6) foram classificados no ano de (2007) da seguinte maneira:

AS em área pública municipal escriturada – totalizando 03 locais (Setor Munir Calixto, Jardim Alexandrina e residencial Jandaia) com 432 moradias. AS em área pública não escriturada – totalizando 14 locais (Jardim Santa Cecília, Parque das Primaveraes, Parque das Nações, Santos Dumont, Jardim das Américas 3 etapa, Polocentro, Victor Braga, Santo André, Adriana Parque, Vila Corumbá, Anápolis City, Vila Brasil, Vivian Park 1º etapa e Jardim Progresso) com 1200 moradias. AS em áreas particulares-totalizando 3 locais (Jardim Esperança, Novo Paraíso (Morro do Cachimbo), Leito da Antiga Ferroviária (envolvendo os bairros Arco Verde, Setor Sul e São João) com 1800 moradias.

Vale destacar que até o diagnóstico do Plano Diretor de (2006), não havia em Anápolis AP em forma de cortiços e loteamentos irregulares, mas AP, AS e assemelhados. Sobre os loteamentos irregulares a PMA (2010) registrou apenas 1 o setor Sítios de Recreio Vale das Laranjeiras concentrando 166 domicílios em área de risco com 26 famílias (PMA, 2010). A quase não inexistência de AP em Anápolis como loteamentos irregulares e clandestinos levanta alguns questionamentos, pois a cidade com seu crescimento urbano sem um adequado planejamento contribuiu para sua expansão, sendo essa marcada pela abertura de vários loteamentos, nos quais esses podem ser encontrados nos dias atuais apresentando números maiores do que o divulgado no ano de 2010 pela PMA. Outra observação é desatualização do Plano Diretor (2006) ⁸, podendo sim, ter surgido loteamentos irregulares precários em Anápolis posterior a elaboração deste documento, principalmente na atualidade.

Por sua vez, sobre a existência de AP na forma de AS, o IBGE (2010), classifica apenas um no espaço urbano de Anápolis, o do Novo Paraíso considerado como uns dos mais antigos assentamentos precários de Anápolis surgido na década de 1960, em área de propriedade pública federal se caracterizando como um dos primeiros setores de exclusão da cidade (Tavares, *et al.* 2015; Tavares *et al.* 2016).

Entretanto é importante destacar que para caracterização dos assentamentos precários a PMA, utiliza os critérios como: situação de risco falta de infraestrutura urbana, irregularidade fundiária para identificação dos AP presentes no espaço urbano do município (PMHIS, 2011). Esses critérios se baseiam no conceito de AP segundo Ministério da Cidade (2010). O Quadro 4 mostra os AP caracterizados e identificados pela PMA no ano de (2010) ⁹ e a (Figura 5) mapa

⁸ Atualmente o Plano Diretor de (2006) instituído pela Lei Complementar Nº 130, de 23 de outubro de 2006 revogado pela lei complementar Nº 090, DE 25/2004 vem sendo substituído por novas leis com o objetivo de delimitar um novo perímetro urbano do município de Anápolis. Estas novas leis visa também a criação de novas (AEIS). Todas as mudanças podem ser vistas na Lei Complementar Nº 208/2009; Nº 264/ 2011; Nº 302/2013; Nº 312/2013.

⁹ Apesar da PMA demonstrar um esforço para identificar e caracterizar os AP no município de Anápolis conforme colocado no Quadro 4, vale destacar que muitas dessas informações possam estar imprecisas como, por exemplo: a quantidade AP no município, ano de surgimento, número de domicílios, população estimada, existência de área de risco, entre outros aspectos. Na identificação e caracterização dos AP apontado no quadro 4 no ano de (2010), percebe-se que o AP localizado no Jardim São Paulo objeto de estudo não aparece como um AP, sendo que este pode ser considerado como uma AP de ocupação de área pública Federal.

A identificação e caracterização dos assentamentos precários são de responsabilidade dos municípios de acordo com a Secretaria Nacional de Habitação. Segundo o Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP) existe um

que identifica esses AP distribuído no espaço urbano de Anápolis conforme (PMA, 2010). Muitos desses AP são reconhecidos pela PMA como Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS). Essas áreas foram instituídas nos artigos 29 a 36 da Lei Complementar Municipal 128 de 2006 com objetivo de eliminar a precariedade da infraestrutura municipal (PMHIS, 2011). De modo específico as AEIS em Anápolis podem ser classificadas em três grandes grupos entre elas estão às destinadas como zonas especiais de interesse social formada pelos assentamentos precários. Segundo Lei (Nº 208/2009) AEIS se classificam da seguinte forma, a saber:

I – AEIS I: a) são as áreas referentes aos terrenos públicos ou particulares, edificados ou não, subutilizados ou não utilizados, podendo estar ocupados por favelas, população de baixa renda ou por assentamentos assemelhados, em relação aos quais haja interesse público em se promover a urbanização ou a regularização jurídica da posse da terra, ou a implantação de programas habitacionais de interesse social; AEIS II a) são as áreas referentes aos loteamentos irregulares que têm, por suas características, interesse público em se promover a regularização jurídica do parcelamento, a complementação da infra-estrutura urbana ou dos equipamentos comunitários, bem como a recuperação ambiental; AEIS III a) são as glebas ou áreas adjacentes as AEIS I e AEIS II que se encontram subutilizadas ou não utilizadas, que poderão ser necessárias à implantação e a manutenção de programas habitacionais de interesse social.

É importante citar os principais setores urbanos que formam AEIS I, nelas estão o objeto de estudo desta pesquisa, com base na Lei (Nº 208/2009) as AEIS I de Anápolis são as seguintes:

1. Setor Industrial Munir Calixto; 2. Vila Esperança; 3. Jardim Vera Cruz; 4. Campos Lísios; 5. Jardim Flor de Liz; 6. Jardim Ibirapuera; 7. Bairro Santo Antônio; 8. Residencial Flamboyant; 9. Loteamento Setor Sul I, II e III Etapa; 10. Residencial Arco Íris; 11. Loteamento Residencial Alphaville; 12. Residencial Giovanni Braga; 13. Jardim Santa Cecília; 14. Parque Calixtópolis; 15. Loteamento Vivian Parque I e II Etapa; 16. Parte do loteamento Sítios de Recreio Vale das Laranjeiras; 17. Conjunto Habitacional Vila União; 18. Vila Mariana; 19. Bairro Paraíso; 20. Bairro da Lapa; 21. Residencial Palmeiras; 22. Residencial Dom Felipe; 23. Setor Escala; 24. Setor Residencial Jandaia I e II Etapa; 25. Loteamento Adriana Parque; 26. Loteamento Las Palmas; 27. Bairro Jardim Guanabara; 28. Loteamento Vila Norte; 29. Parque Residencial das Flores; 30. Jardim Promissão; 31. Bairro Santos Dumont; 32. Bairro Monte Sinai; 33. Bairro Aldeia dos Sonhos; 34. Residencial Ana Caroline; 35. Setor Lago dos Buritis; 36. Residencial Dom Emanuel; 37. Sítios de Recreio Jardim Boa Vista; 38. Vila Sul; 39. Residencial Buritis; 40. Residencial Summerville; 41. Parte das Chácaras Americanas; 42. Granjas Santo Antônio; 43. Vila Operária; 44. Jardim Tesouro; 45. Vila Rica; 46. Parque São Conrado; 47. Residencial Shangrilá; 48. Jardim Arco Verde II Etapa; 49. Parque São João; 50. Bairro São João; 51. Residencial do Trabalhador; 52. Residencial São Vicente; 53. Vila São Vicente – Igrejinha; 54. Loteamento Calixtópolis; 55. Loteamento Polocentro I e II Etapa; 56. Loteamento Morumbi; 57. Bairro Calixtolândia I e II Etapa; 58. Residencial Itatiaia; 59. Residencial Copacabana; 60. Residencial Reny Cury; 61. Loteamento Jibrán El Hadj; 62. Loteamento Jamil Miguel I e II Etapas; 63. Loteamento Jardim Primavera 1ª e 2ª Etapas; 64. Granville; 65. Parque Brasília 1ª e 2ª Etapas; 66. Parque São Jerônimo; 67. Chácaras Colorado; 68. Vila Dom Bosco; 69. Parte do Jardim das Américas; 70. Vila Feliz; 71. Conjunto Habitacional Filóstro Machado Carneiro; 72. Morada Nova; 73. Prive Lírios do Campo; 74. Residencial Flor do Cerrado; 75. Residencial Vale do Sol. 76. Residencial Florença. (NR) 77. Bairro Jardim Guanabara (ACRESCIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 264/2011) 78. Bairro Jardim São Paulo. (ACRESCIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 312/2013)

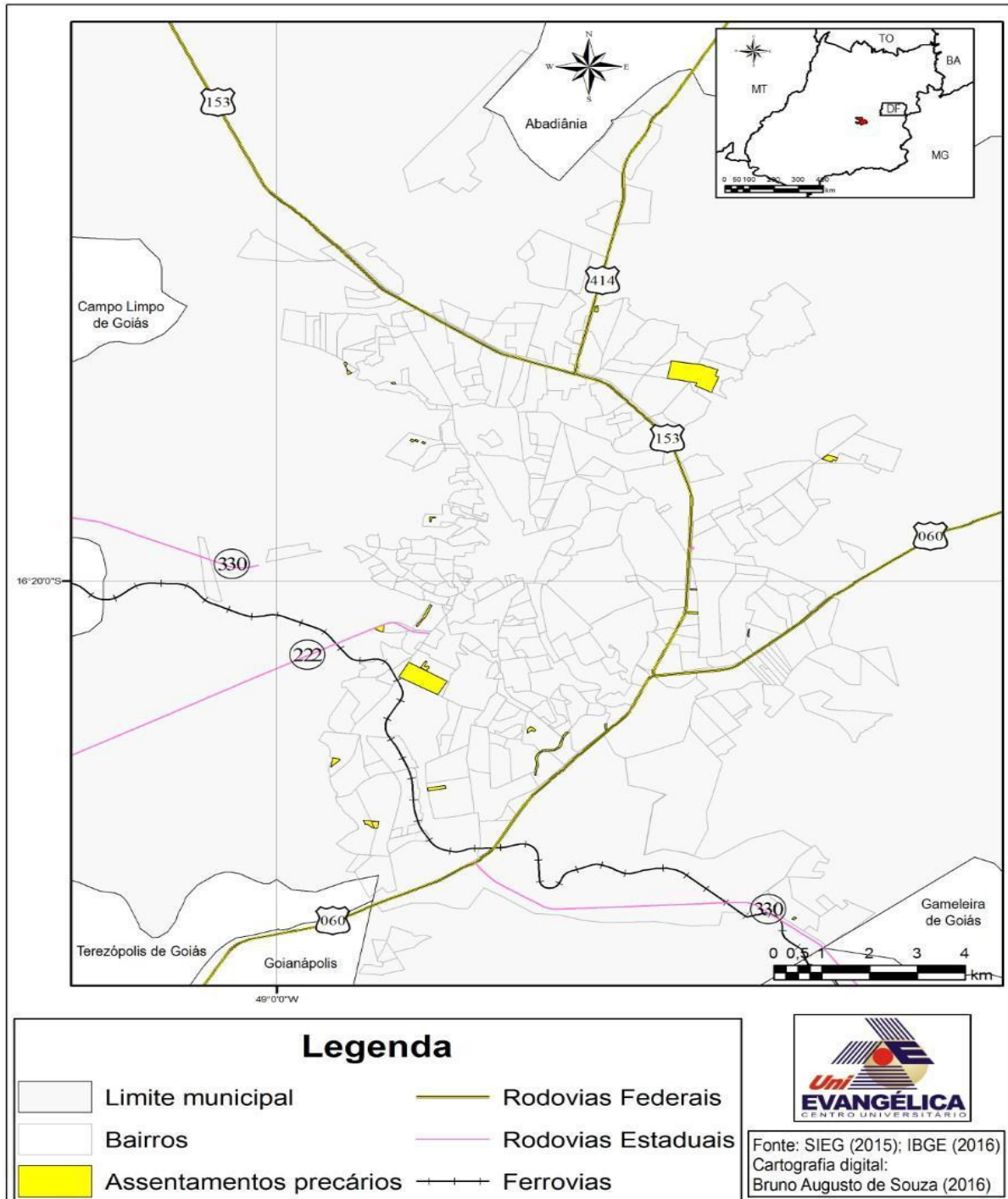
Quadro 4 - Lista dos assentamentos precários irregulares em áreas públicas municipais, identificados e caracterizados pela PMA, 2010.

Bairros ou locais onde estão inseridos os AP	Números de domicílios dos AP	Ano de ocupação	Propriedade da terra e nível de regularidade fundiária
1) Campo da Anapolina	46	1950	Área Pública Municipal
2) Loteamento Bairro Itamaraty 2 Et.	282	Sem informação	Área Publica Municipal
3) Munir Calixto	1230	1982	Assentamento irregular de Área Pública Municipal
4) Polocentro 1 Etapa	416	1988	Assentamento irregular de Área Pública Municipal
5) Jardim Santa Cecília	386 (existência de domicílios em de área risco) 13 famílias	1987	Área Pública Municipal
6) Sítios de Recreio Vale das Laranjeiras	166 (existência de domicílios em de área risco) 26 famílias	1979	Assentamento irregular de Área Pública Particular
7) Anexo Itamaraty	391	1968	Assentamento irregular de Área Publica Municipal
8) Flor de Liz	282	1982	Assentamento irregular de Área Municipal
9) Loteamento Residencial América	790 (existência de domicílios em área de risco)	1980	Assentamento irregular de Área Pública Municipal
10) Parque das Nações	390 (existência de domicílios em área de risco)	1985	Assentamento irregular de Área Pública Municipal Regularização fundiária concluída.
11) Residencial Palmeiras	64	1998	Assentamento irregular de Área Pública Municipal
12) Setor Residencial Pedro Ludovico	318 (existência de domicílios em área de risco)	1983	Assentamento irregular de Área Pública Municipal
13) Conjunto Habitacional Vila União	1063	1992	Assentamento irregular de Área Pública Municipal
14) Arco Verde	1271	1964	Área Pública Municipal
15) Frei Eustáquio	634	1975	Assentamento irregular de Área Pública Municipal
16) Loteamento Jardim Primavera 2 Et.	188	1985	Assentamento irregular de Área Pública Municipal
17) Loteamento Santa Clara	419	1970	Assentamento irregular de Área Pública Municipal
18) Parque das	638	1987	Assentamento irregular de Área

Primaveras			Pública Municipal
19) Residencial das Flores	1736 (existência de domicílios em área de risco) 42 famílias	2000	Assentamento irregular de Área Pública Municipal
20) Setor Sul 1 Etapa	572	1980	Assentamento irregular de Área Pública Municipal
21) Vivian Parque	1379 (existência de domicílios em área de risco)	1986	Assentamento irregular de Área Pública Municipal

Fonte: PMA, 2010 - Organização Monteiro, 2016.

Figura 5 - Distribuição de Assentamentos Precários no espaço urbano de Anápolis/GO, 2010.



Fonte: Monteiro, 2016

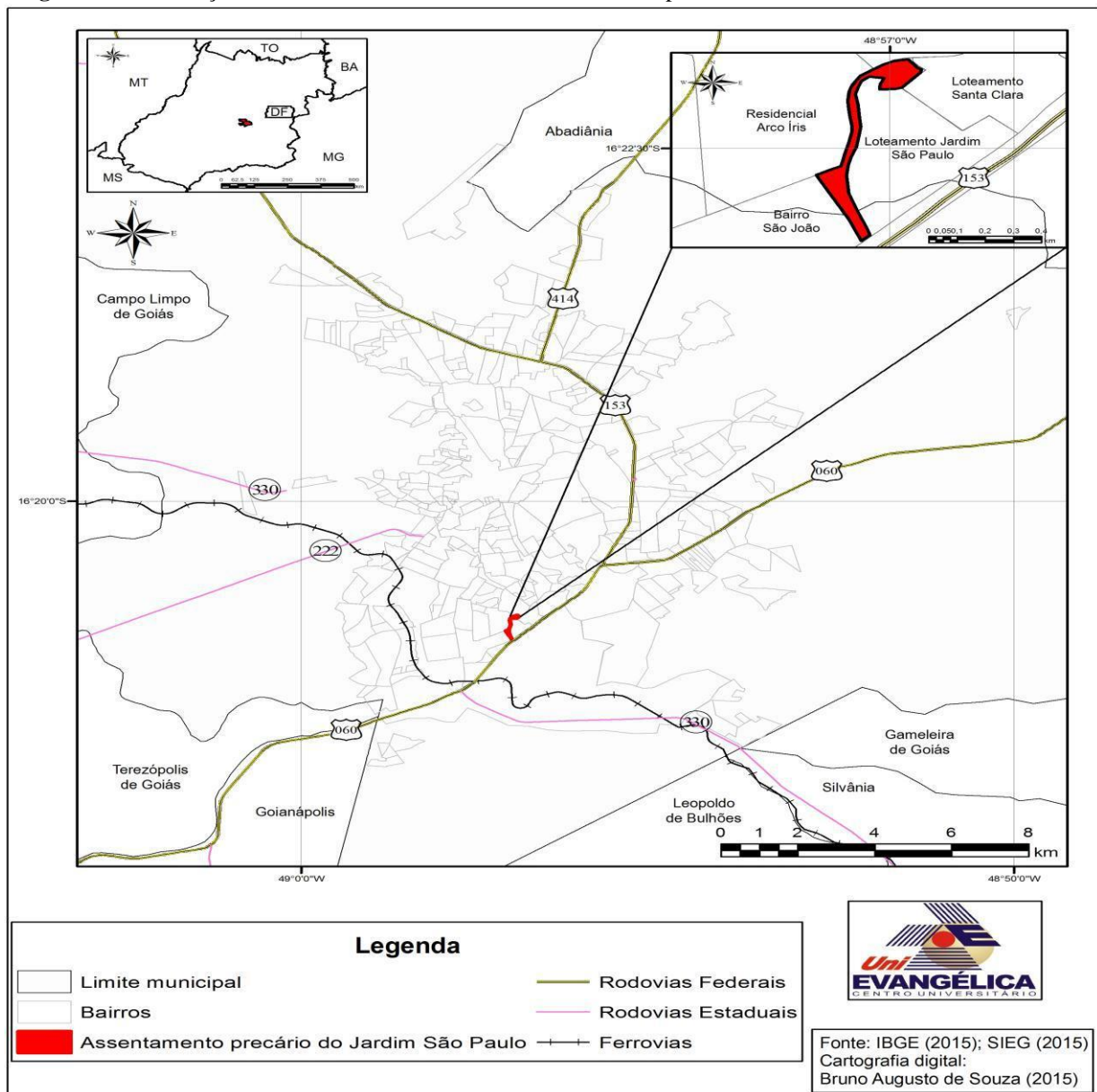
Mediante a esse exposto sobre os setores urbanos em Anápolis classificados com AEIS I descrita na Lei Nº 208/2009, percebe-se que o AP localizado no Jardim São Paulo, objeto de estudo, faz parte das 78 setores classificados com AEIS. Esse AP foi instituído como uma AEIS pela lei de Nº 312/2013, sendo então reconhecido pelo poder público municipal como um setor habitacional de população de baixa renda, caracterizado como AP, com interesse público em promover a urbanização e a regularização jurídica da posse da terra, ou a implantação de programas habitacionais de interesse social neste setor urbano. Conforme

o relatório PEMAS (2002) o AP localizado no Jardim São Paulo, constitui-se como uma AS de área pública de propriedade Federal, fazendo parte das áreas de AS do antigo leito ferroviário de Anápolis.

2.1 Caracterização da Área de Estudo

O objeto de estudo o AP do Jardim São Paulo (antiga invasão do Bairro São João) está localizado na região sul de Anápolis (Ver Figura 6) e se apresenta no contexto urbano da cidade como um enclave urbano de exclusão e de segregação entre vários bairros e loteamentos Figura 6.

Figura 6 - Localização do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis /GO, 2016.



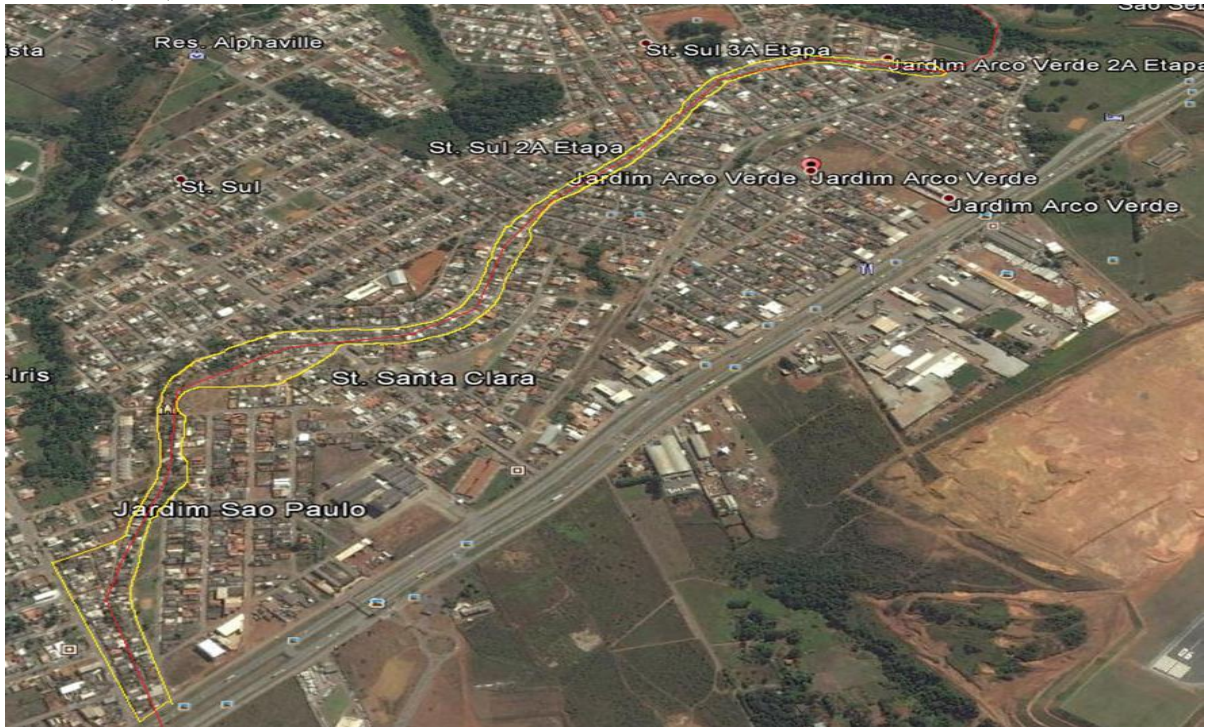
Fonte: Monteiro, 2016

O AP faz limite com quatro bairros: ao sul o bairro São João, a oeste o Arco Iris, a leste o Jardim São Paulo e ao norte loteamento Santa Clara. Desses bairros o São João é o mais antigo e juntamente com ele surgiu a AP, objeto deste estudo, há aproximadamente vinte e nove anos. Pelo fato do AP ter surgido bem antes do bairro Jardim São Paulo, onde se encontra a área de estudo, vários moradores chamam ainda o AP como “invasão do bairro São João” referindo-se ao bairro São João, setor bem próximo no qual os antigos moradores associam o AP com parte integrante. Por sua vez, vale apontar, que os moradores mais recentes chamam de “invasão do bairro Jardim São Paulo”. Alguns órgãos públicos e até mesmo a própria mídia tem tratado como AP do Jardim São Paulo. Na pesquisa optou-se por chamar de AP localizado no bairro Jardim São Paulo, por se tratar de um enclave urbano que se encontra bem próximo da área do bairro mencionado.

Sobre o histórico da ocupação do objeto de estudo percebe-se que ele ocorreu na década de 1980, logo após a retirada dos trilhos que passava no local onde se encontra hoje o AP. Toda ocupação da área, surgiu no espaço de uso da antiga ferrovia, sendo ocupada por famílias que ali chegaram e se instalaram no espaço dos trilhos da antiga linha do trem, localizado na avenida ferroviária (PMA, 2007). De acordo com PMA (2007) as famílias que se encontram neste AP locomoveram de outros setores, devido às suas condições econômicas e “agregaram-se nestes locais periféricos, irregulares normalmente nesta situação de favelização” (PMA, 2007 p.7). A ocupação da área ocorreu de forma precária e em terrenos frágeis do ponto de vista físico, estando algumas moradias expostas no período de chuvas a ocorrências naturais como os desmoronamentos (PMA, 2007).

É importante destacar que o AP localizado no Jardim São Paulo, se constituem como uma área de irregularização fundiária. Essa área de AP forma com demais AP localizados no Setor Sul e Arco Verde a área mais densas de ocupação irregular em Anápolis, conhecida como os setores de AS do antigo leito ferroviário de Anápolis (PEMAS, 2002). A Figura 7 destaca parte da área de ocupação do antigo leito ferroviário de Anápolis que estão ocupadas por AP.

Figura 7 - Áreas de assentamentos precários do antigo leito ferroviário de Anápolis vista por imagens de satélites, (2016).



Fonte: Google Earth acessado em 21/07/16- Organização Monteiro, 2016.

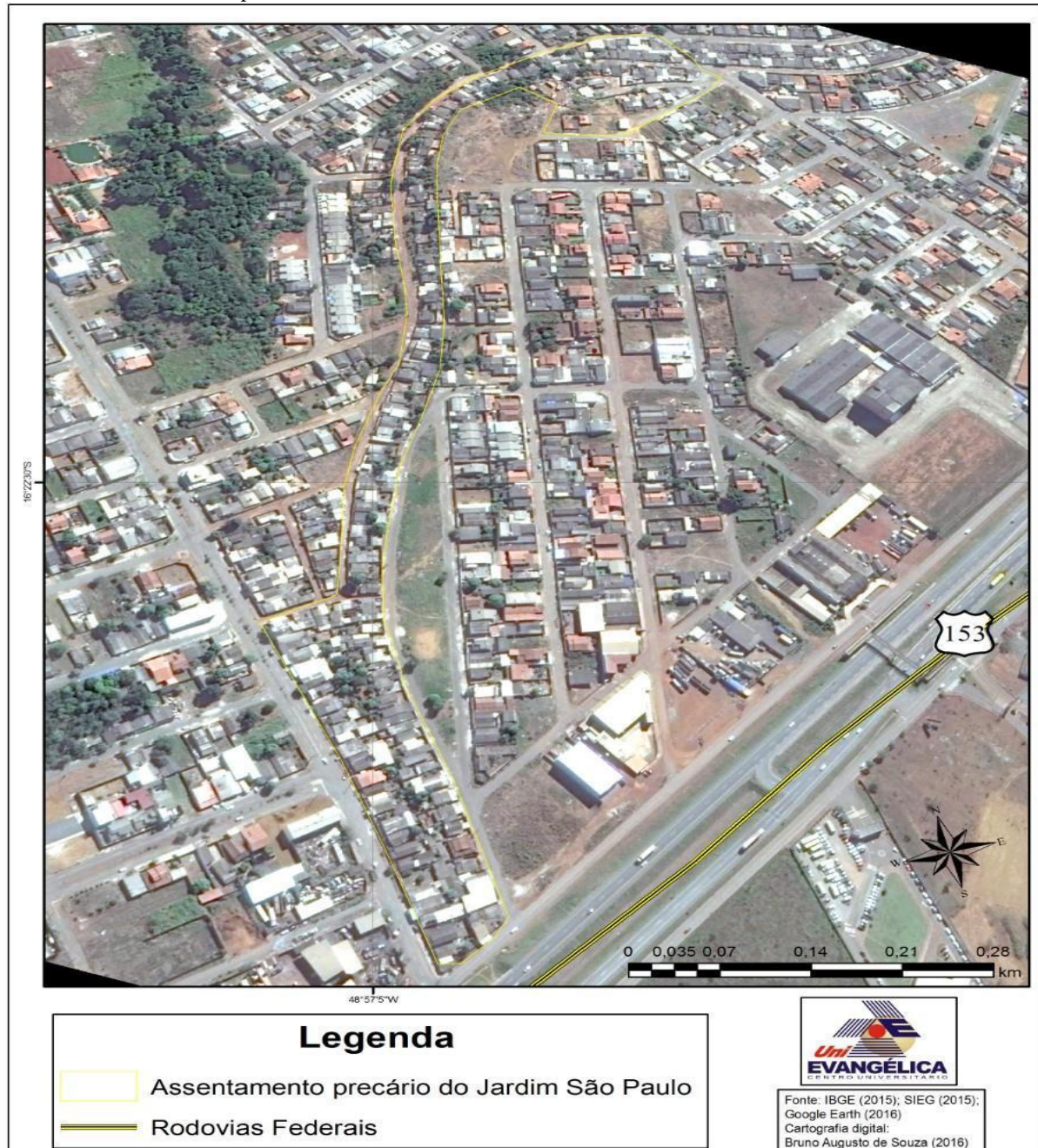
Os contornos de amarelo representam toda ocupação da área do antigo leito ferroviário envolvendo os AP que estão no Jardim São Paulo, Setor sul e Arco verde. A linha vermelha ilustra o local onde a ferrovia passava antes do surgimento dos AP.

Segundo informações da PMA (2007), as áreas de AP localizado no leito da antiga rede ferroviário de Anápolis envolvendo os bairros Arco Verde, Setor Sul e Jardim São Paulo são considerados como áreas de propriedade pública federal, sendo essas caracterizadas como moradias insalubres, margeadas por riscos ambientais. A população estimada para estas áreas de AP em Anápolis, de acordo com informações da promotoria do município é de 2000 moradores e 400 famílias (PMA, 2016). Atualmente toda esta área de ocupação irregular do antigo leito ferroviário Anápolis, incluindo o objeto de estudo desta pesquisa, encontra-se em processo de regularização fundiária, sendo essas transferidas para a União para processo de regularização fundiária (PMA, 2016).

De acordo com informações da PMA (2007) a população estimada do AP localizado no Jardim São Paulo é de 855 moradores e 177 famílias. Toda essa população está distribuída na área do AP que possui o tamanho que equivale a 0,92 km considerando a ponta extrema a norte com a ponta extrema sul. Com base em imagens de satélite Google Earth acessado no dia 02 de setembro de 2015 e Mapa digital urbano de 2014, a área onde abrange o AP está toda dividida de forma informal, contabilizando 165 domicílios. A (Figura 8) mostra em imagem de satélite o AP objeto de estudo, nele pode ser observado à distribuição espacial do

seu espaço urbano, revelando sua informalidade no que se refere aos padrões urbanísticos com diferentes tamanhos de terrenos.

Figura 8 - Carta que mostra em imagem de satélite a distribuição geográfica do espaço urbano do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis-GO, 2016.

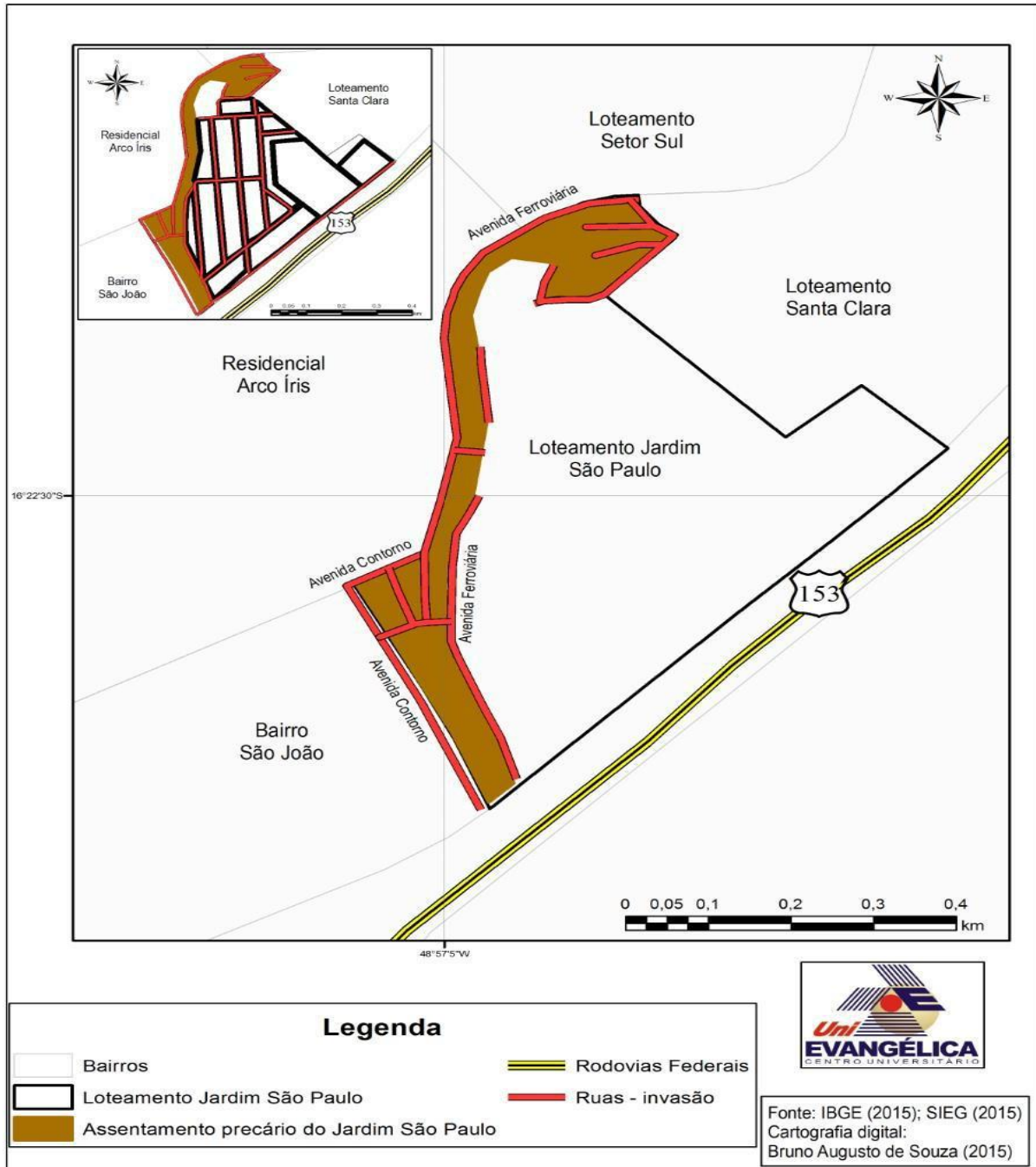


Fonte: Monteiro, 2016

Vale apontar que pelas características apresentadas esse AP pode ser considerado como AS. Primeiramente pelo fato desta área de ocupação ilegal possuir mais de 51 domicílios, critério este definido pelo IBGE (2010), para classificar os setores de AS no Brasil, que juntamente com precariedade dos serviços de infraestrutura como também da situação da posse do terreno são importantes critérios para caracterização dos AS. Além

destes fatores, outras características que confirmam o objeto de estudo como um setor de AS, são os traçados das ruas, que se apresentam de forma irregular e desordenada conforme pode ser vista na (Figura 9).

Figura 9 - Traços e contornos das ruas do AP localizado no Bairro Jardim São Paulo, Anápolis-GO, 2016.



Fonte: Monteiro, 2016

Mediante as tipologias urbanísticas que apresentam este AP, vale destacar que estas habitações mostram vários problemas, nos quais colocam como um setor de exclusão social

em Anápolis. Sobre este setor habitacional o jornal Contexto, de 18 de outubro de 2013, destaca a seguinte matéria:

A secretaria municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação realizou, na noite da última quarta-feira, 16, uma audiência pública para debater a proposta de transformação do Jardim São Paulo (antiga invasão do Bairro São João), em Área Especial de Interesse Social (AEIS), com a finalidade de remanejar famílias que vivem em sub-habitações e em áreas consideradas de risco. Após essa audiência, para acolher sugestões e críticas da população, será encaminhado um Projeto de Lei para apreciação e votação na Câmara Municipal. Segundo o secretário da Pasta, Clodoveu Reis, 59 famílias serão remanejadas para um conjunto habitacional novo, próximo de onde residiam que será construído dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. Neste caso, devido às suas particularidades, as famílias não terão nenhum ônus, ou seja, elas receberão as casas sem pagar nada e devidamente legalizadas. Um projeto semelhante está sendo desenvolvido para duas outras regiões de aglomerados subnormais (favelas), na região dos bairros Novo Paraíso Em relação, ainda, ao projeto do Jardim São Paulo, Clodoveu Reis destacou que a invasão e Laranjeiras, que serão também revitalizados. Estava localizada em uma área que pertencia à Rede Ferroviária e que será incorporada ao Município dentro em breve. Isto permitirá a intervenção, não apenas no Jardim São Paulo, mas em toda a sua extensão urbana. Somente uma parte, próxima à Receita Federal, ficará sob a posse do Governo Federal, que a utilizará para abrigar novos prédios públicos para órgãos de sua competência. Uma parte da área, explicou ainda o secretário, vai permitir que a Prefeitura faça uma intervenção no Setor Arco Verde, para melhorar o sistema viário daquela região. O cadastramento das famílias foi feito pela Secretaria de Desenvolvimento Social que, através de uma equipe de assistentes, visitou todos os futuros beneficiários. Foi um trabalho amplo e difícil, em razão da movimentação das famílias e a chegada de novas. Contudo, o número foi fechado em 59. Das moradias a serem construídas, três serão adaptadas para portadores de deficiência física. O diretor de Habitação, Daniel Fortes, apresentou o projeto das casas geminadas, que serão construídas numa área de 9.800 metros quadrados, onde, também, serão implantadas duas áreas de lazer. A colocação dessa área como uma AEIS é uma exigência feita pela Caixa Econômica Federal e pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Para isso, é necessário que essa mudança seja feita, por via de modificação no Plano Diretor do Município. Nenhuma alteração pública no Plano Diretor, segundo outra Lei Municipal, pode ser feita sem que seja precedida de audiência pública.

Conforme a reportagem do Jornal Contexto entende-se que o AP localizado no Jardim São Paulo, constituem como um setor que possuem vários problemas com populações de baixa renda vivendo em situações de riscos. Foi apontado que este AP foi transformado AEIS pela lei de Nº 312/2013 com objetivo de ser urbanizado e regularizado. Algumas intervenções estão em projeto para ocorrer no local onde se encontra o AP, como por exemplo, o projeto que visa à construção de 64 unidades habitacionais para o assentamento de famílias de baixa renda que se encontra em área de risco (PMA, 2007). De modo específico a ação que beneficiará 113 famílias se dará com regularização fundiária com melhoria da infraestrutura, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, recuperação ambiental e execução de Trabalho Social (PMA, 2007). Todo projeto terá apoio do poder público para a construção habitacional como parte da política de urbanização de assentamentos precários-urbanização de favelas. A ação culminará com a retirada de 64 famílias da área de risco onde essas serão ser realocadas/reassentadas em uma área pública próximo do Jardim São Paulo (Figura 10), local da construção das unidades habitacionais que contará com a construção de 04 blocos com 16 apartamentos cada um (PMA, 2007). É importante mencionar que esta intervenção ocorrerá

somente na área identificada como área de risco ambiental, os demais correspondendo o total de 177 famílias se beneficiarão com a melhoria urbana caracterizada como precária.

Figura 10 - Imagem da área onde unidades habitacionais serão construídas para reassentamento das famílias que estão em área de risco no AP localizado no Jardim São Paulo.

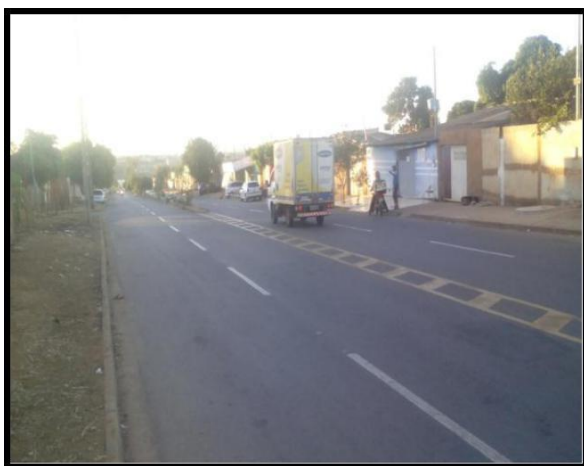


Fonte: Rogério Seabra, 2016.

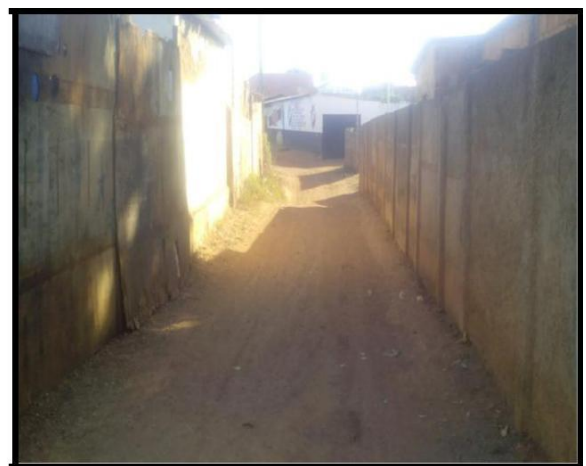
À esquerda residências do bairro Jardim São Paulo, à direita o AP separado apenas pelo terreno.

Sobre as características que revelam o contexto urbano do AP, ressalta que ele localiza entre duas grandes avenidas: a Avenida Ferroviária e a Contorno (Ver Figura 9), nelas está à distribuição das diversas moradias que compõem o setor. Percebe-se que em diferentes ruas onde se encontra estas duas avenidas a infraestrutura urbana se apresenta de forma diferente, em alguns locais na avenida contorno há presença do asfalto, calçadas, drenagem urbana, outras ruas sendo formada por becos e vielas, revelando precariedade na infraestrutura urbana (Figura 11).

Figura 11 - Imagens que retratam os aspectos urbanos da avenida contorno Jardim São Paulo, Anápolis/GO.



A



B

Fonte: Rogério Seabra, 2016.

O registro fotográfico A revela a avenida contorno com ruas pavimentadas. Essa avenida se destaca no local pelo fato de ser a mais movimentada apresentando maiores fluxos de pessoas e veículos, com maior concentração de estabelecimentos comerciais. O registro B evidencia vielas, becos com ruas sem pavimentação que liga a parte asfaltada da rua principal da Avenida Contorno.

A precariedade urbana da Avenida Ferroviária afeta a qualidade de vida dos moradores que vivem as suas margens. As ruas que cortam esta via não possuem pavimentação asfáltica, encontram-se galerias entupidas e ausência de calçadas entre outras benfeitorias urbanas, com algumas exceções (Figura 12).

Figura 12 - Imagens que retratam os aspectos urbanos da Avenida Ferroviária Jardim São Paulo, Anápolis /GO .



A



B

Fonte: Rogério Seabra, 2016.

Em A parte da avenida ferroviária sem a benfeitoria do asfalto, de calçadas com moradias precárias ao longo da via. Em B a presença do asfalto em uma parte da Avenida Ferroviária próximo ao Setor Sul. Nesta imagem percebe-se que o asfalto se mistura com a precariedade urbana revelando um aspecto de mal conservado e inacabado.

Sobre os equipamentos urbanos usufruídos pelos moradores do AP e região circunvizinha se encontram nos setores próximos do AP, Vila Esperança, São João, Setor Sul e Arco Verde. Nestes setores estão os seguintes equipamentos urbanos, a saber: Colégio Estadual Vereador Luiz de Almeida localizado no bairro Arco Verde, Escola Municipal Professora Maronita Dias Dourado bairro Setor Sul, Escola Afonsina Mendes do Carmo Bairro São João, (Figura 13). Programa Saúde da Família / PSF Setor Arco Verde, Programa de Erradicação São João Bairro São João, Programa Saúde da Família / PSF Vila Esperança (Figura 14).

Figura 13 - Imagens de equipamentos urbanos educacionais localizados na região próxima do AP localizado do Jardim São Paulo.



A



B



C

Fonte : Rogério Seabra, 2016

O registro fotográfico A corresponde o Colégio Vereador Luiz de Almeida localizado no bairro Arco Verde. Em B Escola Municipal Maronita Dias Dourado, localizado no bairro Setor Sul. Em C a Escola Municipal Afonsina Mendes do Carmo Bairro localizada no bairro São João.

Figura 14 - Registros fotográficos de Unidades de saúde próximo da região do AP localizado no Jardim São Paulo.



A



B

Fonte : Rogério Seabra, 2016

O registro fotográfico A mostra a Unidade de Saúde do bairro Arco Verde. Em B Unidade de saúde localizada na Vila Esperança.

Além desses equipamentos urbanos, a região onde localiza o AP possui pequenos estabelecimentos comerciais e não comerciais como: igrejas, mercearias, panificadora, bares, açougue, borracharia, entre outros que atendem a demanda local (Figura 15).

Figura 15 - Registros fotográficos de estabelecimentos comerciais e não comerciais encontrados no AP localizado no Jardim São Paulo.



Fonte : Rogério Seabra, 2016

O registro fotográfico A mostra uma igreja localizada bairro Santa Clara. Em B uma mercearia localizada no setor Sul. Em C açougue localizado no Jardim Arco Iris.

Assim, diante do exposto sobre a caracterização da área de estudo o capítulo 3 apresentará os dados coletados no decorrer da pesquisa e sua análise considerando reflexões acerca da Q.V dos residentes do AP localizado no Bairro Jardim São Paulo.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA Q.V DOS RESIDENTES DO AP LOCALIZADO NO BAIRRO JARDIM SÃO PAULO

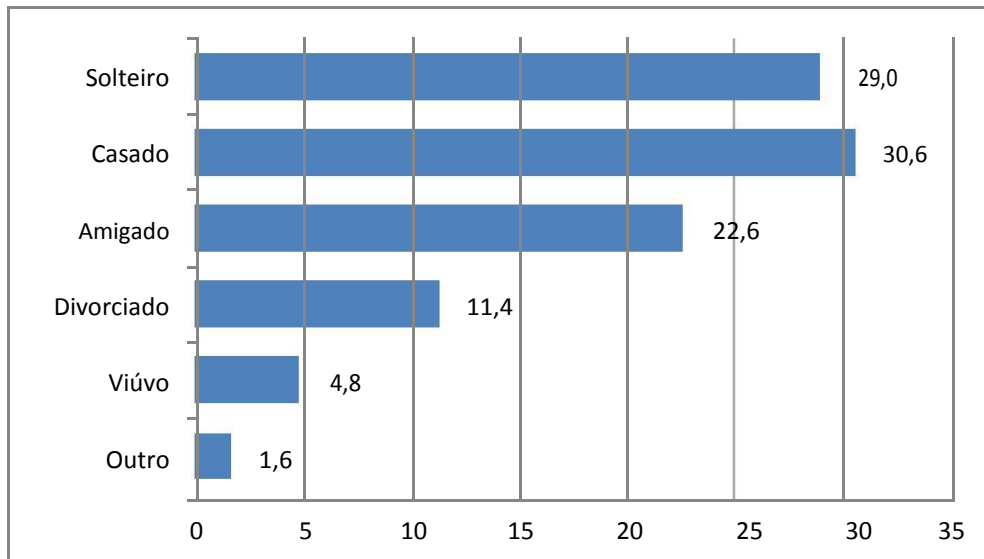
3. Perfil dos entrevistados do AP localizado no Bairro Jardim São Paulo

Neste capítulo busca-se avaliar o perfil dos moradores, considerando os seguintes elementos: o sexo, a cor, nível de escolaridade, números de filhos, incluindo também os aspectos que correspondem à origem dos moradores, tendo como objetivo traçar o perfil que revelam as características socioeconômicas dos entrevistados da pesquisa. Assim, as informações foram comparadas com outros dados secundários de órgãos como: IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) como forma de refletir sobre os dados coletados.

Nesse sentido, as informações coletadas sobre o perfil dos entrevistados no que diz respeito ao sexo observou que 62,7% são do sexo feminino e 37,3 % do sexo masculino. O número maior de pessoas do sexo feminino pode ser explicado pelo fato de encontrar mais mulheres do que homem no momento da pesquisa. Com relação à cor verifica-se que 56,5 % dos entrevistados do AP se declararam parda e 25,8 % negra. A população branca 17,7%. Os dados revelam a maior predominância da população parda e negra confirmando assim as pesquisas do IPEA que vem apontando que de 1993 a 2007 40,1% dos chefes de família residentes de AP são homens negros; 26% por mulheres negras e 21,3% por homens brancos e 11, 7% por mulheres brancas (IPEA, 2011). Segundo o IPEA a predominância da população negra em AP como favelas, reforça a situação de vulnerabilidade social desse grupo racial no Brasil; fato que induz a reflexão de pensar estes espaços como locais de exclusão e segregação. Vale citar Costa (2013, p. 43) quando diz:

As favelas, por outro lado, são espaços de exclusão sociais originalmente destinados a indivíduos que entre si possuem prioritariamente a pobreza como lugar comum. É verdade que a maioria esmagadora de seus habitantes são afro-descendentes e que o racismo passivo-agressivo brasileiro não deve ser um fator a ser ignorado dada a sua relevância para a compreensão da formação dos espaços de exclusão social no Brasil, mas não podemos deixar de ressaltar que em seu fundamento, as favelas visavam e ainda hoje – mais que nunca – visam segregar os economicamente desprivilegiados .

Sobre os dados que revelam a situação do estado civil dos entrevistados do AP, percebeu-se que a população casada apresentou número maior somando 30,6% dos entrevistados, com destaque também para significativa quantidade de número de entrevistados solteiros e amigados que somados superam a população de casados, divorciados, viúvos e outros tipos relações conjugais (Gráfico 2).

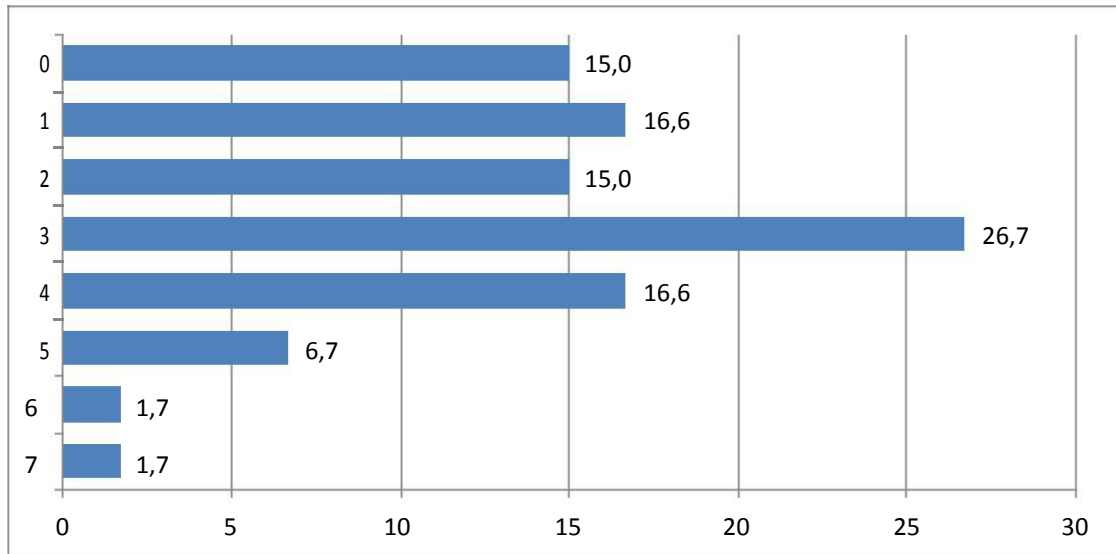
Gráfico 2 - Estado civil dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis GO, 2016.

Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Como se observa no gráfico 2 o número de entrevistados de solteiros e amigos juntos somam mais da metade da população entrevistada 51,6%, os demais juntos somam 48,4%. Vale destacar que estes dados sobre o estado civil da população entrevistada do AP, refletem a realidade do estado civil dos brasileiros como aponta o IBGE (2011) em sua pesquisa nacional por amostragem por domicílio (Pnad) que aponta o crescimento dos números de solteiros no Brasil, esse chegando a 48,1% da população contra 39,9% de casados. De acordo com os dados disponíveis sobre esta pesquisa, os que se encontram na situação de divorciados, desquitados e separados judicialmente somaram 5,9%. E viúvos 6,1%. Cabe ressaltar, que de acordo com a divisão feita por estado conjugal, mais de 57% afirmam viver em algum tipo de união estável.

Com relação ao número de filhos observou-se que a maioria dos entrevistados respondeu ter em média 3 filhos correspondendo 26,7 % dos entrevistados. Os que responderam ter apenas 1 filho vêm depois somando 16,7% com a mesma proporção do grupo que respondeu ter 4 filhos que somou também 16,7%, os demais podem ser visto no (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Números de filhos em porcentagem de acordo com a opinião dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis GO, 2016.

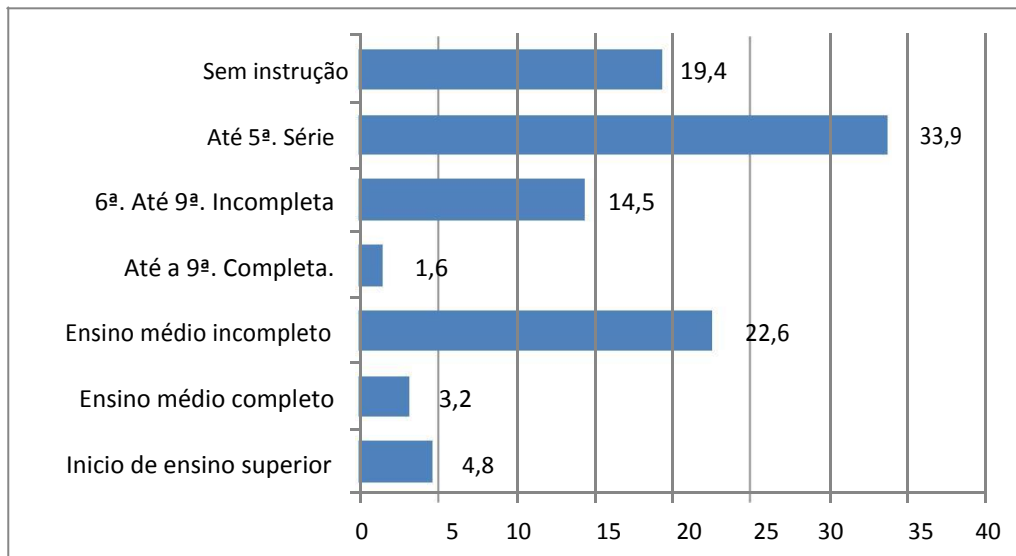


Fonte: Resultados obtidos na pesquisa, Monteiro 2016.

Com base na interpretação do Gráfico 3 percebe-se que 74,9% dos entrevistados têm de 1 a 4 filhos. Os que possuem de 5 a 7 filhos apresentaram números menores. Devem ser considerados os 15,0% dos entrevistados que disseram não ter filhos, pois como aponta o IBGE a uma tendência da redução do número de filhos por família no Brasil principalmente no grupo dos 20% mais pobres. Segundo o IBGE, de 2003 a 2013 o Brasil vem passando por uma redução do número de filho na parcela da população de baixa renda, tendo uma média geral apontado pelo instituto -10,7% e -15,7% no grupo dos 20% mais pobres. Na região Centro-Oeste a média geral é de -11,3% e -4,5% dos 20% mais pobres. Fatores estes que confirmam uma leve redução no grupo populacional de baixa renda o que pode ser aplicado para a população objeto de estudo (IBGE, 2013).

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos moradores, revelou-se baixo nível de instrução. O número de entrevistados que se declararam sem instrução juntos com os que declarara ter estudado até a 5ª série somaram 53,3 % dos entrevistados, ou seja, mais da metade da população que vive neste espaço (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Números de entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo de acordo com o grau de escolaridade, Anápolis GO, 2016.



Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Como mostra o Gráfico 4, a baixa escolaridade da população entrevistada do AP se confirma com o número significativo da população que possuem o ensino fundamental incompleto do 6º ao 9º ano esse somou 14,5% dos entrevistados. Para aqueles que disseram ter o ensino fundamental completo não chegou a 2%. Sobre o grau de escolaridade dos entrevistados, percebe-se que há um grande número de pessoas com o ensino médio incompleto como apontado no gráfico, esses são na sua maioria população jovens. Os que se declara ter o ensino médio completo não somaram 4% dos entrevistados. E para aqueles que disseram ter começado um curso superior somou apenas 4,8% dos entrevistados compreendendo que poucos cursam, ou estão cursando um curso superior.

Entretanto, mediante os dados revelados sobre o baixo nível de instrução dos entrevistados do AP, pode-se afirmar que essa população apresenta vários indicadores de exclusão social que foram e serão apontados no decorrer da discussão. Vale citar estes indicadores com base em Demo (1993), que seria: a informalidade, irregularidade, ilegalidade, pobreza, baixa escolaridade, o ofício, raça, sexo, origem. E, principalmente a ausência de cidadania. Indicadores estes, que estão inseridos no contexto da exclusão política (DEMO, 1993).

3.1 Condições de Trabalho

Avaliou-se a condição de trabalho como uma questão fundamental para o entendimento do perfil socioeconômico dos moradores da área de estudo. Neste quesito

procurou-se avaliar a questão profissional dos moradores: profissão, trabalho, emprego e situação trabalhista.

No que se referem à questão das profissões dos moradores, muitos responderam possuir profissões que vão desde trabalhadoras que atuam no lar, passando por lavradores, trabalhadores de serviço gerais, pedreiro, carpinteiro, mecânico, até auxiliar administrativo, entre tantas outras profissões que não exigem cursos superiores e uma maior especialização como mostra a (Quadro 5).

Quadro 5 - Profissões relatadas pelos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.

Profissões	Quantidade (62)
Auxiliar de produção	2
Auxiliar administrativo	1
Açougueiro	1
Balconista	1
Babá	2
Comerciante	2
Caminhoneiro	1
Costureira	1
Carpinteiro	1
Do lar	20
Frentista	1
Estudante	1
Gerente atacadista	1
Jardineiro	2
Lavrador	2
Manicure	1
Manipulador de remédio	1
Operador de máquina	1
Operador de escavadeira	1
Pedreiro	7
Pintor	1
Promotor de venda	1
Sem profissão	4
Serviços gerais	3
Soldador	1
Vigilante	2

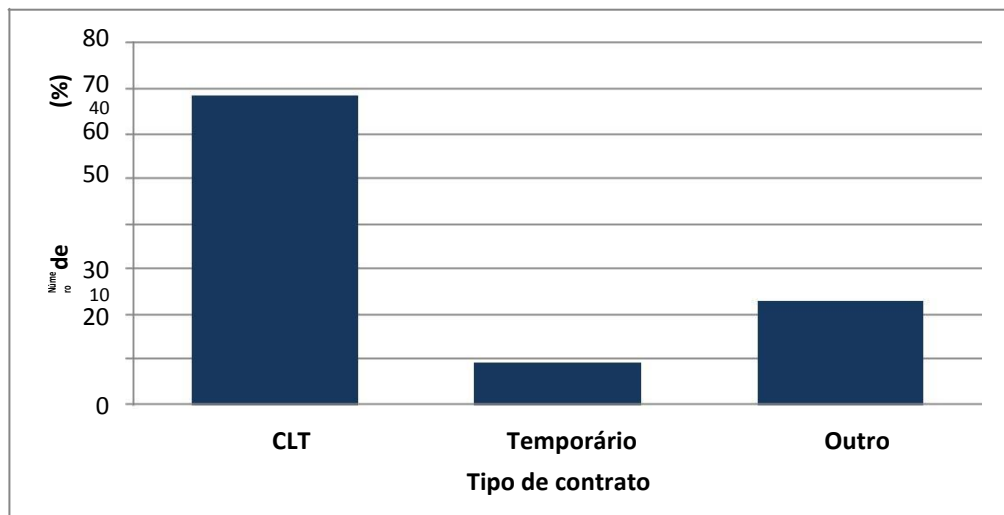
Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Além de perguntar para os entrevistados sobre sua profissão, perguntou-se para eles se estavam trabalhando com a opção sim/ou não. Muitos responderam no momento da pesquisa (Não) somando esses 51,7% e (Sim) 48,3%. O que revelou uma expressiva taxa de desemprego destes moradores no período em que foi realizada a pesquisa. Situação essa que

pode ser contextualizado com o cenário brasileiro de crise econômica e política no ano de 2015, cujos reflexos atingem as empresas que fazem cortes diminuindo números de funcionários, contribuindo para o aumento da taxa de desemprego que no terceiro trimestre de 2015 chegou ao número significativo de 8,9% (IPEA, 2015).

No entanto, buscando, evidenciar as condições de trabalho desses moradores e sua situação trabalhista, perguntamos para os entrevistados sobre sua forma de ocupação. Muitos responderam que são trabalhadores empregados, esses atingindo 46,7% dos entrevistados. Os autônomos somaram 43,3%. Os entrevistados que relataram ter outras formas de ocupação somaram 10,0%. Na busca de compreender a situação trabalhista dos pesquisados, construiu-se a seguinte informação, que retrata a condição trabalhista desta população, conforme pode ser vista no (Gráfico 05).

Gráfico 5 - Número de moradores entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis GO, que responderam sobre sua situação trabalhista, 2016.



Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Com base nas informações apresentadas no Gráfico 5 percebe-se que entre os entrevistados que ocupam atividade econômica mais de 60 % possuem carteira assinada no regime do Contrato das Leis do Trabalho (CLT). Outra parte dos entrevistados inquiridos responderam possuir outras formas trabalhistas, como contrato ou outros. A resposta outros conduz ao entendimento de que possa haver entrevistados inseridos no mercado de trabalho informal, vivendo na situação do subemprego, sem garantias trabalhistas, onde as condições de trabalhos são precárias indicando uma faceta da exclusão social.

Inquiridos, sobre em qual classe socioeconômica que eles se inseriam, percebeu-se que 54,8% dos entrevistados responderam estar na classe baixa popular. Outros afirmaram pertencer a outras classes sociais conforme pode ser observado na (Tabela 2)

Tabela 2 - Opinião dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, sobre qual classe social eles se incluem, 2016.

Classe social que se inclui	Números de entrevistados (62)	(%)
Média alta	1	1,6
Média Média	7	11,3
Média baixa	15	24,2
Baixa popular	34	54,8
Muito pobre	4	6,5
Não sabe	1	1,6

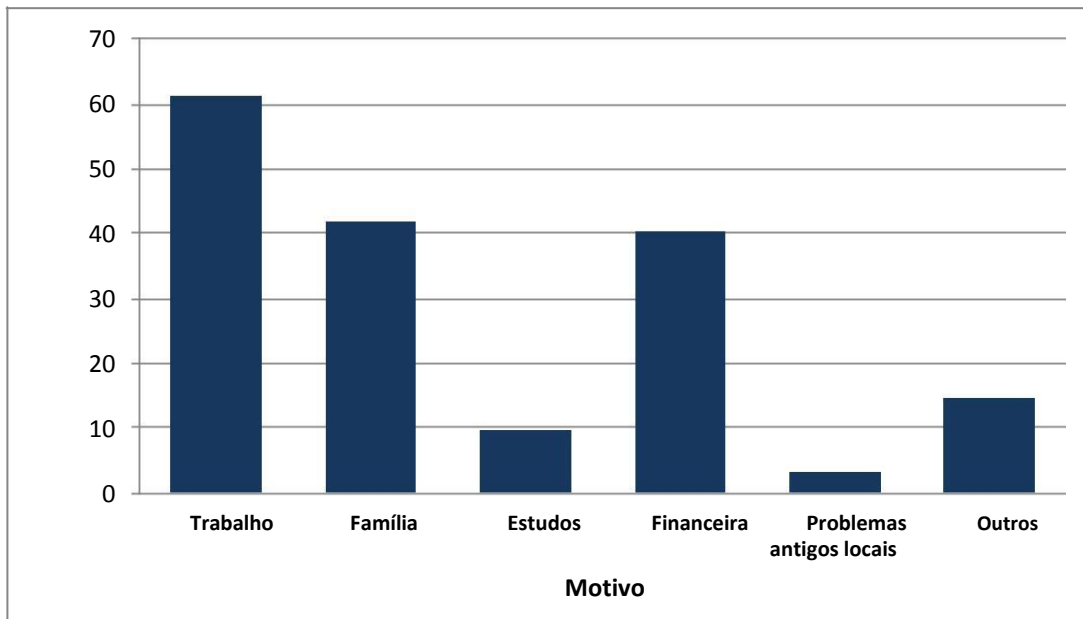
Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Com base na informação da Tabela 2, percebe-se que alguns entrevistados conforme a opção dada, respondeu estarem na classe média outros na classe média baixa. Informações que revelam que muitos moradores apesar de não pertencer a uma classe média, interpretam estar neste patamar socioeconômico mesmo em condições de precariedade urbana.

A próxima informação a ser analisada é sobre a origem dos moradores o que corresponde aos processos migratórios dos entrevistados. Percebeu-se com base nas respostas dos entrevistados que há uma grande quantidade de pessoas oriundas de outras regiões vinda do próprio estado de Goiás, principalmente da região de abrangência de Anápolis, como: Ceres, Goianésia, Itauçú, Jaraguá, Abadiânia e até mesmo, Goiânia. Bem como também de outros estados brasileiros confirmando uma migração interregional. Dos vários estados apontados pelos moradores sobre sua origem muitos responderam que vieram: do Tocantins, Pará, Maranhão, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo. É importante destacar que este fluxo migratório para Anápolis reforça a tese da cidade como polo de atração, papel este dado às cidades médias que exercem uma função regional, que além dos serviços oferecidos, atraem mão-de-obra e pessoas que buscam melhores condições de vida.

Mediante esta informação é importante destacar que os dados avaliados apontaram que em média os moradores migraram de seus locais de origem (região ou cidade) há 25 anos. A média do tempo em Anápolis é de 20 anos. E o tempo em média de residência no AP é de 13 anos. De acordo com os entrevistados vários são os motivos que fizeram com que eles migrassem para o local onde eles moram atualmente. O Gráfico 06 aponta os principais motivos.

Gráfico 6 - Principais motivos respondidos pelos dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis GO, sobre a escolha do local de moradia.



Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Como se observa a maioria dos moradores entrevistados relatou ter migrado pelas questões ligadas ao trabalho, família e questão financeira. De acordo com a pesquisa 70,5% dos entrevistados afirmam que sua vida melhorou com relação à mudança da nova morada. 9,8% disseram não fazer diferença. E, somente 8,2%, apontaram que piorou. 11,5 % não souberam opinar. Questões essas que revelam que mesmo por morarem em uma ocupação ilegal precária, estes moradores consideram que suas vidas melhoraram. Haja vista que muitos destes moradores só relacionam melhoria de vida com oportunidades de emprego, vida financeira, deixando de lado outras questões fundamentais como qualidade habitacional, meio ambiente, lazer, etc.

3.2 Qualidade da Habitação

Antes de apresentar as informações que revelam as características da forma de habitação dos moradores do AP localizado no Jardim São Paulo. É preciso destacar antes que este é de grande importância para mensuração da Q.V, pois revela a realidade habitacional das populações que vivem em áreas urbanas de ocupação ilegal, na qual esse modelo habitacional é tratado por vários órgãos como: (IBGE, 2010), (BRASIL, 2010) e teóricos como (RODRIGUES, 1991), (DAVIS, 2007) e (MARICATO, 2001) como moradias precárias em sua maioria carentes de infraestrutura urbana com baixo padrão urbanístico, caracterizado em geral por autoconstruções, construído pelo morador.

Herculano (2000) considera a avaliação da qualidade habitacional como uns dos principais pontos indicativos da Q.V no seu conjunto. Essa autora dá alguns exemplos de alguns itens que podem ser avaliados na mensuração da qualidade habitacional. Segundo Herculano (2000, p.g11) pode avaliar: “[...] média de pessoas por m² domiciliar; quantidade de domicílios ligados às redes de abastecimento de água, de eletricidade, de esgotos, de telefonia [...]”, entre outros. Percebe-se que esta autora, não aponta somente para consideração dos aspectos que envolvem o tamanho da casa, quanto sua aparência, mas as demais infraestruturas urbanas que a acompanham: como esgoto, água tratada entre outras, essenciais para as condições básicas humanas e sua Q.V.

Todavia com base nestas referências, apresentam-se as informações que revelam a qualidade habitacional dos moradores da área de estudo. Para entender o modelo habitacional dos moradores do AP foi perguntado para os entrevistados sobre a situação da moradia, com a indagação se ela era: própria, alugada, cedida, entre outras situações, também sobre a forma de como eles conseguiram os imóveis. Além destas perguntas, os entrevistados também responderam questões que abrangem informações sobre o tamanho da casa, a quantidade de família por domicílio e o material utilizado para construção da mesma. Quanto também de perguntas que revelam o diagnóstico de como está à infraestrutura urbana que acompanham as habitações onde eles residem. Informações estas coletadas e juntas com as observações em campo revelaram as seguintes informações da qualidade habitacional da população do AP localizado no Jardim São Paulo, a saber:

Sobre indagação sobre a situação da moradia 88,7% dos entrevistados responderam ser própria, 3,2% disseram ser cedida e 8,1% responderam ser alugada. Observou-se que mesmo se tratando de uma área de irregularização fundiária, reconhecido por muitos como uma “invasão” de terras públicas, muitos responderam ter comprado a vista somando estes 64,3% dos entrevistados e as demais formas de aquisição da moradia podendo este ser vista na (Tabela 3).

Tabela 3 - Opinião dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo sobre como adquiriu o imóvel, 2016.

Como adquiriu	Números de entrevistados (62)	%
A vista	39	64,3
Financiamento privado	5	7,1
Herança	4	5,4
Outros	14	23,2

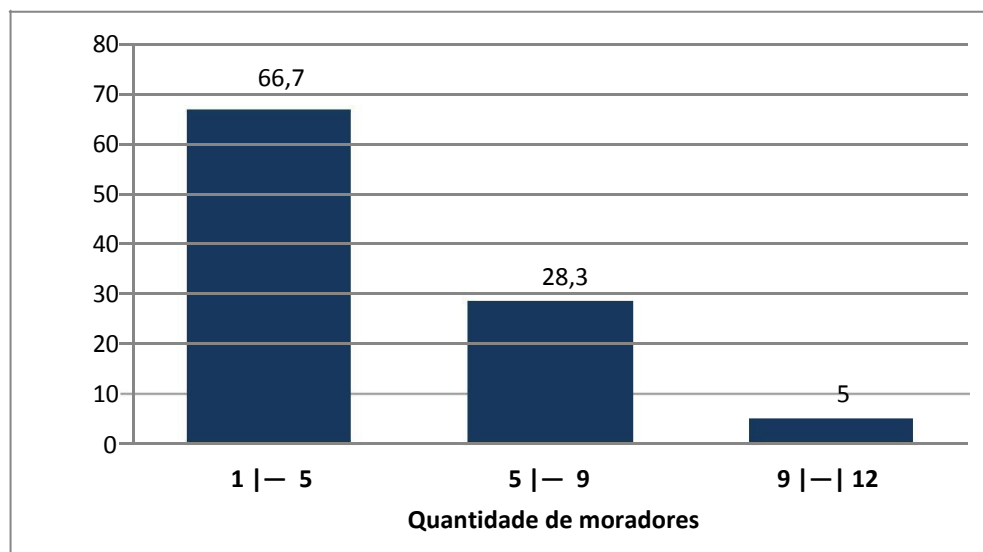
Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Com base na informação da Tabela 3 algumas reflexões podem ser feitas sobre a forma de como os moradores do AP estudado adquiriram suas moradias, a saber: ora comprando o direito da moradia - uma espécie de posse no próprio mercado fundiário ilegal que ocorre entre os próprios moradores na venda e na compra destes imóveis, chegando a afirmar que financiou o imóvel parcelando em prestações para pagar por mês. Prática comum em setores de AP, pois como aponta Maricato (2001) a venda e compra destes imóveis acontece em um mercado fundiário ilegal, favorecendo a exploração das próprias moradias ilegais como mercadoria de venda e troca.

Ora percebeu-se que 23,2% dos entrevistados afirmaram ter adquirido os imóveis como base em outras formas, incluindo a “invasão” de terras, alegando o próprio morador ter invadido o terreno como opção e oportunidade da conquista da casa própria. Nas entrevistas observou-se, que os moradores tendem a negar a ilegalidade de suas moradias, ocultando informar que adquiriram com base em uma invasão. A forma de obtenção de moradia por herança, também acontece neste local nos quais esses, vão passando de pai para filho o que também é comum nos espaços ilegais em setores de AP.

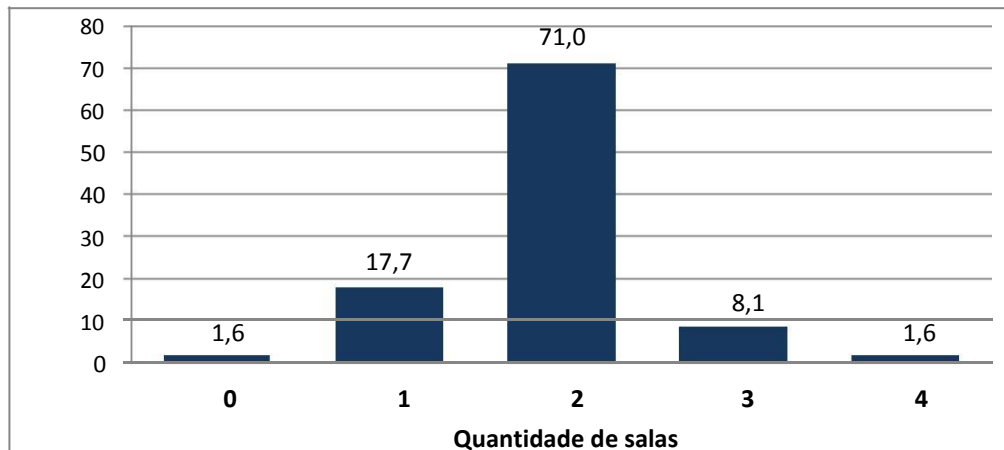
Outro ponto importante que avalia a qualidade habitacional são informações que indicam a quantidade de pessoas por domicílios quanto também de pessoas por cômodos. Os Gráficos de 7 a 10 mostram a proporção de pessoas por domicílios e quantidade de cômodos de acordo com as respostas dos entrevistados do AP.

Gráfico 7 - Números de entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo Anápolis Go, de acordo com a quantidade de pessoas em seu domicílio, 2016.



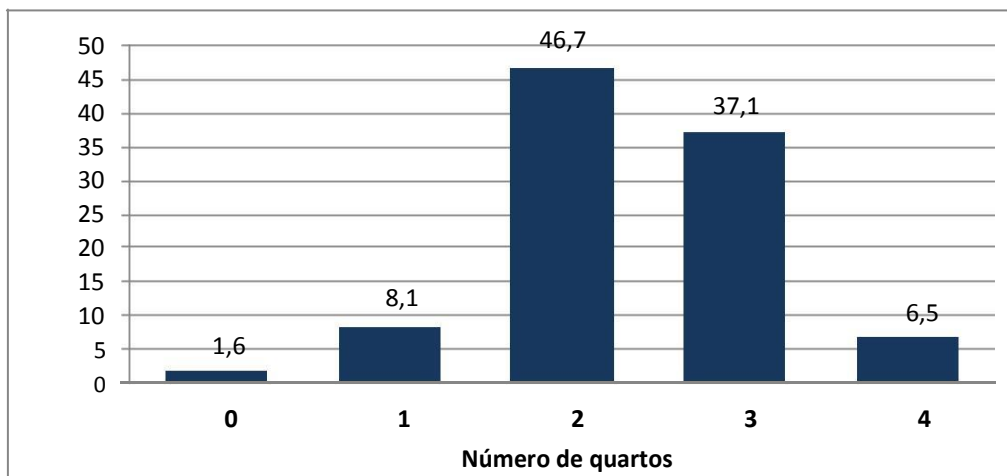
Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Gráfico 8 - Número de salas de acordo com as respostas do entrevistado do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis GO, 2016.



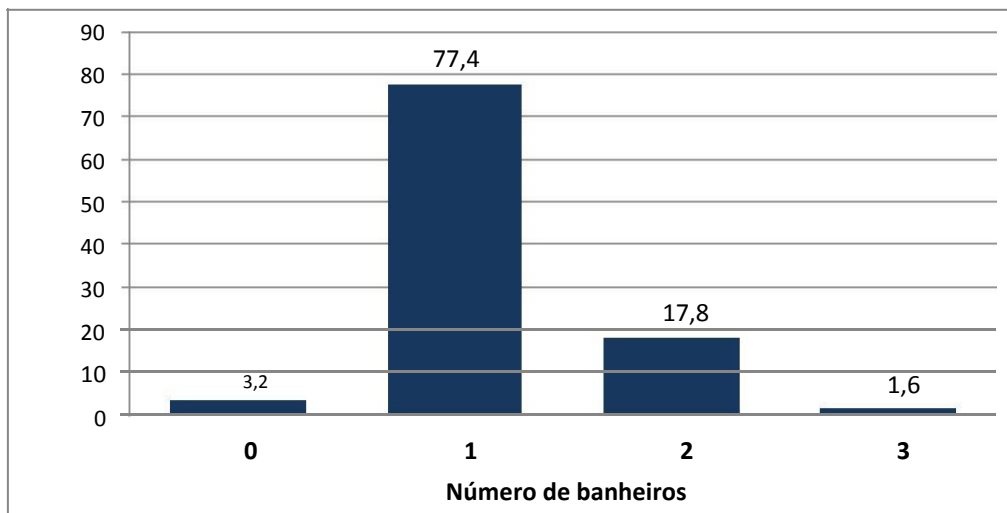
Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Gráfico 9 - Número de quartos de acordo com as resposta dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis GO, 2016.



Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Gráfico 10 - Número de banheiros de acordo com as resposta dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis GO, 2016.

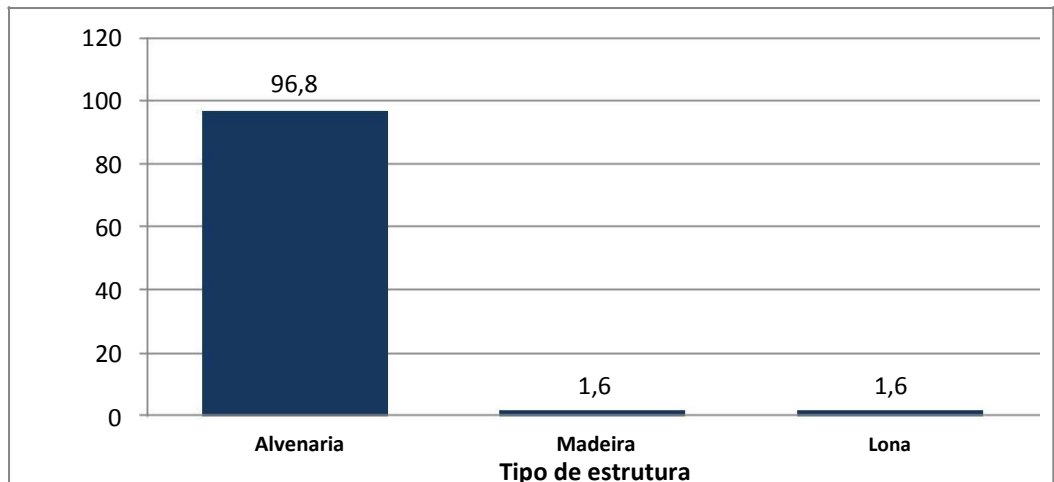


Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Monteiro, 2016.

Observa-se com base no gráfico 7 que em média reside em cada domicílio entre 1-5 moradores. Quantidade essa expressiva quando se compara com quantidade de pessoas por cômodos da casa, no quais com base na interpretação dos gráficos 08,09 e 10 apontaram que em média esses moradores estão distribuídos em apenas 2 salas, entre 2-3 quartos e apenas 1 banheiro.

Além destes fatores, outro aspecto revelador da qualidade habitacional é o material utilizado para construção da moradia e a infraestrutura urbana que acompanha a casa, no qual estes atributos podem revelar a precariedade das habitações. Com base nas entrevistas e nas observações em campo, chegou-se às seguintes informações acerca do material utilizado para construção das moradias, no qual essa pode ser vista no (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Material utilizado para construção das casas do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis GO, segundo opinião do entrevistador, 2016.



Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Percebe-se no Gráfico 11 que a maioria das moradias encontradas no AP localizado no Jardim São Paulo é de alvenaria, material feito por tijolos, esses representando 96,8%. Ocorrendo também outros tipos de materiais como madeira 1,6% e lona 1,6%. Observou-se com base nestas informações e nas observações do trabalho de campo a existência de precariedade das habitações onde residem os moradores do AP pesquisado. Fatores que indicam a perda da Q.V, pois são agravados pela ausência de infraestrutura urbana. Em geral as moradias apresentaram-se serem recém-construídas, algumas mais antigas, sendo em sua maioria construções inacabadas, estando em constante construção e reconstrução. Características dos espaços ilegais destacada por Cavalcanti (2009) quando se refere ao modelo de habitação que se configura como um espaço de constante reconstrução e construção por parte dos moradores. Nos quais as constantes reformas de ampliação e

embelezamento das casas, dos barracos ou dos sobrados se apresentam como uma forma de mostrar que melhorias estão sendo feitas para melhor acomodar a família, com a tentativa de contribuir para a melhoria do aspecto das casas e da qualidade da habitação.

Entretanto nas observações em campo, comprovou-se que muitas moradias encontradas no AP são construídas de qualquer forma pelos moradores, sem apoio técnico, em terrenos acidentados e desnivelados, evidenciando a precariedade e baixa qualidade habitacional da população estudada. A Figura 16 mostra alguns exemplos que revelam a realidade da forma de habitação dos moradores que residem neste AP.

Figura 16 - Registro fotográfico que revelam a precariedade urbana de algumas moradias encontradas no AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.



A



B



C

Fonte : Rogério Seabra, 2016

Observa-se que na Figura 16 a maioria das habitações possui baixos padrões construtivos, com moradias construídas em terrenos desnivelados que obriga os moradores a subir por corrimões devido à declividade do terreno (Figura 16A). Outras construídas com diferentes tipos de materiais, como por exemplo, sucatas (Figura 16 B); e algumas a precariedade habitacional se revela na ausência de calçamento onde se observa ligação do esgoto direto da casa para rua em forma de fossa (Figura 16 C). Todos esses fatores, somados a falta de infraestrutura urbana como: pavimentação asfáltica, água tratada, rede de esgoto,

entre outras benfeitorias, afetam diretamente a Q.V dessa população, expondo a várias situações de vulnerabilidade devido à precariedade habitacional. Questões estas, ligadas às condições socioeconômicas dos moradores expondo a vários riscos sociais. De acordo a opinião dos entrevistados o setor onde localiza o AP é esquecido pelo poder público, pois não se beneficia de serviços urbanos como os demais bairros da cidade de Anápolis, principalmente os serviços de saneamento básico e asfalto. Este último existindo somente em algumas partes do setor onde se encontra o AP. A Tabela 4 mostra avaliação dos entrevistados acerca da infraestrutura urbana do AP.

Tabela 4 - Avaliação dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo sobre a infraestrutura urbana do setor, 2016.

Item	Número de entrevistados (62)	(%)
Asfalto		
Bom	27	43,5
Regular	10	16,1
Ruim	3	4,8
Não sei	1	1,7
Não existe aqui	21	33,9
Água		
Bom	25	40,3
Regular	6	9,7
Ruim	3	4,8
Não sei	1	1,7
Não existe aqui	27	43,5
Esgoto		
Bom	1	1,6
Regular	2	3,3
Não sei	10	14,8
Não existe aqui	49	80,3
Coleta lixo		
Bom	54	87,1
Regular	6	9,7
Ruim	1	1,6
Não sei	1	1,6
Drenagem		
Bom	5	8,2
Ruim	6	9,8
Não sei	4	6,6
Não existe aqui	47	75,4

Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Com base nas informações da Tabela 4 a variável mais respondida pelos moradores sobre infraestrutura urbana do AP foram à opção não existe aqui, com exceções do asfalto e serviço de coleta de lixo. A rede de esgoto praticamente não existe segundo a opinião dos moradores, sendo esta substituída pelas fossas. Eles relatam também não possuir drenagem urbana, pois nem todo o setor possui asfalto, somente em algumas ruas, quando tem segundo os moradores é todo deteriorado com muitos buracos. Os serviços de água tratada de acordo com os entrevistados ocorrem de forma parcial, nem todos possuem o serviço prestado pela empresa estatal de Saneamento de Goiás (SANEAGO), sendo obrigados alguns moradores a utilizar as cisternas. Com relação à coleta de lixo, os moradores afirmaram que é o único serviço que ocorre de forma melhor atendendo os moradores do AP de 2 a 3 vezes por semana realizada pela prefeitura, mesmo apesar de encontrar muito lixo nas ruas do AP.

Entretanto vale mencionar que em trabalho de campo foi observado que as moradias que melhor apresentaram qualidade habitacional foram as que se localizavam em áreas onde tinham a presença do asfalto e da água tratada. Ao contrário dos moradores inquiridos que vivem em construções de madeira e lona (Figura 17) que relataram ter as piores condições de vida, segundo eles próprios, são os mais vulneráveis e expostos a riscos sociais e ambientais. Em trabalho de campo questionando alguns destes moradores que moram em barracos de lonas e tabuas, um deles relatando sobre sua própria vida se queixou da dificuldade de arrumar emprego, de inserção social, segundo M.S “escolhi vi para cá pra favelinha, neste terreno baldio, melhor que morar debaixo da ponte.” Algumas semanas após responder o questionário este morador morreu assassinado por criminoso. O fato ocorreu no AP. No entanto, essas são algumas das realidades sociais de moradores que vivem nesta AP em condições que se apresentam como subumanas, demonstrando os riscos sociais que esta população esta exposta.

Figura 17 - Registros fotográficos de habitações encontradas no AP localizado no Jardim São Paulo construídas por tábuas e lonas, 2016.



A



B

Fonte: Trabalho de campo Monteiro, 2016.

O registro A mostra a casa de um morador do AP construído por tábuas em um terreno degradado que faz parte da antiga estrada de ferro. O registro B imagem de uma habitação construída com lona feita pelo o morador para morar com a família, ao lado uma cisterna onde ele retira água para o consumo da família.

Todavia mediante esses fatores mencionados que revelam a qualidade habitacional dos moradores do AP objeto de estudo, vale destacar que todos esses indicativos são fundamentais para determinar a Q.V desta população estudada. Pois como hipóteses levantadas foram consideradas que os serviços de infraestrutura urbana e a qualidade habitacional determinam a Q.V. O que leva a considerar que a população estudada está exposta aos riscos sociais ligados: à carência material, ausência da infraestrutura urbana e as precárias condições de habitação com baixos padrões constritivos que impedem a população do AP de ter Q.V.

3.3 Qualidade Ambiental

A questão ambiental tem se tornado um tema cada vez mais central nos estudos urbanos. Rodrigues (2013) aponta para importância do estudo da questão ambiental urbana, destacando principalmente a questão que envolve sua produção, agentes, escalas e conflitos. Neste tópico apresenta os problemas e os conflitos ambientais que ocorrem na escala urbana, envolvendo a discussão dos riscos ambientais que afetam a Q.V da população do AP.

Para Herculano (2000) existem duas formas de avaliar a questão ambiental. A primeira, abordando os aspectos que envolvem a qualidade de vida não urbana. A segunda, envolvendo a discussão dos aspectos da qualidade de vida urbana. Esta pesquisa insere-se na segunda forma de avaliação.

Entre outras questões ambientais, o relevo destaca-se como um fator determinante dos problemas ambientais ligados aos processos geológico/geomorfológicos. E a infraestrutura urbano sendo um fator preponderante para a qualidade ambiental dos moradores, pois a ausência de infraestrutura urbana é um indicativo que revelam vários riscos principalmente os sociais que são transformados em riscos ambientais. Conforme coloca Rodrigues (2013) na sociedade capitalista muitos problemas sociais contraditoriamente são transformados em problemas ambientais. Nesse sentido, enfoca-se a questão da infraestrutura urbana também como um fator que influência na proliferação de doenças sociais afetando a saúde da população da área de estudo. Com base no exposto, segue os resultados que evidencia a questão ambiental dos moradores do AP, objeto de estudo.

Segundo informações coletadas, com base na opinião dos moradores residentes próximo de voçorocas ou outros problemas geomorfológicos ligados a agentes erosivos, 75 % da população disseram não morar próximo de área de risco ambiental dessa natureza e outros 25% disseram que moram próximo de área de risco. Verificou-se em trabalho de campo que os riscos ambientais ligados aos processos erosivos ocorrem com maior frequência nas áreas onde as moradias são mais precárias. Os riscos ambientais presentes no AP são influenciados por vários fatores, entre os quais, ligados: ao próprio escoamento superficial¹⁰ que atingem diretamente os terrenos declinados e degradados, onde os moradores residem e construíram suas casas, caracterizados como locais onde os solos são mais suscetíveis aos processos erosivos.

Outro fator de natureza antrópica que soma ao escoamento superficial é a própria forma de aterro feita pelos moradores que utilizam o próprio material da escavação dos cortes do relevo, lançando estes sobre o terreno natural, compactando de forma inadequada, expondo a população a riscos, favorecendo a movimentos de massa.

Cerri e Nogueira (2012) apontam para vários riscos ambientais que ocorrem em moradias caracterizadas como assentamentos precários que comprovam essa exposição. Principalmente quando se trata das áreas de riscos de escorregamento. Cerri e Nogueira (2012, p.136) afirmam que,

Nos assentamentos precários, como os terrenos são adaptados ao padrão mais convencional e econômico de construção de moradias, as principais alterações no meio são representadas pela execução de cortes de alturas e inclinações, além dos limites tecnicamente seguros e de patamares (“aterros”), utilizando o próprio material de escavação dos cortes, que é simplesmente lançado sobre o terreno natural, sem receber compactação adequada. Soma-se a este quadro o freqüente e contínuo lançamento de lixo, entulho e de águas servidas diretamente na superfície dos terrenos, bem como a instalação de fossas, com estas duas últimas práticas favorecendo a permanente infiltração de água nos maciços. Em complemento, ainda é comum observar a instalação de edificações muito próximas à base ou ao topo de taludes íngremes (naturais ou de corte), em áreas que deveriam ser preservadas de ocupação permanente. Este conjunto de alterações e situações pode ser observado em qualquer município brasileiro que apresente a instalação de assentamentos precários em áreas de encostas.

Todavia com base nos aspectos levantados por esses autores, que discorrem a problemática ambiental tão comum nos municípios brasileiros que possuem AP é importante destacar que em observações de campo, foram encontrados vários indicativos que confirmam

¹⁰ O escoamento superficial (ES) consiste no deslocamento das águas sobre a superfície do solo, sendo gerado fundamentalmente pela precipitação. Esse fenômeno regido por leis físicas, por variáveis como vazão, profundidade e velocidade é parte integrante do ciclo hidrológico, pois, da água que chega ao solo, parte se infiltra e parte se acumula na superfície do solo, uma vez que sua capacidade de infiltração é limitada. O escoamento se inicia quando a taxa de infiltração do solo se torna menor que a intensidade da precipitação e a capacidade de acumulação da água nas depressões do solo se esgotam (SILVA, 1999).

esses problemas ambientais em nossa área de estudo como: sulcos nos terrenos, rachaduras no solo, nas casas e principalmente nas paredes de contenção da encosta construída pelos moradores para conter futuro episódios de movimentos de massa que pode abalar a estrutura de suas moradias (Figura 18).

Figura 18 - Registros fotográficos que indicam problemas geomorfológicos no AP localizado no Jardim São Paulo, afetando os moradores, 2016.



Fonte: Rogério Seabra, 2016.

Com base nas figuras 18 A e B observa-se que os problemas geomorfológicos estão afetando algumas casas na área de estudo onde se encontra AP. Nas imagens verifica-se que o morador fez um aterro para construção de sua casa de forma não adequada, construindo uma espécie de barreira de contenção no fundo da residência com o objetivo de prevenir um eventual movimento de massa que possa comprometer a moradia, que apresenta rachaduras indicando que o solo e o aterro esta se movimentando devido à infiltração no solo. A figura 18 C mostra sulcos que evidenciam o escoamento superficial no local próximo do AP que tende a ocorrer nos períodos de chuvas, potencializando processos erosivos que favorecem os movimentos de massa.

Sobre o fenômeno do movimento de massa Infanti Jr e Fornasari (1998) diz que é um fenômeno caracterizado por: deslizamento, escorregamento, rastejo, tombamento e fluxo. Cada um possuindo diversos tipos e estágios. Pelas características da problemática ambiental

ligado a questão do relevo da área estudada, pode considerar que se trata de um fluxo e não um deslizamento. O fluxo tende ocorrer promovendo a instabilidade geomorfológica na superfície. Neste caso atinge diretamente na instabilidade do relevo e nas estruturas das moradias deixando os moradores mais vulneráveis aos riscos ambientais.

Entretanto, cabe ressaltar que em trabalho de campo foram registrados alguns pontos críticos que evidenciam esses riscos ambientais deixando os moradores do AP mais vulneráveis (Figura 19).

Figura 19 - Registros fotográficos de áreas residências críticas no AP localizado no Jardim São Paulo, expondo os moradores aos riscos ambientais, 2016.



Fonte: Rogério Seabra, 2016.

Observa-se com base na figura 19 A o registro fotográfico de uma moradia do AP toda comprometido pelos riscos ligados aos processos erosivos, o morador, conforme depoimento dos vizinhos teve que se mudar do imóvel para salvaguardar sua própria vida. De acordo com a prefeitura o morador deste imóvel esta recebendo aluguel social. Na figura 19 B percebe-se processo de erosão no fundo do imóvel provocando um movimento de massa moderado.

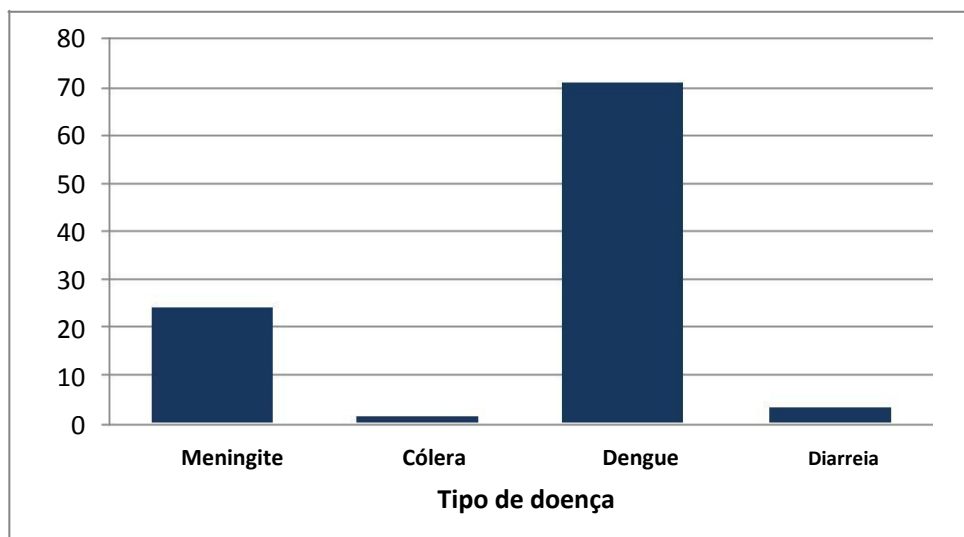
Vale citar que alguns moradores comentam sobre os riscos ambientais que ocorrem na área do AP como, por exemplo, morador J.A que argumenta: “aqui tem risco na minha casa. Aqui nós fez até uma parede no fundo por causa da erosão. Quando dá chuva fica mais perigoso porque a chuva vem de cima aí à parede começa rachar”. Ainda segundo o morador J.A “minha casa não aconteceu nada mais tem gente que sim. Lá em baixo tem um homem que a casa caiu tudo uma pedra grande rolou de cima”.

Esses relatos reforçam a presença de riscos ambientes nestes locais, comprometendo a Q.V, deixando expostos aos riscos que podem levar as perdas materiais e ambientais. Como

já foi mencionado existe um projeto por parte da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação de Anápolis, que visa à retirada de 64 famílias em áreas de risco do AP localizado no Jardim São Paulo, no qual visa reassentar os moradores que estão expostos a riscos ambientais em uma área próxima do local beneficiando com a construção de casas.

Outro fator que serve de parâmetro para avaliar a qualidade ambiental é infraestrutura urbana, no qual pode evidenciar vários aspectos que indicam as condições socioambientais dos moradores, principalmente revelando as questões que envolvem o meio ambiente e saúde. Nesse sentido, com base neste parâmetro tentando revelar algumas informações sobre a questão da saúde e meio ambiente dos moradores do AP objeto de estudo, foi perguntado para os moradores entrevistados, se a região é atingida por doenças, que pode estar ligado ao ambiente onde os moradores vivem. Entre essas doenças ligadas ao ambiente, foram listadas algumas para eles, entre os quais, a saber: (meningite), (cólera), (febre amarela), (dengue), (doenças diarreicas), entre outras que poderiam ser citadas pelos moradores. As informações coletadas sobre esta questão foi organizado no (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Opinião dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo, Anápolis, Go, sobre as doenças que mais atingem a região onde eles vivem.



Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Com base no Gráfico 12 percebe-se que há uma grande ocorrência de doenças no local. Fatores que evidenciam que a questão ambiental pode estar influenciando nesses números que foram revelados. Os moradores relataram em entrevistas que a maioria dos casos das doenças na região é de dengue, essa chegando a mais de 71,0% da opinião dos entrevistados. A doença transmitida pelo vetor patogênico do mosquito *Aedes aegypti* prolifera em ambientes com acúmulo de água parada e sujeira. A meningite também foi citada pelos entrevistados como doença que ocorre na área totalizando 24,2%. A cólera e as doenças

diarreicas tiveram menores proporções de ocorrências. Cólera com 1,6% e doenças diarreicas com 3,2%. Outras doenças ligadas à questão ambiental não foram relatadas pelos moradores.

Em trabalho de campo evidenciou-se vários fatores ligados à falta de infraestrutura urbana que podem estar afetando na Q.V e principalmente a saúde dos moradores do AP estudado. Fatores como ausência saneamento básicos: (esgoto, coleta de lixo, água tratada), ausência de drenagem urbana e pavimentação asfáltica são alguns dos fatores que podem estar contribuindo para estes índices de doenças no local pesquisado, principalmente da dengue. Com base nestes fatores levantados fez-se uma avaliação por análise de regressão logística como forma de identificar quais são os fatores de riscos que mais contribuem para aumento de caso de dengue na região onde concentra o AP pesquisado. Os fatores que foram avaliados são: o asfalto, água, esgoto, coleta de lixo, drenagem e risco ambiental.

Os fatores que mais influenciaram para os casos de dengue estão expressos na Tabela 05, nela estão os dados avaliados com base na análise de regressão logística, podendo esta ser observada na tabela a seguir.

Tabela 5 - Fatores que indicaram serem significativos para o risco de contrair dengue na região onde se encontra o AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.

Fator	Dengue				p	OR
	Não (N=18)		Sim (N=44)			
	N	%	n	%		
Asfalto					0,028 ^a	0,697
Bom	4	23,5	23	52,3		
Regular	2	11,8	8	18,2		
Ruim	2	11,8	1	2,3		
Não existe aqui	9	52,9	12	27,3		
Água					0,033 ^a	0,710
Bom	4	22,2	21	48,8		
Regular	2	11,1	4	9,3		
Ruim	0	0,0	3	7,0		
Não existe aqui	12	66,7	15	34,9		
Esgoto					0,999	0,001
Bom	0	0,0	1	2,9		
Regular	0	0,0	2	5,7		
Não existe aqui	17	100,0	32	91,4		
Coleta lixo					0,864	1,141
Bom	15	88,2	39	88,6		

Regular	2	11,8	4	9,1		
Ruim	0	0,0	1	2,3		
Não sei	15	88,2	39	88,6		
<hr/>						
Drenagem					0,661	1,103
Bom	1	5,6	4	10,3		
Regular	4	22,2	2	5,1		
Não existe aqui	13	72,2	33	84,6		
<hr/>						
Risco Ambiental					0,548	0,619
Não	13	81,3	35	87,5		
Sim	3	18,8	5	12,5		

Teste de análise de regressão logística ^a Estatisticamente

Significativo **Fonte:** Resultado obtido na pesquisa, Monteiro, 2016.

Dentre os fatores que foram avaliados como de risco de contrair dengue descrito na Tabela 5, observou-se que dois fatores foram significativos: o asfalto e a água. O asfalto apresentando significância de $p=0,028^a$ e água com significância $p=0,033^a$. Com base nestes dados significantes, considera-se que a água que os moradores utilizam contribui para aumento do caso de dengue na região, da mesma forma que o asfalto com sua presença ou não esta contribuindo para o aumento da dengue. Além desses fatores, observou-se que a coleta de lixo apresentou $OR=1,141$ e a drenagem $OR=1,103$. Ou seja, esses dois últimos dados indicam que a coleta de lixo e drenagem não existindo na região são dois fatores de riscos indicando a não proteção para o caso de dengue.

Sobre esses resultados revelados destaca-se que em observações em campo foram encontradas várias evidencias que comprovam riscos de contrair dengue, envolvendo a questão do asfalto e da água. Observou-se que nas ruas do AP onde não possuem a pavimentação asfáltica, águas paradas se acumulam na superfície degradada das ruas em buracos ou nos sulcos esculpidos pelo processo de erosão da água (Figura 20). Verificou-se que as águas que saem das casas acumulando como água parada nas ruas tem origem de esgoto doméstico, algumas apresentando um aspecto mais limpo vem do derrame de caixa da água, torneiras que escorrem para ruas se tornando um ambiente favorável de proliferação do mosquito *Aedes aegypti* que desenvolve com água limpa parada (Figura 21).

Figura 20 - Imagens de ruas do AP localizado no Jardim São Paulo onde a falta da infraestrutura do asfalto contribuem para formação de buracos e sulcos acumulando água parada, 2016.



A



B



C

Fonte: Rogério Seabra, 2016.

O registro A mostra água percorrendo uma rua em sua superfície degradada formado por sulcos em uma parte da avenida ferroviária. O registro B buracos em uma parte da avenida ferroviária com água parada e suja. Registro C concentração de água parada em uma Rua do AP próximo do Bairro Santa claro. A má qualidade do asfalto e a ausência de drenagem contribuem para o acúmulo de água.

Figura 21 - Imagens de águas escorrendo das residências dos moradores do AP localizado do Jardim São Paulo, 2016.



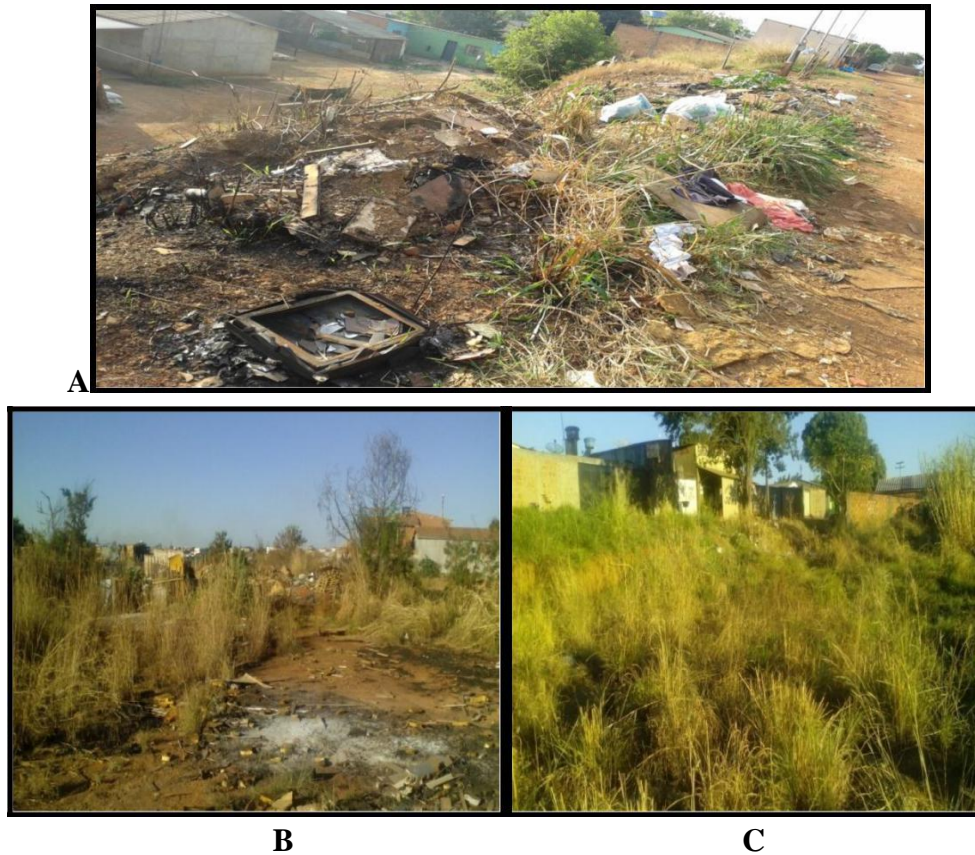
Fonte: Rogério Seabra, 2016.

O registro fotográfico A mostra água escorrendo do teto da casa do morador para rua vindo da caixa de água de armazenamento. O registro B água escorrendo de uma casa para rua próximo da avenida contorno. Registro C água proveniente do esgoto doméstico concentrado em uma rua na avenida ferroviária.

Cabe ressaltar que toda problemática do acúmulo de água parada é agravado pela falta da drenagem urbana, indicando que sua ausência é um risco de dengue indicando não proteção. Da mesma forma do lixo que se aprestou como um problema ambiental na área estudo ligado ao serviço de coleta.

Observou-se em trabalho de campo a concentração de lixo em vários espaços do AP, sendo descartado de forma incorreta pelos moradores contribuindo como recipientes do mosquito da Dengue. A presença de lixo pode ser vista nas ruas e em várias áreas próximas das residências dos moradores do AP em terrenos baldios esquecidos pelo poder público em áreas municipais e federal com da antiga linha ferroviária que esta próxima do AP (Figura 22).

Figura 22 - Imagens de acúmulo de lixo em diversos locais próximos do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.



Fonte: Rogério Seabra, 2016.

O registro fotográfico A mostra a presença de lixo espalhado em uma parte da avenida ferroviária com a presença de sacolas plásticas, papelão entre outras matérias e resíduos sólidos. O registro B é de uma área próxima do AP pertencente à área pública federal do antigo leito ferroviário onde no local há um grande descarte de lixo e entulhos, no qual os moradores queimam evitando a concentração de resíduos. O registro C de uma área pública municipal tomada por matos nos quais os moradores usam o espaço para descartar seus lixos.

Vale destacar que o problema do lixo soma-se também com a falta de um adequado serviço de coleta, apesar dos moradores considerarem que o serviço é bom ocorrendo em toda região do AP, chegando a ocorrer de 2 a 3 vezes por semana. Evidenciou-se que o serviço é incompleto, pois somente coleta o lixo, mas não há o serviço de limpeza envolvendo a varrição e poda dos matos em áreas públicas abandonadas e lotes baldios, entre outros serviços ligados ao saneamento que também é fundamental para a limpeza onde os moradores residem gerando melhor aspecto ambiental e bem estar que resulta em Q.V.

Mediante essas questões ambientais que estão cravadas na paisagem urbana desse AP podem-se afirmar uns dos questionamentos levantados no início desta pesquisa: a de que a população do AP localizado do Jardim São Paulo está exposta a riscos sociais e ambientais. Evidenciou-se com base em dados e observações que estes riscos existem e que estão ligados a vários problemas socioambientais como, por exemplo: a precariedade das habitações, pobreza, violência, aos riscos geomorfológicos, riscos epidemiológicos, entre outros tantos

que afetam bem-estar da população do AP deixando-os mais vulneráveis frente a esses desafios que eles enfrentam em seu cotidiano.

3.4 Qualidade dos Equipamentos Públicos

Outro ponto indicativo para mensurar a Q.V local é avaliar a qualidade dos equipamentos públicos (EP): aparelhos educacionais, de saúde, áreas de lazer, creche, posto policial, entre outros, indispensáveis para o bem-estar de uma determinada população. De acordo com Mendonça (2006) os equipamentos públicos são condições fundamentais para pensar a Q.V das populações urbanas, na qual se considera sua quantidade de equipamentos, quanto seu modo de acesso e extensão de serviços capaz de atender as demandas de um determinado número de domicílios. Neste sentido, buscando avaliar a Q.V da população do AP pesquisado com base no indicativo dos equipamentos urbanos, listou-se na pesquisa para os moradores entrevistados vários componentes importantes de EP capaz de gerar o bem-estar dessa população, nos quais suas avaliações foram feitas com base na opinião dos próprios moradores, acerca de sua existência, qualidade e proximidade com o local de moradia (Ver Tabela 6).

Tabela 6 - Opinião dos entrevistados sobre os serviços que ocorrem próximo do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.

Item	Número de Moradores (N=62)	%
Transporte Coletivo		
Bom	34	55,7
Regular	15	24,6
Ruim	13	19,7
Transporte alternativo		
Ruim	1	1,6
Não sei	1	1,6
Não existe aqui	60	96,8
Telefone Público		
Bom	5	8,2
Regular	1	1,6
Ruim	5	8,2
Não sei	7	11,5
Não existe aqui	44	70,5
Correio		
Não existe aqui	62	100,0
VaptVupt		

Não existe aqui	62	100,0
Delegacia		
Não existe aqui	62	100,0
Unidade de saúde		
Bom	9	14,8
Regular	1	1,6
Ruim	3	4,9
Não sei	4	6,6
Não existe aqui	45	72,1
Parques		
Regular	2	3,3
Ruim	4	6,7
Não sei	2	3,3
Não existe aqui	54	86,7
Esporte		
Ruim	1	1,6
Não existe aqui	61	98,4
Escola Municipal		
Bom	46	72,8
Regular	5	8,5
Não sei	5	8,5
Não existe aqui	6	10,2
Escola Estadual		
Bom	7	11,4
Regular	2	3,2
Ruim	4	6,6
Não sei	4	6,6
Não existe aqui	45	72,2
Creche		
Bom	3	5,0
Não sei	1	1,7
Não existe aqui	58	93,3

Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Com base nas informações presentes na Tabela 6, percebe-se que vários serviços públicos que foram listados para os moradores são na sua maioria inexistentes ou quando existem são precários ou distantes do local. A maioria dos EP segundo os relatos dos moradores se encontra localizados nas áreas centrais, eles precisam-se deslocar para acessar esses serviços. Na opinião dos moradores muitos serviços são inexistentes próximos do local onde moram como: os serviços de correspondência dos correios e do atendimento VaptVupt,

serviços estes que podem ser destacados como essenciais para a medição da Q.V desta população, pois se coloca como canais de comunicação e informação para esta população.

Os entrevistados avaliaram também a qualidade dos telefones públicos na região do AP, o que revelou que estes serviços de comunicação oferecidos são precários e quase inexistentes neste local. Mais de 70,5% disseram não possuir telefones públicos no setor. E, quando tem, segundo os relatos dos moradores, não funcionam e estão estragados ou em péssimo estado de conservação.

Sobre os serviços de transporte coletivo na região, 55,7% dos entrevistados afirmaram que o serviço é bom. Os demais avaliaram como regular 24,6% e ruim 19,7%. Os moradores que avaliaram como regular e ruim o transporte coletivo, argumentaram que são poucos ônibus na linha, outros disseram que atrasam no horário de passar, relatando também que é distante do local da residência e do ponto de ônibus. Verificou-se que no setor onde abrange o AP passam três linhas de ônibus, a do setor sul, do Jardim São Paulo e do Bairro São João /Polocentro. Em trabalho de campo, foi também observado que os pontos não se encontram em boa conservação, apenas 2 na região possuem cobertura. Com relação à existência do transporte alternativo perguntados para os entrevistados, em sua maioria responderam não existir no local somando este 96,8%.

Outro EP que os moradores avaliaram é o de segurança pública a presença de uma delegacia. Segundo a opinião dos entrevistados esse equipamento não existe nas proximidades de suas residências (Tabela 06), sendo um dos principais problemas enfrentados pela população do AP, pois conforme os entrevistados, muitos sofrem com a ação dos usuários de drogas e traficantes no local, além dos furtos e homicídios. Sendo importante a presença de um EP de segurança como delegacia e posto policial próximo da região onde se encontra o AP para melhorar a sensação de segurança e bem-estar.

Dois outros EP foram dados como inexistentes na região segundo os entrevistados: os parques e as áreas de esportes. Sobre a existência de parques 86,7% dos entrevistados responderam não existir esse próximo do AP, eles afirmaram que não há nenhum atrativo como uma praça para passear e para as crianças brincarem. Muitos em busca de lazer se deslocam para outros bairros, como exemplo, o Parque Ipiranga. Local este que fica quase 10 km distância do AP. Sobre a existência de área de esporte 98,4% dos entrevistados, responderam não existir no local um quadra de esporte onde os jovens possam praticar esportes.

Verificou-se que a única área pública que existe na região onde se encontra o AP, que pode ser destinada para construção de equipamentos de lazer, a área do projeto para

construção de condomínios para reassentamento da população que se encontra em áreas de riscos. Em trabalho de campo, observou-se que pelo seu tamanho esta área permite a construção de EP de lazer, além das construções dos condomínios para famílias de baixa renda, permitindo a possibilidade de lazer para essa população.

Portanto devido à falta dos EP de lazer como praças, quadras, parques, muitos moradores relatam que o setor é feio, só possui áreas cheias de lixo ao invés de praças e áreas de esportes. Alguns até afirmam que a presença de uma praça embelezaria o bairro. Segundo a opinião dos moradores, a presença de EP de lazer ajudaria na diminuição da violência, pois com a presença de uma área de esporte, tiraria muitas crianças e jovens das ruas e do mundo do crime.

Sobre a presença de uma unidade de saúde, 72,1% dos entrevistados disseram não possuir próximo da região do AP. 11,4% disseram existir avaliando como bom .3,2% responderam existir e funcionar de forma regular. E 6,6% responderam ter e avaliaram como ruim. 6,6% não souberam opinar. Para os que avaliaram respondendo não existir próximo da região do AP, a maioria relatou apresentar como serviços precários e distantes do local onde os moradores residem. De acordo com a opinião dos entrevistados, a população busca atendimento na unidade de saúde da Vila Esperança, outros na unidade de saúde que engloba a área de atendimento Setor Sul e Arco Verde, nos quais são precárias as unidades, não atendendo a demanda da população, pois falta médico clínico geral e de especialidades. Os moradores se queixam também da falta de agente de saúde para visitar a população do AP principalmente os moradores onde estão fora da área de cobertura. Fatores estes que comprometem o bem-estar desta população com relação os serviços de saúde, considerando que a saúde como mesmo afirma Herculano (2000), faz parte das necessidades básicas dos recursos disponíveis que uma população tem para adquirir Q.V.

Com relação EP ligados a educação, observa-se que a população do AP usufrui de colégios municipais e estaduais dos bairros próximos como Setor Sul onde se localiza uma escola municipal do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental (primeira fase), Arco Verde escola estadual do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental (segunda fase), São João escola municipal que oferece do primeiro ao sétimo ano, sendo essa a escola mais próxima para os moradores do AP.E, por último, o colégio estadual localizado no bairro Vila Esperança que oferece do sexto ao terceiro ano do Ensino Médio. Sendo este o único colégio que oferece o ensino médio para esta população na região, obrigando muitos a se deslocarem para outros locais fora da região do AP como no centro para cursar o Ensino Médio.

Segundo os entrevistados umas das principais carências ligadas aos EP de educação é a falta de uma creche 93,3% disseram não existir no local. Sua ausência segundo opinião dos entrevistados atrapalha suas vidas, principalmente a profissional, por não terem como deixar os filhos com outras pessoas para trabalhar. De acordo com os entrevistados as únicas creches próximas estão localizadas nos bairros: Arco Verde e Vila Esperança, mas que não atendem a demanda da população do AP.

Sobre a avaliação da qualidade das escolas municipais e estaduais, percebe-se que os moradores possuem certa satisfação com as escolas municipais, 72,2% consideram como bom às escolas municipais, elogiando sua proximidade, estrutura, acesso e professores. Satisfação que não ocorreu com as escolas estaduais, pois somente 11,4% avaliaram como bom, pois muitos entrevistados alegam situar longe de sua região, possuir péssima organização, estrutura e baixa qualidade de ensino.

Entretanto, mediante estas informações levantadas sobre os EP que servem a população do AP pode-se refletir que a ausência de muitos serviços que foram citados tende afetar o bem-estar da população. Pois como aponta Herculano (2000) a Q.V pode ser avaliada e mensurada com base nos recursos e necessidades. Todavia, identificou-se que muitos recursos são ausentes neste grupo populacional, frente à suas demandas e necessidades, como: falta de segurança, de unidade de saúde, praças, parques, transporte coletivo, creche, escola estadual de qualidade, entre outros aspectos necessários para uma Q.V. Fatores que se colocam com desafios para esta população enfrentar, reivindicando melhoria do bairro, no que corresponde na luta pelos direitos ao acesso dos EP e sua melhoria e qualidade.

3.5 Meios de Entretenimentos e Informação

Além dos equipamentos públicos ligados aos aparelhos educacionais, de saúde, lazer, transporte, segurança, entre outros, que traduzem em recursos disponíveis para um indivíduo ou coletivo ter Q.V com base em suas necessidades, outro ponto indicativo para mensurar a Q.V é avaliação dos meios de entretenimento e informação. Eles indicam o acesso de uma determinada população aos equipamentos culturais, principalmente os de lazer e, também, os de informação, os quais permitem indicar a qualidade ao acesso dos meios de comunicação que o indivíduo ou coletivo recebem em seu cotidiano através de diversos canais de informação.

Neste sentido, busca-se avaliar os meios de entretenimentos e informação dessa população ao acesso: as áreas de lazer e esportes, academias, cinema, teatro, bares, entre

outros, quanto também à avaliação do acesso aos meios de comunicação como: TV, rádio, internet, jornal impresso, entre outros fatores que resultam na avaliação do seu lazer e comunicação. Sobre esses meios de entretenimentos e informações, fez-se uma lista com vários equipamentos culturais, perguntado para os moradores se eles frequentam estes espaços culturais, como também se eles existem próximo da região onde residem. Informações que foram organizadas na Tabela 7 a seguir:

Tabela 7 - Opinião dos entrevistados do AP localizado no Jardim São Paulo sobre sua prática de lazer no dia a dia, 2016.

Tipo de lazer	Número de Moradores (N=62)	%
Cinema		
Muitas vezes	2	3,2
Raramente	26	41,9
Nunca	34	54,9
Teatro		
Muitas vezes	1	1,6
Raramente	15	24,6
Nunca	46	73,8
Show		
Muitas vezes	11	17,8
Raramente	19	30,6
Nunca	32	51,6
Bares		
Muitas vezes	11	18,0
Raramente	16	26,2
Nunca	35	55,8
Restaurante		
Muitas vezes	13	21,0
Raramente	35	56,4
Nunca	14	22,6
Shopping		
Muitas vezes	6	9,7
Raramente	32	51,6
Nunca	24	38,7
Clubes		
Muitas vezes	2	3,3
Raramente	18	29,5
Nunca	42	67,2
Academias		
Muitas vezes	3	5,0
Raramente	11	18,3

Nunca	48	76,7
Casa de jogos		
Muitas vezes	2	3,2
Raramente	9	14,5
Nunca	49	79,0
Museus		
Muitas vezes	2	3,3
Raramente	9	15,0
Nunca	51	81,7
Praças		
Muitas vezes	18	28,3
Raramente	27	45,0
Nunca	17	26,7

Fonte: Resultados obtidos na pesquisa Monteiro, 2016.

Com base nas informações da Tabela 7, observa-se que muitos entrevistados responderam nunca ter frequentado espaços culturais como: teatros esses somando na opinião dos entrevistados 73,8%, cinema 54,9%, academias 76,7%, clubes 67,2%, museus 81,7%, casa de jogos 79,0% e clubes 67, 2%. Muitos moradores opinaram não frequentar esses espaços devido à questão econômica, falta de interesse de frequentar esses lugares e principalmente pelo falta dos equipamentos culturais (EC) encontrarem-se distantes da região onde se encontra o AP, encontrando somente em áreas centrais. O que releva a exclusão dos EC para áreas que não são centrais. Questões estas que podem revelar a falta de opção de acesso a lazer desta população no espaço da cidade, afetando seu bem-estar e Q.V, reflexo da falta de uma política de lazer capaz de dar mais ênfase aos espaços e equipamentos.

Sobre o assunto, Marcellino, Barbosa e Mariano (2006) defendem a democratização do espaço de lazer na cidade que leve à convivencialidade, tendo como base uma reordenação do solo urbano, incluindo equipamentos de lazer a moradia e o seu entorno, mas não restrita a ela. De acordo estes autores existem uma diferenciação na distribuição dos espaços de lazer das áreas centrais para áreas não centrais o que revela um descompasso de nossa política urbana, no qual estes autores descrevem da seguinte forma:

Se procedermos à relação lazer/espaço urbano, verificaremos uma série de descompassos, derivados da natureza do crescimento das nossas cidades relativamente recente, e caracterizado pela aceleração e pelo imediatismo. O aumento da população urbana não foi acompanhado pelo desenvolvimento de infraestrutura adequada, gerando desníveis na ocupação do solo e diferenciando marcadamente, de um lado, as áreas centrais, ou os chamados pólos nobres, concentradores de benefícios e, de outro, a periferia, com seus bolsões de pobreza, verdadeiros depósitos de habitações. Mesmo quando nesses espaços estão localizados equipamentos como shopping centers, a população local geralmente não tem acesso privilegiado a eles. Constata-se, particularmente, a centralização de equipamentos específicos (teatros, cinemas, bibliotecas etc.) ou a sua localização em áreas para públicos

segmentados, o ar de santuário de que ainda se reveste um bom número deles e as dificuldades para a utilização de equipamentos não específicos – o próprio lar, bares, escolas etc (MARCELLINO, BARBOSA e MARIANO, 2006, p. 57).

Para os entrevistados, a falta de alguns equipamentos de lazer no setor de localização do AP, como uma praça ou um parque como já foi mencionado, tende a refletir no próprio aspecto ambiental onde os moradores estão inseridos. Pois as ausências destes espaços de lazer favorecem na degradação do ambiente urbano, contribuindo para diminuição da sensação de bem-estar, afetando assim na Q.V da população. Segundo os moradores, a presença de uma praça embelezaria o setor melhorando o aspecto ambiental. Outro ponto que os moradores relatam é que a presença destes meios de entretenimentos no setor poderia contribuir para diminuição dos casos de violência, pois daria mais opções de lazer para os jovens retirando-os da ociosidade, fato também já mencionado.

Sobre essas queixas que os moradores colocam devido a falta de entretenimento é importante relacionar este fato com as reflexões de Marcellino, Barbosa e Mariano (2006, p. 58)

É relativamente recente a preocupação com os efeitos nocivos, causados pelo processo de urbanização crescente, para a estrutura de nossas cidades. A ação predatória, motivada pelos interesses imediatistas, ocasiona problemas muito sérios, que afetam a qualidade de vida e o lazer das populações, contribuindo com a violência e a falta de segurança, inclusive. Fala-se muito, hoje em dia, em entretenimento. Pelo nosso entendimento de lazer, o entretenimento deveria ser um dos componentes do lazer, ligado basicamente aos valores de divertimento. Mas o que se percebe é uma clara alusão ao entretenimento como lazer mercadoria. Não se trata de atividades populares ligadas à alma da população, mas popularescas, no sentido de nivelamento por baixo, com o único objetivo de desviar a atenção de, e esse de, quase sempre, pode ser entendido como a triste realidade pessoal e social dos seres humanos. É a distração significando alheamento, e não atração por um outro mundo. Um mundo diferente, de sonho e invenção, de uma sociedade mais justa, de um ser mais humano.

No entanto mediante da falta de opção de lazer dos moradores, percebeu-se na pesquisa que os entrevistados nas horas de folgas dedicam seu tempo livre mais com a família somando este 71,0% dos entrevistados. Como forma de entretenimento 54% dos entrevistados afirmou ter a TV como uma forma de entretenimento no seu dia a dia.

A pesquisa revelou também que a população do AP não dedica seu tempo livre lendo. Mais de 56,5% disseram que raramente praticam a leitura. E, 27,4% nunca leram, revelando um nível cultural de informação muito baixo desse grupo populacional.

Com relação aos meios de acesso de informação desta população, verificou-se 45,2% dos entrevistados utiliza como meio de informação a televisão. A internet vem depois com 29,0%. Em seguida o rádio com 22,6%. Outros meios de informação como jornal impresso, revista semanal, entre outras fontes de informação, nem foram citadas pelos entrevistados. O que revela a não diversificação dos meios de comunicação que tendem a comprometer a

qualidade das informações para esta população, pois pensar a Q.V é pensar no acesso aos melhores canais de informação, sua democratização e acessibilidade às inovações tecnológicas. Sendo assim, a falta de acesso destes canais e de outras formas de entretenimentos, são fatores que contribuem para perda do bem-estar, principalmente quando se refere ao AP estudado que apontou baixos acessos aos meios de entretenimentos e informações.

3.6 Qualidade de Vida e Direito à Cidade

A discussão sobre a Q.V urbana envolve o direito à habitação, educação, saúde, trabalho, meio ambiente, entre outros aspectos fundamentais para o bem-estar humano. Aspectos que faz refletir sobre uma questão fundamental, a discussão sobre o direito à cidade. Noção cunhada pela primeira vez por Lefebvre (1991) que aponta a cidade como um espaço de direito, de luta por cidadania e de reivindicação dos direitos fundamentais da cidade. Para este autor, não se resume a um só direito, mas a vários que nascem por meio das demandas sociais, das pressões das massas como, por exemplo: o direito à habitação, saúde, cultura, trabalho, educação, ao repouso, entre tantos outros fundamentais para sobrevivência humana. Lefebvre (1991, p.131) resume a noção do direito à cidade da seguinte forma.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

Como se observa com base em Lefebvre (1991) a noção de direito à cidade envolve vários direitos que garantem ao cidadão a vida urbana, noção que se apresenta como um apelo à revalorização dos significados da cidade como valor de uso. Ou seja, Lefebvre (1991), nos faz refletir sobre um novo urbanismo, no qual a cidade não é vista apenas como valor de troca de reprodução do capital, marcada pela lógica perversa do mercado imobiliário que promove a auto-segregação socioespacial. E, sim, nos faz enxergar a cidade como um espaço democrático, no qual as pessoas possuem liberdade para lutar pelos seus direitos e expressar seus modos de vida. Para Lefebvre (1991) a cidade tem que ser pensada para além da sua própria materialização, pois ela possui a dimensão do humano, expressa em suas diferentes obras, construída pelas suas realizações. De acordo com Lefebvre (1991), a cidade é cultura, local de festa, de lazer, manifestação da arte e das demais formas de manifestações culturais representado pelas relações sociais humanas. Portanto, com base nestas considerações, no

qual o espaço urbano é repensado não apenas como local da produção e de consumo. E, sim, como espaço de manifestações culturais e de direitos. Vale aqui também, destacar a noção de direito à cidade com base em Carlos (2008, p.88) que aponta que

É a luta pela cidadania, a luta por transformações sócio-econômico-espaciais. Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. É direito à participação numa sociedade de excluídos.

Observa-se com base na reflexão teórica de Carlos (2008) que o direito à cidade se apresenta com um direito da participação dos excluídos na sociedade, em luta dos bens e serviços mínimos. Cabe ressaltar com base nesta reflexão que a discussão da Q.V proposta nesta pesquisa envolvendo vários aspectos da vida urbana se transforma em uma luta pelo direito à cidade, por tratar das condições de bens e serviços mínimos sem os quais a existência não é digna para a população do AP objeto de estudo.

Assim considerando esse ponto de vista, afirma-se que a Q.V se transforma em uma luta pelo direito à cidade através do exercício da cidadania, pois como afirmam Herculano (2000) e Minayo, Hartz e Buss, (2000) a Q.V está ligada à participação e ao exercício da cidadania em busca de uma vida digna dos serviços essenciais para o bem-estar humano. Sobre a prática da cidadania que envolve a luta pelo direito à cidade, vale reflexão de Cavalcante (2008, p.74):

A prática da cidadania inclui a competência para fazer leitura da cidade. Ser cidadão é exercer o direito de morar, de produzir e de circular na cidade; é exercitar o direito de criar seu direito à cidade, é cumprir o dever de garantir o direito coletivo à cidade. A ideia de cidadania ativa está ligada ao pensamento crítico sobre os tipos de direitos mais convencionais ao pensamento que busca a incorporação de direitos ligados mais a humanos e indivíduos.

Diante dos argumentos de Cavalcante (2008) considera-se que a noção de cidadania está ligada a ideia de direito à cidade. Afirmação que faz refletir sobre o objeto de estudo. A população do AP estudada apresenta-se no contexto urbano da cidade de Anápolis como um espaço de exclusão e segregação, margeado por diversos problemas socioambientais, sendo um local invisível na paisagem urbana, conforme aponta Bernardes e Tavares (2007). Vale o questionamento: Qual a noção do direito à cidade desses moradores? O que eles entendem por uma vida digna? Tais questionamentos faz pensar e avaliar como os moradores fazem a leitura da cidade. E como eles se organizam para reivindicar os seus direitos.

Diante do exposto, buscou-se refletir sobre as opiniões dos moradores entrevistados sobre os problemas do espaço onde eles residem, avaliando a forma de como os moradores vê os problemas socioambientais no seu cotidiano urbano. Como também os aspectos que

revelam o envolvimento político dos moradores com partidos, associações, entre outros, evidenciando sua participação e seu exercício de cidadania em busca da sua melhoria da Q.V.

Assim, com objetivo de abranger respostas que revelam os questionamentos ora apresentados foram feitas três perguntas para os entrevistados com o objetivo de atingir essas informações: como você vê o bairro onde mora? As condições de saneamento básico, infraestrutura urbana e meio ambiente são favoráveis para gerar Q.V para o entrevistado e sua família? E, a última se eles participam de alguma associação, movimento social entre outros, para discutir a melhoria do seu bairro? Caso as respostas fossem sim. Perguntava-se qual sua atuação? As respostas revelaram as seguintes informações:

Sobre como os moradores do AP vêem o setor onde eles residem 75% dos entrevistados responderam que o setor onde encontra o AP possui problemas. Somente 25% responderam que não possuem problemas.

De acordo com os moradores os principais problemas encontrados no setor onde eles residem foram: em primeiro lugar a falta de segurança pública, pois segundo os moradores esse é um dos principais problemas que atingem a população, devido o setor ser muito violento, com presença de muitos traficantes e de ladrões que faz assaltos durante o dia e a noite. Em seguida, os entrevistados destacaram a falta de serviços e infraestrutura urbana, alegando a falta de saneamento básico como: esgoto, água tratada, além da falta de pavimentação asfáltica, ausência de calçadas entre outros problemas ligados infraestrutura.

Outras reclamações dos moradores são a falta de equipamentos de entretenimentos que garantem o lazer, como também os dos serviços públicos ligados à saúde e educação. Percebeu que muitos entrevistados colocaram a falta de lazer como um dos principais problemas para a população, pois segundo eles, não possuem equipamentos de entretenimentos como uma praça, parque para as pessoas passearem e se descontraírem. Além da ausência da falta de uma quadra de esporte para os jovens praticarem atividades físicas se transformando em meio de entretenimento para eles.

Sobre a queixa dos moradores dos serviços públicos, muitos apontaram como carência a falta de uma unidade de saúde próximo do local onde os moradores residem e que atenda a população. Fator que segundo moradores resolveriam com a presença desse serviço público próximo do AP, pois contribuía para a saúde da população, facilitando consultas médicas para o tratamento e prevenção das doenças que acometem a população do AP.

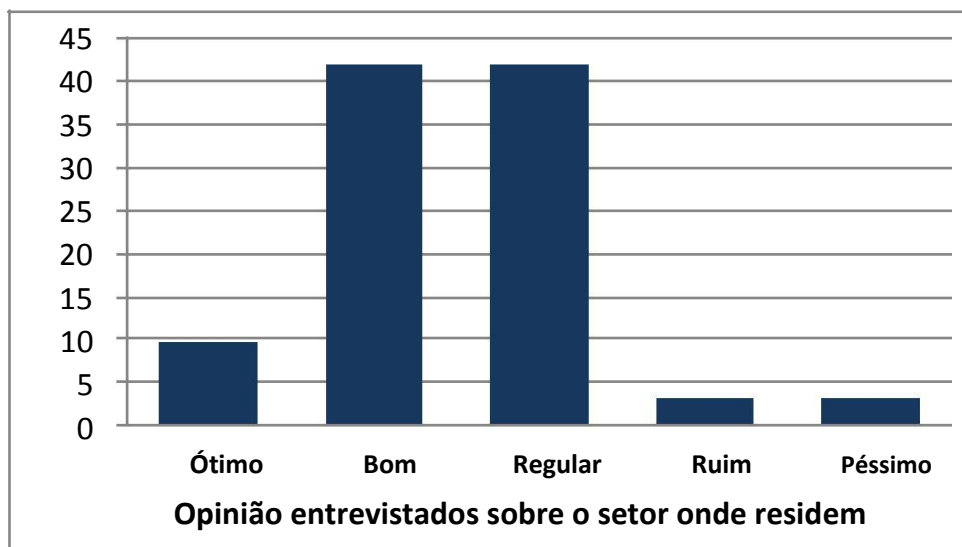
Com relação aos serviços ligados a educação, os moradores levantaram como problema a falta de uma escola próxima no setor, principalmente de uma creche, pois a falta

deste aparelho público dificulta a vida de muitos. Obrigado os pais a buscarem vagas em outras regiões distante do AP que não atende a demanda da população.

Todavia outro problema que vale destacar apontado pelos os entrevistados é a falta de limpeza no setor agravado principalmente pelo acúmulo de lixos que se encontram espalhados nos diversos espaços no setor de abrangência do AP. Fator esse que segundo os moradores degrada o ambiente onde moram. Nesse sentido observa-se que os moradores só conseguem fazer uma relação com a questão ambiental somente com a questão da limpeza e acúmulo de lixo deixando de perceber outros fatores que envolvem o meio ambiente.

Apesar dos entrevistados levantarem esses problemas é importante destacar que mesmo com essas dificuldades e demandas sobre os seus direitos à cidade, muitos moradores consideram AP como um local bom para se morar e de boa convivência marcado pela solidariedade dos vizinhos apesar dos problemas da violência (Ver Gráfico 14). Vale à pena mencionar Piccolo (2006), quando destaca que o espaço favela não é marcado somente por problemas como violência e, sim, pela solidariedade presente na própria comunidade onde os moradores residem. Para alguns conforme aponta o gráfico 13 o setor é regular apresentando vários problemas como os demais setores urbanos de Anápolis.

Gráfico 13 - Opinião dos entrevistados sobre avaliação do AP localizado no Jardim São Paulo, 2016.



Fonte: Resultados obtidos na pesquisa, Monteiro, 2016.

Vale mencionar que na fala dos entrevistados avaliando como setor urbano bom, muitos alegam o fator da proximidade do centro da cidade, da rodovia BR 153 e da Universidade Estadual de Goiás (UEG) como atributos que fazem com que local onde moram

seja bom. Observa-se que os disseram ruim e péssimo se queixaram de vários aspectos: a falta de estrutura urbana e serviço, a violência, além da própria cidade.

Entretanto com relação à pergunta as condições como saneamento básico, infraestrutura urbana, meio ambiente, entre outros, são condições favoráveis para gerar Q.V para ele e sua família. A maioria das respostas 83 % foi unânime dizendo que sim. Sendo uma pequena minoria 16% disse que não. Sobre os inquiridos que disseram que sim, muitos destacaram que sua Q.V melhoraria muito com os serviços de infraestrutura urbana, com a presença do asfalto e os serviços de rede esgoto, pois esse último eliminaria a fossa. Os moradores destacam também que sua Q.V melhoraria muito com a limpeza do setor com a construção de praças e locais de lazer. Segundo os entrevistados, essas benfeitorias melhorariam a questão ambiental onde os moradores do AP residem. Melhorando assim, seu bem-estar e até mesmo a autoestima, pois essa melhoraria poderia refletir até na convivência com as outras pessoas tornando-se um setor agradável de morar.

Percebeu-se que os entrevistados que disseram não opinaram que sua Q.V não melhoraria somente com as condições que foram citadas para eles, dependendo de outros fatores para melhoria da sua Q.V. Questões estas que os entrevistados não destacaram, mas que evidenciam que sua noção de Q.V vai além das condições de habitação, ambientes entre outras. Cabe lembrar Minayo, Hartz e Buss, (2000) Q.V envolve uma multiplicidade de demandas que vão além das carências materiais.

Por último, respondendo a questão que avalia a participação política dos moradores para reivindicar seus direitos à cidade, observou-se que 87% dos entrevistados disseram que não participam de nenhum movimento para discutir os problemas do setor onde eles moram. Evidenciando uma não participação dos moradores pela luta do direito à cidade. Percebeu-se nas entrevistas que muitos moradores argumentaram que não participam pelo falta de interesse, outros argumentaram pelo fato do setor não existir uma associação que represente a população do AP.

Alguns moradores argumentaram que tem associação, mas que nunca são convidados para reuniões. Observou-se que realmente no setor não existe uma associação de moradores, ou uma espécie de reunião com representante do bairro para discutir os problemas dos moradores. Questão essas que revelam a ausência de canais de participação como aponta Herculano (2000), que se coloca como fóruns fundamentais para discussão da participação da cidadania para reivindicar os direitos de uma determinada população.

Com relação aos moradores que disseram que sim que participam, sendo este uma minoria 12%, argumentaram que participam de reuniões com os moradores, com a presença de

vereadores. Segundo os entrevistados os vereadores visitam o setor para prometer ações que resultam na melhoria do setor, discutindo a questão da regularização fundiária de suas casas. Reuniões essas que ocorrem segundo entrevistados em períodos eleitorais com a finalidade de obtenção de voto, depois esquecem o setor. Identifica-se nas entrevistas um sentimento de descrença sobre a participação política e sobre a construção de políticas públicas capaz de melhorar sua Q.V. Segundo os entrevistados eles e seus problemas urbanos são lembrados somente na época das eleições e esquecidos nas demais épocas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se nesta pesquisa a Q.V dos residentes do AP localizado no Bairro Jardim São Paulo e destacou-se as principais demandas ligadas à vida urbana cotidiana da população pesquisada. A noção de Q.V partiu-se da discussão proposta por Herculano (2000) que baseia seu estudo nos recursos disponíveis e necessidades de uma determinada população. O indicador de Q.V adotado foi relevante para a mensuração Q.V local dos residentes do AP objeto de estudo, tendo como referência a questão ambiental os principais recursos disponíveis avaliados foram: a habitação, os serviços urbanos, os aparelhos educacionais, de saúde, lazer, condições de trabalho, entre outros recursos indispensáveis para gerar um bem-estar de uma determinada população a nível local.

Observou-se que a população do AP localizada no Jardim São Paulo, tem sua Q.V comprometida pelas condições de habitações que demonstram serem precárias com baixos padrões construtivos, construídas sem apoio técnico em terrenos degradados revelando vários riscos socioambientais. Percebeu-se que as habitações do AP próximo da avenida ferroviária apresentaram um maior processo de exclusão e segregação com moradias mais precárias concentrando uma população mais marginalizada vivendo em condição de pobreza margeados por riscos expostos a situação de vulnerabilidade socioambiental.

Em contra partida percebendo que o AP possui um padrão diferenciado não sendo muito uniforme, observou-se que as habitações do AP situadas próximo da avenida contorno e da BR 153, possuem melhores padrões construtivos, distribuídas em terrenos menos degradados com a presença do asfalto e de calçadas apresentando menores riscos ambientais e sociais para os moradores do AP.

Além dos riscos socioambientais ligados as condições socioeconômicas e degradação ambiental, outro risco que chamou atenção na pesquisa é o da dengue, problema que confirmou estar relacionada ao próprio ambiente, a falta de infraestrutura urbana como: má qualidade ou ausência do asfalto seguido do serviço drenagem, além da falta do serviço da limpeza urbana e de um eficiente serviço de coleta de lixo, que apesar de ocorrer no AP como relata os moradores é insuficiente para o serviço de saneamento básico no local.

Percebeu-se também na pesquisa que o bem-estar das moradoras é afetado pela ausência dos serviços urbanos como: o asfalto, calçamento, rede de esgoto, além dos equipamentos urbanos mais próximos de suas residências como escolas, unidades de saúde, os culturais como área de lazer, entre outros. Serviços que segundo os moradores são fundamentais para Q.V e satisfação e bem-estar com setor urbano onde eles vivem.

Observou-se que os moradores se queixam por mais segurança pública devido a violência no setor marcada pelo o narcotráfico e crimes constantes, presença de uma creche que atendam a área de cobertura da região onde está localizado o AP, construção de praças e quadras de esportes, implantação de esgoto para eliminar a fossa, asfalto, além da regularização fundiária e retirada de suas casas da área de risco.

Vale destacar que sobre os aspectos que avaliam a noção do direito à cidade notou-se pouca a participação dos moradores nas discussões das políticas urbanas que podem melhorar a Q.V da população do AP no contexto urbano da cidade de Anápolis. A falta de instrução, de interesse dos moradores e de canais de participação para discutir os problemas são os principais fatores que explicam a ausência do exercício da cidadania. O setor não possui associação de moradores e poucos são convidados pelo poder público municipal para participar de discussões sobre os problemas que ocorrem no AP.

É de grande importância a presença do poder estatal municipal para com o AP localizado no Jardim São Paulo. Consta que até o presente momento as ações do poder público municipal para melhorar as condições de vida e Q.V da população do AP só estão no papel. Vale apontar que existe um projeto do poder municipal de reassentamento da população que está em área de risco para uma área próxima do AP, construindo condomínios e assentando famílias que vivem neste setor habitacional, que ganhará além de novas moradias, infraestrutura urbana equipamentos de lazer. O projeto no momento encontra-se sem execução devido a não aprovação da instituição de financiamento Caixa econômica Federal, toda ação será fomentada pela Política Nacional de Habitação dirigida à regularização urbanística e fundiária e inclusão socioespacial.

Contudo espera-se do poder público uma melhor atenção para os setores de AP em Anápolis, principalmente os que se encontram em áreas de riscos, considerados com AEIS. É importante o planejamento urbano e uma política que crie áreas urbanas com serviços e equipamentos culturais em áreas não degradadas e distantes dos serviços urbanos garantindo para as populações de baixa renda a Q.V.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: **Espaço & Debates**, nº 37, 1994, p. 34-46.
- ALVES, J.M. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v.23, n.1.2006, pg.43-59.
- ARRAIS, T. A. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Editora. Viera, 2004.
- ANÁPOLIS. Lei Complementar nº. **208**. Anápolis, GO, de out. 2009.
- _____. Lei Complementar nº **264**. Anápolis, GO de dez. 2011.
- _____. Lei Complementar nº **302**. Anápolis, GO, de jun.2013.
- _____. LEI ORDINÁRIA nº **312**. Anápolis, GO, de dez. 2013.
- BRASIL, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Guia para mapeamento e caracterização dos assentamentos precários**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.
- BERNARDES, G. D; TAVARES, G.G. Espaços ilegais: um estudo da qualidade de vida dos moradores de áreas subnormais em Anápolis-Goiás. (Org.) BERNARDES, G.D.; MORAIS, R. P. **Políticas públicas: meio ambiente e tecnologia**. Ed. Vieira, Goiânia-GO, 2010, cd.
- _____. Riscos Ambientais e Sociais – uma leitura da qualidade de vida dos residentes em áreas subnormais em Anápolis/Goiás 2008/2009. **FRONTEIRAS Journal Of Social, Technological And Environmental Science**, v.1 n.1.2012, p. 53-70.
- _____. Espaços Ilegais: um estudo da qualidade de vida dos moradores residentes nas áreas subnormais em Anápolis-GO In: **XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA GTE-CIDADES E PROCESSOS SOCIAIS**, 2007. Recife. UFPE. 2007.29-1.
- BORGES, S.F; LUZ, J.S; FREGONEZZI, L.H.A. Da. S. Análise da Questão Ambiental e Qualidade de Vida nos Assentamentos Precários de Anápolis (GO): um estudo de caso do Novo Paraíso. **FRONTEIRAS Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.1, n.2. 2012, p. 94-102.
- CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do espaço do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.
- CARDOSO, A.L. Assentamentos Precários No Brasil: Discutido Conceitos In: Morais, D. P; KRAUSE, C; NETO, V.C. L. **Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: Estudos de caso brasileiros**. Brasília: IPEA, 2016, p.29-52.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Editora: Contexto, 2008.

CARMO, R. e HOGAN, D. Questões ambientais e riscos na Região Metropolitana de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. da (org.). **Novas metrópoles paulistanas, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, Nepp /Unicamp, 2006.

CARNEIRO, C.B. L; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensão e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH - Política Social, 2).

CASTRO, M. de. C; PEIXOTO, M. de. O; RIO. G. A. P. do. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. **Anuário do Instituto de Geociências. UFRJ**, vol. 28-2/2005, p; 11-30.

CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade: ensaio sobre o ensino de geografia para vida urbana cotidiana**. Campinas: Editora Papirus, 2008.

_____. **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001.

CAVALCANTI, M. Do Barraco à Casa Tempo , espaço e valor (es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24.n.69.2009.p.70-78.

CERRI, L. S, NOGUEIRA, F. R. Mapeamento e gestão de riscos de escorregamentos em áreas de assentamentos precários. In: GUIMARAES, L.S, JÚNIOR, C.S, GODOY, B.R. M, TAVARES, C.A (org.). **Gestão de áreas de riscos e desastres ambientais**. Rio Claro: UNESP, 2012.

CIDADE, L.C.F. **Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade: em busca de uma construção interdisciplinar**. Cad. Metrop, São Paulo, v.15, n.29, jan/jun, 2013, p.171-191.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 15ª ed. SÃO PAULO: Editora Ática, 1997.

_____. Construindo o Conceito de Cidade Média. (org). **Cidades Médias espaços em transição**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

COSTA, F. Gueto e favela. **Romanica Olomucensia**, n.1, v. 25, 2013, p.37-45.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. 1 ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

DEMO, P. **“Pobreza política”**. In: Papers. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer - Stiftung, 1993.

DENALDI, R. Assentamentos precários: identificação, caracterização e tipologias de intervenção In: **Curso a Distância: Ações integradas de Urbanização de Assentamentos precários**. Secretária Nacional de Habitação Ministério das Cidades, Brasília: 2010 p 93-128.

DICIONÁRIO Larousse da língua portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

EGLER, C. A. Risco ambiental como critério de gestão do território: uma aplicação às zonas costeiras brasileira. **Revista território**, 1 (1), 1996, p.31-41.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. 1. Ed. 4. Impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FREITAS, J.F. de A. **A Expansão Urbana e a segregação sócio-espacial em Anápolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós - Graduação em Geografia Urbana e Regional. UnB (Universidade de Brasília). Brasília, 2001.

GIDDENS, A. **As Consequências da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1991.

GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto **Qualidade de Vida: identidades e indicadores**. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri: Manole, 2004, p.03-25.

GOOGLE EARTH. **Imagens de Satélite**. Disponível em: <http://www.google.com.br_html_goiás.html > Acesso em: 25/08/15 .

_____. **Imagens de Satélite**. Disponível em: <http://www.google.com.br_hml_goiás.html > Acesso em: 21/07/16.

HERCULANO, S. C. **A qualidade de Vida e seus Indicadores**. 2 ed. Niterói: Eduff, 2000.

HOGAN, D. J, CUNHA, P. J, CARMO, L.R, OLIVEIRA, B.A. **Urbanização e vulnerabilidade sócio-ambiental: o caso de Campinas**. Unicamp, 1 Ed, São Paulo, 2006.

INFANTI JUNIOR, N. e FORNASARI FILHO, N. **Processos de Dinâmica Superficial**. In: OLIVEIRA, A. M. S. e BRITO, S. N. A. (Eds.). **Geologia de Engenharia**. São Paulo: **Associação Brasileira de Geologia de Engenharia**. São (ABGE), 1998. Cap.9, p.131-135.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Pnad Pesquisa Nacional por Amostragem**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatística/população/censo2010/tabelas_pdf/total_população_goiás.pdf> Acesso em: nov /2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=520110&idtema=130&search=goias|anapolis|estimativa-da-populacao-2016>- Acesso em: Nov/2016

_____. **Censos Demográficos de 2000 e 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatística/população/censo2010/tabelas_pdf/total_população_goiás.pdf> Acesso em: Jun/2016.

_____. **Crescimento da Taxa de desemprego terceiro trimestre de 2015**.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: Redução de Números de Filhos na Parcela da População de Baixa Renda**, 2013.

_____. **Censos demográficos 2010 aglomerados Subnormais Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Informações Territoriais Aglomerados Subnormais**. Rio de Janeiro, 2011.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça**, Brasília. 4º ed , 2011.

JORNAL CONTEXTO. Defesa Civil: **Anápolis tem 20 áreas de risco**, reportagem 29 de Novembro de 2009.

_____. **Famílias Serão remanejadas do Jardim São Paulo**, reportagem 18 de outubro de 2013.

JUNIOR, E. M, HOGAN, D. J.O. **Risco em perspectiva: tendências e abordagens**. Geosul, Florianópolis, v. 19, n. julho/dezembro, 2005, p.25-58.

LACERDA, H; TEIXEIRA, L. L. F. M; OLIVEIRA, S. N; JESUS, A. S. de; SANTOS, L. R. dos. **Formas de Relevo, uso da terra e riscos geológicos na área central de Anápolis**. Plurais, v. 01, n. 02 janeiro/junho, 2005, p. 243-260.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora: Moraes, 1991.

LUZ, J.S. **A (re) produção do espaço urbano de Anápolis – GO: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles 1970-2000**. Tese (Doutorado em geografia) Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

LUZ, J.S; BORGES, A.S. O uso do solo urbano e a formação dos Aglomerados Subnormais In: **XIII Seminário Internacional da Red Ibero americana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII)** de 1 a 4 de Setembro 2014 Salvador Brasil , 2014, p.1-12 .

MARCELLINO, N.C, BARBOSA, F.S, MARIANO, S.H. **As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer**. Impulso Piracicaba, v.17, n.44, 2006, p.55- 66.

MARICATO. E. **Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente**. In: MARICATO. Ermínia. **Sobrevivência na cidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Posfácio**. In: DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 209-224.

MARQUES, E; SANDRA, G; GONÇALVES, R; TOLEDO, D; MOYA, E; CAZZOLATO, D; FERREIRA de, M. **Assentamentos Precários no Brasil Urbano**. Ministério das Cidades, 2007.

MENDONÇA, F. **Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, n. 10, jul./dez, 2004 p. 139-148.

MENDONÇA, J. G. Planejamento e medição da qualidade de vida urbana. **Cadernos de metrópoles**, n 15,1º sem, 2006 p. 12 -34.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. **Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário**. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000, p. 7-18.

MONTEIRO, S.R. TAVARES, G.G. Estudo da qualidade de vida dos residentes do aglomerado subnormal localizado no bairro Jardim São Paulo Anápolis/Goiás In: **IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS GTE- Cidades, Crescimento Urbano e Sustentabilidade, 2015**. Goiânia. UFG. 15-1.

NADALIN, V.G; KRAUSE, C; NETO, V.C. L. Distribuição dos Aglomerados Subnormais na Rede Urbana e nas Grandes Regiões Brasileiras In: Moraes, D. P; KRAUSE, C; NETO, V.C. L. **Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: Estudos de caso brasileiros**. Brasília: IPEA, 2016, p.75-93.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Promoción de La salud**: glosario. Genebra: OMS, 1998.

PASTERNAK, S. O Brasil e suas favelas. In: ABRAMO, P. (Org.) **A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino americanas**. Rio de Janeiro: Sette Letras/FAPERJ/Lincoln Institute of Land Policy, 2003.

PEREIRA, E. F, TEXEIRA, C.S, SANTOS, D.S. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev.bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo**, v.26, n.2, abr/jun 2012, p.241 -250.

PICCOLO, F. C. A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela. In: HEITOR r, J.F, LUCIANA, A.T, TEIXEIRA, F.A (org.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2006.

PINTO, T. C. **Qualidade de Vida: Reflexões e Debates em Torno de um Conceito. Cidades – comunidades e territórios**, nº 9, Dez 2004, p.99- 120.

Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Anápolis/GO. Anápolis, mimeo, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. **Diagnóstico do Plano Diretor Participativo**, 2006, 1 cd.

_____. **Diagnóstico Jardim São Paulo, Anápolis (GO)**: Projeto de Trabalho Social, 2007.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação. **Diagnóstico Preliminar do-PEMAS**. Fevereiro de 2002. Anápolis, 2002 (mimeografado).

_____. **Fichas de Caracterização de Assentamentos Precários**: Assentamentos Irregulares em Áreas Públicas Municipais, 2010.

_____. **Procuradoria e Diretoria de Habitação**. Setor de regularização fundiária, 2016.

_____. **Mapa digital Urbano 2014**. Diretoria de Habitação Setor de Mapoteca.

RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano-agentes. In: CARLOS, A. F. SOUZA, M. L. SPSITO, M. E.A **Produção do Espaço Urbanos Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Moradias nas cidades brasileiras**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1990.

SANTOS, M. **Urbanização Brasileira**. 5. Ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SEBASTIANY, G. D. Meio ambiente e saúde: indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento humano. **Revista capital científico-(RCCe)** ,v.10,n.2, julho/dezembro 2012, p.1-16 .

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO. Disponível em: [http://www.imb.go.gov.br/estatisticas_municipais_ Anápolis densidade demográfica _pdf](http://www.imb.go.gov.br/estatisticas_municipais_Anápolis_densidade_demografica_.pdf). Acesso em Nov /2016

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA / CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. **Planilha de área de risco município de Anápolis (2014)**. Comando de operações de defesa civil. 3ª REDEC/ 3º BATALHÃO BOMBEIRO MILITAR MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS.

SILVA, C. M. da; TAVARES, G. G. MONTEIRO, R. S. SANTOS, S. C. dos. Áreas subnormais em Anápolis: um estudo da favela no bairro Anápolis City- Anápolis-GO. In: **Educação e Mudança**, jan/jun, p.35-34, Anápolis, 2005.

SILVA, J. M. A. **Metodologia para obtenção do Hidrograma de escoamento superficial ao longo de uma encosta**. 1999. 64 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

SPOSITO, M. E. Posfácio. **Cidades Médias espaços em transição**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

_____, M. E. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. (org). **Cidades Médias espaços em transição**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

TAVARES, G.G; PEIXOTO, J.C; LUZ, J.S; CAMPOS, D.M. B; MONTEIRO, R.S. Território da Lepra: A Lepra Mora no Morro: “Refúgio” de Leprosos em Anápolis, Goiás, Brasil (1930-1970). **FRONTEIRAS Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.4 n.1, jan-jul. 2015, p. 110-125.

TAVARES, G.G; LUZ, J.S; PEIXOTO, J.C; CAMPOS, D.M. B; MONTEIRO, R.S. Território da Lepra: A criação e a Consolidação do Refúgio dos Leprosos em Anápolis, Goiás, Brasil (1930-1970) In: **2º Encontro Luso – Brasileiro de Historia da Medicina Tropical, 2016. Lisboa. Doenças e agentes patogênicos, atores, instituições e visões de medicina tropical**. Universidade Nova de Lisboa Instituto de Higiene e Medicina Tropical, 2016, v.18, p.53-58.

UNITED NATIONS-HABITAT. **The challenge of slums: global report on human settlements**. 2 e.d. Londres: Earthscan, 2003.

VALLADARES, L. A GÊNESE DA FAVELA CARIOCA: A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.44, 2000, p.06-34.

VEYRET, Y. (org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente.** Trad. Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007.

VEYRET, Y. RICHEMOND, N. M. Os tipos de risco. In: VEYRET, Yvette (org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente.** Trad. Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007.

VILARTA, R.; GONÇALVES, A. Qualidade de Vida – concepções básicas voltadas à saúde. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas.** Barueri: Manole, 2004, p.27-62.

ANEXOS

Anexo 1



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Espaços Ilegais: estudo da qualidade de vida dos residentes da área subnormal localizado no Bairro Jardim São Paulo, Anápolis \ GO .

Pesquisador: Rogério Seabra Monteiro

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 38104114.5.0000.5076

Instituição Proponente: Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.270.002

Apresentação do Projeto:

Número do Parecer: 1.115.658, Data da Relatoria: 22/05/2015

Objetivo da Pesquisa:

Número do Parecer: 1.115.658, Data da Relatoria: 22/05/2015

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Número do Parecer: 1.115.658, Data da Relatoria: 22/05/2015

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Número do Parecer: 1.115.658, Data da Relatoria: 22/05/2015

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

DOCUMENTOS ANALISADOS:

1 - PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_412986.pdf

2 - TADASS2.pdf

3 - TADASS1.pdf

Endereço: Av. Universitária, Km 3,5

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 75.083-515

UF: GO

Município: ANAPOLIS

Telefone: (62)3310-6736

Fax: (62)3310-6636

E-mail: cep@unievangelica.edu.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA



Continuação do Parecer: 1.270.002

4 - projetodetalhado.doc

5 - folhaderosto.pdf

6 - Pendeniasresp.docx

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS DE ACORDO COM PARECER NÚMERO 1.115.658:

PENDENCIA - Refazer a folha de rosto (FOLHA DE ROSTO.pdf) contemplando o item Patrocinador Principal, uma vez que nos documentos PB INFORMAÇÃO BÁSICA DO PROJETO 412986.pdf e PROJETO COMITÊ DE ÉTICA.doc foi declarado tratar-se de projeto fomentado pela FAPEG. Este item deverá ser datado e assinado.

ANÁLISE ANTERIOR: Nova Folha de Rosto foi anexada, contemplando o item Patrocinador Principal uma vez que foi declarado tratar-se de projeto fomentado pela FAPEG. Visto que tratando-se de pesquisa de mestrado, o fomento é gerenciado pelo próprio pesquisador, o mesmo deverá datar e assinar o campo Patrocinador Principal e postar a Folha de Rosto com este campo datado e assinado na Plataforma Brasil.
PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA.

ANÁLISE ATUAL: Foi anexada o documento folhaderosto.pdf devidamente assinada e carimbada, sendo excluído o item patrocinador principal. Sendo a pesquisa de financiamento próprio.
PENDÊNCIA ATENDIDA.

PENDÊNCIA- Apresentar Termo de Autorização de Manuseio e Uso de Dados de acordo com modelo disponível no site UniEVANGÉLICA, para todos os órgão públicos envolvidos no projeto de pesquisa, para realização do 2º passo da pesquisa de acordo com o declarado pelo pesquisador nos documentos PB INFORMAÇÃO BÁSICA DO PROJETO 412986.pdf e PROJETO COMITÊ DE ÉTICA.doc, a saber: "No segundo passo: serão feitas consultas em bases documentais em órgãos públicos como: nas principais secretarias da prefeitura de Anápolis, a de Planejamento, de Desenvolvimento Urbano, de Meio Ambiente - Recursos

Hídricos; quanto também consulta em órgãos estaduais de Goiás: Defesa Civil-Corpo Bombeiros, Agência Goiana de Habitação (AGEHAB), Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) em suas fontes de dados estatísticos e socioeconômicos presente no IMB (Instituto Mauro Borges). E em órgãos Federais, Ministério das Cidades e no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)".

Endereço: Av. Universitária, Km 3,5

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 75.083-515

UF: GO

Município: ANAPOLIS

Telefone: (62)3310-6736

Fax: (62)3310-6636

E-mail: cep@unievangelica.edu.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA



Continuação do Parecer: 1.270.002

ANÁLISE ANTERIOR: Foi elaborado e postado na Plataforma Brasil apenas um modelo do documento Termo de Autorização de Manuseio e Uso de Dados. O documento apresentado não está direcionado a cada Instituição Co participante declarada na metodologia da pesquisa. Estes documentos deverão ser elaborados para cada Instituição Co participante, contendo assinatura do responsável legal por cada Instituição, a saber, um documento para as principais secretarias da prefeitura de Anápolis, a de Planejamento, de Desenvolvimento Urbano, de Meio Ambiente - Recursos Hídricos; quanto também consulta em órgãos

estaduais de Goiás: Defesa Civil-Corpo Bombeiros, Agência Goiana de Habitação (AGEHAB), Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) em suas fontes de dados estatísticos e socioeconômicos presente no IMB (Instituto Mauro Borges). E em órgãos Federais, Ministério das Cidades e no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e postados na Plataforma Brasil. Como o documento apresenta duas páginas, deverá criar campo para rubrica do responsável legal pela instituição na primeira página e assinatura na segunda página.

ANÁLISE ATUAL - Foram anexados os documentos TADASS2.pdf e TADASS1.pdf referentes as instituições "Secretaria de planejamento e desenvolvimento urbano" e "Defesa Civil- Corpo de Bombeiro", sendo estes os locais de coleta de dados, as instituições nas quais os dados não serão coletados dados, foram retiradas do documento "projetodetalhado.doc". O pesquisador esclareceu também que o acesso aos dados dos seguintes órgãos: Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), em suas fontes de dados estatísticos e socioeconômicos presente no IMB (Instituto Mauro Borges), Ministério das Cidades e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), são de domínio público disponível em sites de pesquisa, não necessitando assim, da construção de termos termo de autorização de dados para esta instituições. **PENDÊNCIA ATENDIDA.**

Considerações Finais a critério do CEP:

Solicitamos ao pesquisador responsável o envio do RELATÓRIO FINAL a este CEP, via Plataforma Brasil, conforme cronograma de execução apresentado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_412986.pdf	31/08/2015 10:55:40		Aceito

Endereço: Av. Universitária, Km 3,5
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 75.083-515
UF: GO **Município:** ANAPOLIS
Telefone: (62)3310-6736 **Fax:** (62)3310-6636 **E-mail:** cep@unievangelica.edu.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA



Continuação do Parecer: 1.270.002

Declaração de Instituição e Infraestrutura	TADASS2.pdf	31/08/2015 10:52:44	Rogério Seabra Monteiro	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TADASS1.pdf	31/08/2015 10:52:11	Rogério Seabra Monteiro	Aceito
Declaração de Manuseio Material Biológico / Biorepositório / Biobanco	TAD2.doc	31/08/2015 10:51:15	Rogério Seabra Monteiro	Aceito
Declaração de Manuseio Material Biológico / Biorepositório / Biobanco	TAD1.doc	31/08/2015 10:50:51	Rogério Seabra Monteiro	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Pendeniasresp.docx	31/08/2015 10:50:20	Rogério Seabra Monteiro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.doc	31/08/2015 10:49:57	Rogério Seabra Monteiro	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	26/08/2015 08:49:10	Rogério Seabra Monteiro	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_412986.pdf	19/07/2015 14:57:31		Aceito
Outros	Respostas pedencias ultimo parecer.docx	19/07/2015 14:53:22		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS 7.docx	19/07/2015 14:52:51		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS 6.docx	19/07/2015 14:52:16		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS 5.docx	19/07/2015 14:51:17		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS 4.docx	19/07/2015 14:50:54		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS 3.docx	19/07/2015 14:50:21		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS 2.docx	19/07/2015 14:50:01		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS 1.docx	19/07/2015 14:49:42		Aceito

Endereço: Av. Universitária, Km 3,5

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 75.083-515

UF: GO

Município: ANAPOLIS

Telefone: (62)3310-6736

Fax: (62)3310-6636

E-mail: cep@unievangelica.edu.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA



Continuação do Parecer: 1.270.002

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_412986.pdf	10/05/2015 20:48:46		Aceito
Outros	Respostas as pendências.docx	10/05/2015 20:21:06		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO COMITE DETALHADO Anexar.doc	10/05/2015 20:06:30		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ANEXAR.docx	10/05/2015 19:53:36		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_412986.pdf	01/11/2014 18:22:43		Aceito
Outros	Currículo Giovana.docx	01/11/2014 18:21:21		Aceito
Outros	Currículo Rogério.doc	01/11/2014 18:20:47		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_412986.pdf	17/10/2014 21:25:36		Aceito
Outros	Questionário.doc	17/10/2014 15:59:44		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ANAPOLIS, 08 de Outubro de 2015

Assinado por:

Cristiane Martins Rodrigues Bernardes
(Coordenador)

Endereço: Av. Universitária, Km 3,5

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 75.083-515

UF: GO

Município: ANAPOLIS

Telefone: (62)3310-6736

Fax: (62)3310-6636

E-mail: cep@unievangelica.edu.br

Anexo 2

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS- UNIEVANGÉLICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (PPSTM).

1. nº do questionário: _____
Entrevistador/(a): _____
2. Gênero do entrevistado: 2.1 () Masc. 2.2 () Fem.
3. Idade: _____
4. Cor: 4.1 () Branco 4.2 () Negro 4.3 () Pardo
5. Estado civil? (só uma resposta)
- | | |
|----------------------|--|
| 5.1 () Casado(a) | 5.4 () Amigado/juntado/união consensual |
| 5.2 () Solteiro (a) | 5.5 () Divorciado(a), desquitado(a) ou separado (a) |
| 5.3 () Viúvo (a) | 5.6 () Outros: _____ |
6. Quantos filhos você tem? _____
7. Qual seu nível de instrução?
- 7.1 () Não frequentei escola
- 7.2 () Até a 5ª série
- 7.3 () 6ª Série até 9ª incompletos
- 7.4 () Até 9ª série completo
- 7.5 () Ensino médio incompleto
- 7.6 () Terminei o ensino médio
- 7.7 () Comecei um curso superior
- 7.8 () Terminei um curso superior
- 7.9 () Pós- graduação ou mais
8. Qual sua profissão? _____
9. Atualmente, você trabalha (tem uma ocupação que lhe de uma renda)?
- 9.1 () Sim 9.2 () Não (Se não pule para questão 15)
10. Qual a condição da sua ocupação principal (dada pela relação de trabalho)?
- 10.1 () empregado 10.2 () empregador 10.3 () conta- própria/autônomo
- 10.4 () funcionário público 10.5 () cooperativo 10.6 () outros: _____
11. Caso você seja um trabalhador autônomo /conta própria, no seu trabalho você conta com a ajuda de membros de sua família?
- 11.1 () Sim 11.2 () Não 11.3 () NS
12. Qual atividade/ocupação principal?
- _____
13. Você tem a carteira assinada?
- 13.1 () Sim 13.2 Não ()
14. Como é o seu contrato de trabalho?

14. 1. () funcionário público 14. 2. () CLT 14. 3. () contrato de trabalho temporário/estágio
14. 4 () não tenho contrato assinado 14. 5. () outro: _____

15. Esta moradia é:

15. 1.() Própria 15. 2.() Alugada 15.3.() Cedida 15.4. ()Outros _____

16. Caso seja própria, como adquiriu o imóvel?

16.1. () Comprei /construí á vista

16.2. () Sistema de financiamento privado

16.3. () Sistema de financiamento público

16.4. () Recebi de herança

16.5 .() Recebi da prefeitura () do governo estadual () do governo Federal

16.6. () Outros: _____

16.7. () NS

17. De que é construída a moradia?

17.1 () tijolos 17.2. () Lona 17.3.() Madeira 17. 4.() Outros _____

18. Qual tamanho da residência?

18.1. Quantos quartos? _____ 18. 2. Quantas salas? _____ 18. 3. Quantos banheiros? _____

20. Quantas pessoas moram na casa?

20.1.() 1 a 4

20.2.() 5 a 8

20.3.() 9 a 12

21. Quantas famílias vivem neste domicílio? _____

22 . Onde você nasceu? _____ (cidade e estado; zona rural)

23 Quanto tempo faz que você saiu da sua cidade natal? _____ anos 23.1 () NS

24. Para onde você foi? _____ (cidade e estado)

25. Há quanto tempo você mora em Anápolis? _____ meses _____ anos

26. Há quanto tempo você mora nesse bairro? _____ meses _____ anos

27. Em sua opinião, com a mudança para cá, sua vida:

27.1. () Melhorou 27.2 () Piorou 27.3 () Ficou do mesmo jeito 27.4 () Não fez diferença

28. Se melhorou , cite o que melhorou ? Se piorou cite em quê piorou ?

29. Cite os principais motivos da sua última mudança (até 3):

29. 1. () Nunca mudei

29.2. () Trabalho

29. 3. () Família

29.4. () Estudos

29. 5.() Por questões financeiras(custo de vida, aluguel...)

29. 6.() Porque ganhei este lote /esta casa da prefeitura / do estado

29. 7.() Problemas no outro bairro onde morava (violência,...)

29. 8.() Porque aqui é melhor de se morar(infraestrutura, vizinhança...)

29. 9. () Outros motivos: _____

30. Por que você escolheu morar aqui, nesse bairro?

31. Você considera que seu bairro esta:

31.1. () Ótimo 31.2. () Bom 31.3. () Regular 31.4. () Ruim 31.5. () Péssimo 31.6. () N.s

32. Por quê? _____

33. Ele apresenta problemas? 33. 1. Sim () ou 33. 2. não (), se sim quais?

34. Você gostaria de se mudar?

34.1. () Sim 3.4 2. () Não (se não pule para 38)

35. Caso você prefira morar em outro lugar, que lugar seria esse (parte do bairro, outro bairro, outra cidade etc.)?

36. Por que você gostaria de se mudar para esse lugar?

37. Caso você prefira morar em outro lugar, o que o impede?

37.1. () Restrições financeiras

37.2. () Questões familiares

37.3. () Questões de trabalho

37. 4. () Melhores oportunidades de trabalho

37. 5. () Aqui o acesso ao comércio, serviços e transportes é melhor.

37.6. () Outro: _____

38. Você já sofreu algum tipo de violência no seu bairro?

38.1. () Sim 38.2. () Não (se não, pule para questão 40)

39. Caso sim, que tipo de violência?

40. Equipamentos públicos: Peça que avalie a qualidade de serviço dos seguintes equipamentos sociais utilizados por você:

Equipamento	Bom	Regular	Ruim	Não sei	Não existe aqui	Comentários	Proximidade residência
Transporte coletivo							
Transporte alternativo							
Telefone(s) públicos							
Correio							
Vapt-vupt							
Posto policial/ delegacia							
Unidade de saúde							
Parques e praças							

Áreas de esporte							
Escola \municipal							
Escola\estadual							
Creche							
Outros (nomear):							

41. Infraestrutura urbana e serviços: Peça que avaliem a qualidade desses serviços:

Infraestrutura e serviços	Bom	Regular	Ruim	Não sei	Não existe aqui	Comentários
Asfalto						
Água						
Saneamento básico						
Coleta de lixo						
Drenagem						

Para os entrevistados que moram as margens de áreas de risco ambiental (voçoroca ou outros)

42. Você mora próximo a área de risco ambiental (voçoroca ou outros):

42. 1. () Sim 42.2. () Não

43. Sua casa já sofreu algum abalo provocado pela área de risco?

43. 1. () Sim 43. 2. () Não

44 . Se sim qual ? _____

45. Há despejo de lixo ou outros objetos na erosão?

45. 1.() Sim, quais ? _____

45.2. () Não

46 . Há algum programa de recuperação da erosão?

46.1 () Sim 46. 2.() Não 46.3. () Não sei

47. A região é atingida por doenças como:

47. 1. () Meningite 47.2 () cólera 47.3 () febre amarela 47.4 () dengue 47.5. () doença diarreica.

Outras _____

48. Você dedica seu tempo livre a:

	Prioritariamente	Com frequência	Raramente	Nunca
Família				
Amigos e ou vizinhos				
Igreja/associação/outras				
Atividades esportivas				
Cursos complementares				
Assisto TV				

Leio				
Navego na internet				
Outros (qual)				

49. Diga com que frequência você vai aos lugares abaixo:

Locais/programas	Onde? (no bairro, no centro, em outros bairros, fora).	Muitas vezes	Raramente	Nunca
Cinema				
Teatro/concerto/shows				
Shows públicos				
Bares				
Restaurantes				
Shopping Center				
Clubes				
Academias				
Casas de jogos				
Museus /exposições				
Praças/parques/áreas verdes				
Outros:				

50. Quais suas principais fontes de informação?

50.1. () TV

50.2. () rádio

50.3. () internet

50.4. () jornal impresso diário

50.5. () revista semanal

50.6. () outros: _____

51. Em qual dos grupos abaixo você se inclui?

51.1. () classe alta

51.2. () classe média alta

51.3. () classe média média

51.4. () classe média baixa

51.5. () classe baixa/ popular

51.6. () muito pobre

51.7. () miserável

51.8. () não sei (pesquisador opine: _____

52. Caso que necessitar pedir um pequeno favor, contará com:

52.1. () amigos de infância

52.2. () amigos de trabalho

52.3. () amigos atuais

52.4. () familiares

52.5. () vizinhos

52.6. () ninguém

52.7. () outros: _____

53. Como você vê o bairro onde reside?

54. As condições como: (saneamento básico, infraestrutura urbana, meio ambiente, etc.) são favoráveis para gerar qualidade de vida para você e sua família?

55. Você participa de alguma associação, movimento social entre outros, para discutir a melhoria do seu Bairro? Se sim, qual a sua atuação?

56. Caso haja dúvida na tabulação do questionário, é possível ter um telefone de contato para eventuais perguntas? Fone: _____

Agradecemos a colaboração!

Pesquisador responda ao observar o domicílio:

56. Características físicas do domicílio:

56.1. () alvenaria

56.2. () madeira

56.3. () vertical (apartamento)

57. Material da construção:

57.1. () alvenaria

57.2. () madeira

57.3. () lona/tabua

57. 4. () outros: _____

58. Padrão do domicílio:

58.1. () precário

58. 2. () baixo

58. 3. () médio

58.4. () alto

59. Conservação do domicílio:

59. 1 .() péssimo

59.2. () mal conservado

59.3. () médio

59.4. ()bem conservado

59.5. () recém construído

59.6 () em construção ou inacabado

60. Categoria socioeconômica do entrevistado: _____

Anexo 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do projeto: Espaços Ilegais: estudo da qualidade de vida dos residentes da área subnormal localizado no Jardim São Paulo Anápolis / GO

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: Espaços Ilegais: estudo da qualidade de vida dos residentes da área subnormal localizado no Bairro Jardim São Paulo Anápolis \ GO. A pesquisa está sendo desenvolvida por Rogério Seabra Monteiro, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Centro Universitário de Anápolis UniEVANGÉLICA , sob orientação da Professora Doutora Giovana Galvão Tavares. O objetivo central do estudo é analisar a qualidade de vida dos residentes da área subnormal localizado no Bairro Jardim São Paulo. O convite a sua participação se deve a importância de contribuir para o estudo da qualidade de vida da população deste Bairro, pois sendo morador da área de nosso estudo poderá colaborar para o entendimento dos problemas urbanos e ambientais ali existentes.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste termo. A sua participação consistirá em responder perguntas de um questionário ao pesquisador do projeto. O tempo de duração do questionário será aproximadamente quinze minutos. Os dados coletados serão armazenados, em arquivos digitais, mas somente terão acesso ao mesmo o pesquisador e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos cinco anos, conforme orientação do CEP / UniEVANGÉLICA .

O benefício direto da pesquisa é o de contribuir para um maior conhecimento das questões que envolvem o espaço urbano de Anápolis colaborando assim, para a gestão pública que terá uma visibilidade ampliada dos problemas socioambientais do seu bairro. No entanto acreditamos que os riscos são mínimos, pois podem ficar envergonhados e constrangidos por não conseguirem demonstrar entendimento sobre a proposta da pesquisa, quanto também ficar ansioso por falta de tempo em responder o questionário. Caso ocorra ressaltar que a pesquisa é confidencial e não obrigatória, a todo o momento poderá abrir mão de não responder mais o questionário, podendo este ser substituído por outro participante.

Este TCLE segue as normativas da Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.

Assinatura do Pesquisador Responsável – (Inserção na) UniEVANGÉLICA

Contato com o (Telefone a cobrar) (62) (9090) (925843-61) Pesquisador responsável: Rogério Seabra Monteiro E-mail: rogérioseabra.m@hotmail.com

Endereço: Avenida Universitária, Km 3,5 Cidade Universitária – Anápolis/GO CEP: 75083-580

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DA
PESQUISA**

Eu, _____ RG nº _____, abaixo assinado, concordo voluntariamente em participar do estudo acima descrito, como sujeito. Declaro ter sido devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. Foi-me dada a oportunidade de fazer perguntas e recebi telefones para entrar em contato, a cobrar, caso tenha dúvidas. Fui orientado para entrar em contato com o CEP - UniEVANGÉLICA (telefone 3310-6736), caso me sinta lesado ou prejudicado. Foi-me garantido que não sou obrigado a participar da pesquisa e posso desistir a qualquer momento, sem qualquer penalidade. Recebi uma cópia deste documento.

Anápolis, ____ de _____ de 2015

Assinatura do participante da pesquisa

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____